

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

JANINE FIGUEIREDO DE SOUZA JUSTEN

OS POEMAS-VIDA DOS ESTRANHOS DA CIDADE

Dissertação de Mestrado
Orientador: Marcio Tavares d'Amaral

RIO DE JANEIRO

2016

OS POEMAS-VIDA DOS ESTRANHOS DA CIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Marcio Tavares d'Amaral

RIO DE JANEIRO

2016

J96p JUSTEN, Janine Figueiredo de Souza
Os poemas-vida dos estranhos da cidade / Janine Figueiredo de Souza Justen. - Rio de Janeiro, 2016. 176 f.

Orientador: Marcio Tavares d'Amaral.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

1. cultura midiática. 2. configuração urbana. 3. direito à cidade. 4. memória. 5. Jornadas de Junho.
I. AMARAL, Marcio Tavares d', orient. II. Título.

JANINE FIGUEIREDO DE SOUZA JUSTEN

OS POEMAS-VIDA DOS ESTRANHOS DA CIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Marcio Tavares d'Amaral – Orientador (PPGCOM/UFRJ)
Pós-Doutorado em Filosofia pela Sorbonne

Karina Oliveira Leitão (PGFAU/USP)
Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela USP

Paulo Roberto Gibaldi Vaz (PPGCOM/UFRJ)
Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade de Chicago

*Em memória de meu saudoso avô, Nelson Augusto Justen,
eternizado no entusiasmo das páginas que se seguem.*

AGRADECIMENTOS

A meu pai, por tudo e mais um tanto.

Àquele que vem sendo o contrapeso do meu equilíbrio, Tiago, pela paciência, pelo cuidado e pela torcida.

A meu mestre entusiasta, fonte de inspiração diária, pela construção de um projeto de vida, senão da própria – a minha, a nossa.

À fada Aninha, dona de braços, pernas e coração incansáveis.

Aos companheiros de jornada: Heitor, Livia, Silvia e Leo.

Aos grupos de estudo. Às mesas de bar, igualmente fundamentais. A cada riso, ainda quando desesperados. À família e aos amigos queridos, toda gratidão.

À banca, em seus titulares e suplentes, que sugeriu caminhos possíveis para este trabalho conferindo-lhe rosto, corpo e voz.

À Escola de Comunicação, pela acolhida nos últimos seis anos.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Aos futuros leitores, pelo interesse. Seguimos juntos por cidades mais justas.

*Tu tens um medo: acabar.
Não vês que acabas todo o dia.
Que morres no amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que te renovas todo o dia.
No amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que és sempre outro.
Que és sempre o mesmo.
Que morrerás por idades imensas.
Até não teres medo de morrer.*

E então serás eterno.

Cecília Meireles

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO/ABSTRACT

INTRODUÇÃO	7
1 POR DIREITOS À QUEIMA-ROUPA	17
1.1 DA DESIGUAL MATRIZ LATINO-AMERICANA, O BRASIL	23
1.2 UMA DEMOCRACIA POR VIR	34
1.3 EXISTIR PARA RESISTIR.....	43
2 BANDEIRAS DE UM HOMEM EM CRISE.....	57
2.1 A FALÊNCIA DO PROJETO MODERNO	63
2.2 PRESENTISMO: PASSADO E FUTURO EM CONTRAÇÃO	73
2.3 RISCO E VÍTIMA NA CULTURA MIDIÁTICA.....	79
3 NARRATIVAS EM QUESTÃO: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E TESTEMUNHO	91
3.1 AS FASES DAS JORNADAS DE JUNHO.....	104
3.2 OS NOSSOS POEMAS-VIDA: RETRATOS CONTRADITÓRIOS DE RIO E SÃO PAULO	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	VILLA RODRIGO BUENO (BA).....	29
FIGURA 2 -	VILLA RODRIGO BUENO (BA), OUTUBRO-2014	30
FIGURA 3 -	MORRO DA PROVIDÊNCIA, RJ	30
FIGURA 4 -	MORRO DA PROVIDÊNCIA (RJ): MORADORES PROTESTAM.....	31
FIGURA 5 -	OBRA DE RICHARD HAMILTON (1956).....	58
FIGURA 6 -	MODERNIDADE X PÓS-MODERNIDADE.....	67
FIGURA 7 -	REVISTA <i>DER SPIEGEL</i>	86
FIGURA 8 -	<i>BBC NEWS</i> , JUNHO-2014.....	87
FIGURA 9 -	RIO DE JANEIRO, 9 DE OUTUBRO DE 2013	88
FIGURA 10 -	SEATTLE, 30 DE NOVEMBRO DE 1990	98
FIGURA 11 -	RIO DE JANEIRO, JUNHO-2013.....	100
FIGURA 12 -	REVOLTA DO VINTÉM, 1879	103
FIGURA 13 -	RELEITURA DE HÉLIO OITICICA (1968)	106
FIGURA 14 -	<i>PORTAL G1</i> : RETROSPECTIVA DAS JORNADAS DE JUNHO.....	112
FIGURA 15 -	CHARGE DE ARNALDO BRANCO	113
FIGURA 16 -	COMPILAÇÃO DE CAPAS, JUNHO-2013.....	116
FIGURA 17 -	GIULIANA VALLONE, REPÓRTER DA <i>FOLHA</i>	117
FIGURA 18 -	CHARGE DE GOMEZ, JUNHO-2013.....	119
FIGURA 19 -	LIBERDADE PARA RAFAEL BRAGA	121
FIGURA 20-	PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA 2013	123
TABELA 1 -	AL: VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NOS ANOS 80.....	53
TABELA 2 -	AL: INVESTIMENTO, POUPANÇA E DÉFICIT PÚBLICO	54
TABELA 3 -	FASES DAS JORNADAS DE JUNHO.....	115

RESUMO

OS POEMAS-VIDA DOS ESTRANHOS DA CIDADE

A presente pesquisa propõe articular, nos processos comunicacionais violentos, as narrativas da cultura midiática aos mecanismos de configuração do espaço urbano brasileiro, elegendo como objeto de estudo os personagens das Jornadas de Junho no eixo Rio-São Paulo. Considerando por prerrogativa o direito à cidade lefebvriano, quer-se investigar as relações entre território, identidade e testemunho sob a ótica narrativa de um sujeito histórico, num esforço de ressignificação da própria prática discursiva enquanto ação humana: o ser em si a partir de um outro. Buscamos através da denúncia do *analfabetismo urbanístico*, explicitar as estratégias sensíveis do discurso midiático (do afeto instrumental e do vínculo simulado) que naturalizam as mazelas do ilegal, do fora e do contido, incorporando-as pela exclusão do poder normativo. Um desafio de múltiplas vozes que experimenta, no cenário da falência dos fundamentos e da crise da verdade, o simulacro como arma política numa possível alternativa ao fim da História pós-moderno: o hoje, mediado e midiaticizado, do risco e da memória virtual.

Palavras-chave: cultura midiática; configuração urbana; direito à cidade; memória; Jornadas de Junho.

ABSTRACT

THE LIFE-POEMS OF THE OUTLANDERS

This research proposes to articulate, on violent communication processes, the accounts of the media culture to the Brazilian urban spaces configuration mechanisms, electing as study object the characters from the June Days Protests on the Rio-São Paulo axis. Considering as a prerogative the lefebvrian right to the city, the intent is to investigate the relationship between territory, identity and testimony under the narrative account of a historical subject, in an effort to resignify its own discursive exercise while human action: the being as itself from another. We sought through the denunciation of urban illiteracy, to explain the sensible strategies of the media speech (from the instrumental attachment and the simulated bond) that naturalize the illnesses of the illegal, of the outside and of the restrained, embodying them by the exclusion of the normative power. A challenge of multiple voices that experiences, on the scenario of the collapse of the fundamentals and the crisis of the truth, the simulacrum as a political weapon in a possible alternative to the post-modern end of History: the today, mediated and mediatized, of the risk and of the virtual memory.

Keywords: media culture; urban spaces configuration; right to the city; memory; June Days Protests.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

*De todas as coisas a guerra é pai, de todas as coisas é senhor;
a uns mostrou deuses, a outros, homens; de uns fez escravos, de outros, livres.*
(Heráclito – Fragmento 53)

Esta dissertação se dá em tom de manifesto. Decorre de um profundo desconforto, um afeto bastante peculiar, capaz de suscitar a necessidade de reescrituras: podemos traçar paralelos entre a produção da opinião pública e os mecanismos de configuração urbana no Brasil? Para nós, os processos de legitimação da fala, aqui, impactam sobremaneira as garantias de ocupação do espaço público: o direito à cidade dado (e exercido) pelo discurso. A desistoricização do que foi naturalizado pelas forças da ordem, atribuindo classe e cor à face da violência urbana através da segregação territorial, nos parece, então, ser a grande demanda. O afetar-se, a si próprio e ao outro, prática da imanência humana, como aquilo que nos constitui, bem como aquilo que nos nega. “O si-mesmo como outro” (RICOEUR, 2014), proposição quase religiosa. Quase. Não o é.

Da linguagem, trouxemos a interação. Do dito, mas também e, sobretudo, do não dito. Identidade. Somos o que somos porque somos o que vemos, o que nos impressiona, o que nos causa estranhamento ou desamparo. Absorvemos. Sentimos. Reagimos. E só então somos. Longo e penoso processo. Processo coletivo um tanto individual, que nos revela a nós sobre nós mesmos. O outro. O outro que *desvela*. Aquele que, temerosos, insistimos em anular.

Somos ou não somos? Somos. Mas também não somos. Somos e não somos. Podemos não ser. É uma escolha. Atitude ética da ausência – ainda assim, escolha. Matamo-nos em parte. Escolhemos morrer. Escolhemos matar. Sufocamos o outro e o outro-monstro se vai, embora descuidemos de que junto se vá o nosso traço mais doce. Esgota e amarga.

Sobra eu, já sem nós. Ecoa. Ecoa. Sócio. Um membro, um parceiro, companheiro. Sociedade. Dos sócios. Bando de com-partes. Partes? As enterramos. Resta procurar... os restos. Uma vez achados, não mais perdê-los. Reanimá-los se possível for. Um esforço pela necessidade da reescritura – aquela dos afetos. Na ânsia de abortar o outro, deixamos de nascer. E não somos.

“*Não poder não sofrer* o simples: este é o primeiro sentido do sofrimento que afeta o mundo. Não poder não: trata-se de uma ‘lei’. A absoluta negatividade ontológica do Ser como simplicidade: esta é a lei cujo nome se diz – sofrimento” (AMARAL, 2004, p.19). Do

sofrimento, a compaixão, indissociáveis. Aliança e guerra. Sangue do caos, rosto, voz. De saída o amor e toda a sua beleza. Acenamos para chamar de volta ou despedir enfim.

Eis o tempo que (des)cola. Traz à tona, em movimento, o exterior que assombra, a memória borrada de um quadro sujo que se quer apagar. Borrarr mais. Desejar menos. A luta se vence se esquecida. Senão lateja. E dói. Faz-se presente *no* e *pelo* incômodo. Bendito seja o incômodo.

Nesta lógica, impossível seria restringir o estudo em questão a um único objeto de pesquisa. Para além de uma extrema leviandade, um desleixo, um completo descompasso acadêmico, moral e cognitivo – arriscamos dizer. Propor uma outra forma de pensar as narrativas de sofrimento em conflitos urbanos no Brasil hoje, que não apenas a burocrática, nos exige fôlego.

Dentro do universo das faculdades humanas, o sofrimento nos parece ser a face mais remota das inúmeras que o aglutinam. Desde a Grécia Antiga, berço da pólis e da nossa civilização, experimentamos a vida, em seu máximo risco, na dimensão trágica. A ira, a honra, a culpa. Os mitos, os deuses e os homens. O mundo e as fábulas. *Ilíada*, com a Guerra de Tróia e a primeira queima de arquivo da qual se tem registro na história do Ocidente; *Odisseia*, com as provações de Ulisses, herói e *homem*.

Pode-se falar, portanto, de um sujeito livre, de vontades, desejos, instintos, mas também de um sujeito obstinado, irredutível em suas crenças e conduta moral. Pode-se falar em valor e em medo. Ah, o medo. Quer falemos aqui do aventureiro, do conquistador ou do moderno, aquele já assolado pelo duro estigma do pecado. Assim criou-se o *homem comum*, o *cidadão*, e acrescentou-se aos mitos o controle: mito-logia – o império do *logos*, em cisão definitiva da *physis*. Não à toa, sujeitos de poder em sujeição, todos fazendo-se homens rigorosamente nos hiatos.

Como nos adianta Nietzsche (2007), antes de lembrarmos o sofrimento como argumento contra a existência, devemos recordar que o fazer-sofrer foi o verdadeiro chamariz à vida. A estrela que dança, parida pelo caos, é a mesma para os desertos e para os mares. Estudar, então, as narrativas de sofrimento, requer não um, mas uma *constelação de objetos* – múltipla em sua unidade, o Um do Outro e o Outro do Um. O Mesmo.

Um trabalho, uma ação que toque. Tão logo nos despenda energia, nos afete. Os mecanismos de construção de um outro discurso que não público ou privado, livre ou institucional, mas de afeto, acesso e visibilidade: a reivindicação de uma experiência humana

real, crível e produtora de memória, que nos permita pensar novas formas de sermos nós (RICOEUR, 2012).

Propõe-se problematizar a legitimação das *narrativas oficiais* em contraste aos *fragmentos narrativos dos estranhos da cidade* no cenário das incitações e desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013 para perceber, como em uma reação inevitável, as expressões violentas da configuração urbana brasileira contemporânea. Um direito de morte e de poder sobre a vida, intrínseco à própria ideia de civilidade, que nos vigia (e pune) sob a imagem laicizada dos olhos de Deus.

Seguindo as premissas foucaultianas referentes à arqueologia do saber, da Verdade, e à genealogia do poder, do exercício, uma amostra das práticas discursivas no Ocidente nos é fonte primária de recorte e pesquisa. Não arbitrária, adotada a partir das noções de *bios midiático*¹ (SODRÉ, 2002) e *regime de presentismo*² (HARTOG, 2013), essa amostra do contemporâneo precisa ser investigada em jogos de escala históricos a fim de evitar anacronismos e descontextualizações severas na busca por seus agentes causais. Só assim será possível, então, um diagnóstico do hoje.

Na intenção de argumentar sobre uma relação profunda entre mídia, tempo, poder e verdade, que vem desde o período do pós-guerra ganhando contornos de *status quo* na construção (e hierarquização) dos enunciados sociais com a ascensão dos postulados pós-modernos, elegemos como fio condutor deste estudo a questão do vínculo, essencial para a caracterização de nosso protagonista: o homem em crise.

Um estudo transdisciplinar e estendido por requisitos de sua própria natureza, que necessita transitar no espaço e no tempo para delimitar, no nosso mundo, o que Foucault (1977) chamou “poemas-vida” (p.205) acerca dos *homens infames*, escandalosos e desprezíveis, a perambular na Europa dos séculos XVII e XVIII: uma “antologia de existências” (p.203) – que

¹ De acordo com o autor, o “bios midiático” é uma metáfora conceitual empregada para designar a comunicação em tempo real e espaço contínuo, que imprime à comunicação e, por conseguinte, às relações humanas um outro paradigma epistêmico influente tanto na produção de subjetividade quanto na configuração cultural do hoje.

² Questão amplamente tratada por outros pensadores da Comunicação e da História – coo Agnes Heller, Norbert Elias, Martín Barbero e Beatriz Sarlo – a ser abordada em profundidade adiante neste trabalho, destacando os mecanismos de operação narrativa próprios do regime de historicidade em debate.

a ele, à época, despertou intensamente a emoção do assombro, bem como a nós nos acomete agora, justamente pelos delitos que lhes eram atribuídos e continuam sendo.

“Foucault que sai do fundo das bibliotecas onde gostava de escrever e vem para a claridade da rua como um homem específico: um intelectual, que intervém e luta” (AMARAL, 2004, p.50). Preciso em seus postulados, preciso em suas ações que, mais do que qualquer outra coisa, demandavam coragem. *A coragem da verdade*, a coragem do embate.

Neste sentido, partiremos das premissas da miséria e dos excessos para pinçar, em meio a todas as possibilidades que nos oferece a cultura midiática atual, relatos singulares pela sua brevidade, intensidade e relevância dos acontecimentos neles relatados. Os relatos devem, essencialmente, tratar sobre os conflitos urbanos pelo direito à cidade, sendo capazes de nos transmitir as tensões de um cotidiano sufocado frente aquilo que se quer escancarar: as mazelas do ilegal, do fora, do contido.

Nos interessa perceber o ínfimo como desviante e as manobras do discurso da ordem na intenção de incorporá-lo pela exclusão. É pelo enquadramento *oficial* desses relatos infames que, *oficialmente*, se tornam relatos marginais: o poder positivo, que traz a ver os invisíveis para então extingui-los. “O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2012, p.239).

Partilhando da vanguarda das narrativas colaborativas como um novo campo de lutas, numa espécie de rearranjo social e político (MALINI; ANTOUN, 2013), a questão da técnica vem delimitar nosso lugar de busca: da ascensão da *doxa*, apostando na revalorização da sofística e do devir, o *saber-fazer* sobrepõe-se ao saber-saber – do conhecimento verdadeiro – e nos permite pensar uma democratização do acesso, da expressão e do alcance de mensagens e punções tangentes à curva do poder normativo. Mais uma vez, o extraordinário acalento do incômodo.

A *massa*, sensível ao período moderno – cujo ambiente de mobilidade social bastante debilitado, do proletariado em oposição aqueles que o exploravam por deterem os meios de produção – saturou-se de sentido na conjuntura das fábricas. Do contingente amorfo, homogêneo e manipulado em boa parte de sua estrutura, vemos ascender a *multidão* (NEGRI; COCCO, 2002). No campo do discurso pós-moderno e do Estado Mínimo, as multiplicidades retomam o protagonismo do engajamento político: é a identidade solúvel, móvel, ajustável (HALL, 2003).

Os *anormais*, figurados historicamente pelo papel do louco, do criminoso, do homossexual, vêm, portanto, com uma roupagem customizada – irrompendo ainda no alvoreço

das minorias inflamadas da Revolução Francesa – reivindicar o seu direito de existir, cada um à sua maneira. As minorias que se somam e se subtraem, se unem por bandeiras comuns e se desmembram por suas causas particulares. Resistir para existir e não o contrário – mas agora ao dissabor do lugar de *vítima*, que dá a ver à medida que segrega. Efeito colateral.

Resistência esta que se associa aos esforços de quebra das regras de uma cultura milenar engendrada pelo patriarcado, pela dominação servil e pela ideia da supervisão divina, cujas raízes se nutrem de desigualdade e preconceito. O poder faz existir o perigo para se colocar no lugar daquele que protege, desenha o mal e o antídoto: “o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (FOUCAULT, 2012, p.25).

Fiquemos então com o opinativo, os escritos (e ditos, mas também não ditos) mais próximos daqueles que os escrevem (e falam e sentem), bem como daqueles para quem se deseja comunicar – comunicação aqui como processo, fluxo dinâmico e de (re)construção constante, prática da ação humana e de mediação sujeito-mundo.

Seu diferencial, do discurso opinativo, é a instrumentalização do afeto. Através de estratégias sensíveis, conduz o outro ao consumo de vínculos simulados (SODRÉ, 2006). Como vimos, o afeto está em devir, é um fenômeno irrefletido e irracional. No entanto, por ser o primeiro efeito da impressão humana, ou sua primeira forma de mediação com o real, detém a permissividade de desconstruir o sujeito soberano. Já a emoção é de intensidade reconhecida e pode ser representada culturalmente pelo discurso.

A emoção é o afeto assimilado, consciente, o que lhe confere maior escopo de intervenção nos processos de individuação, uma vez que apresenta respostas padronizadas e reconhecíveis no coletivo (a empatia, por exemplo, precursora da compaixão).

Assumindo que os movimentos sociais são emocionais tanto na deliberação quanto na elaboração de projetos (CASTELLS, 2013), alcançamos a chave mestra desta pesquisa: a relação existente entre os *poemas-vida noticiados* e as expressões do sofrimento legitimadas ou não pelos dispositivos midiáticos quando se trata de direito à cidade.

Assim, dentro deste universo de manifestações midiáticas, nossa constelação de objetos se delinea: de um lado, os manifestos publicadas nos grandes veículos de ampla circulação no país, os quais apesar de tradicionais e presos às diretrizes editoriais apresentam certa autonomia de autoria e variações entre si; e de outro, os coletivos de mídia independente e as intervenções artísticas, escolhidos essencialmente por seu caráter de conexão real-virtual – das redes às ruas, como bradaram, por exemplo, os recentes movimentos da Primavera Árabe, *Occupy Wall*

Street, Indignados e das Jornadas de Junho, este eleito como o estudo de caso da presente dissertação.

Conflituoso em essência, o processo de mercantilização das relações urbanas leiloa também seus habitantes, fator arregimentado pelas manchetes dos noticiários diários, já que “não há aí uma *influência* sobre a realidade, mas ao contrário a *constituição* de uma realidade” (SODRÉ, 2006, p.99). É chegada a hora de diferenciarmos o apanhado *mídia tradicional* da chamada *mídia independente* e dizer porquê – ideologias à parte ou nem tanto – são nossas aliadas no fornecimento de material empírico à imagem dos acontecimentos.

“O midialivrista é o hacker das narrativas” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.12). Capaz de rivalizar e subverter as estratégias discursivas dos grandes conglomerados midiáticos – regidos por interesses comerciais enquanto veículos-empresa – a suposta mídia livre não só apresenta outras versões sob uma perspectiva angular diferenciada, mas também contradiz com frequência o senso comum, aquele posto pela hegemonia da opinião pública.

Não obstante, o midialivrismo se alimenta de relatos vivos, dando nome às fontes anônimas (vezes números) da mídia tradicional. Mas não sejamos ingênuos: ambos se entrecruzam numa sociedade globalizada pelo consumo e, por isso, suas estratégias de sedução, identidade e pertencimento não se dariam por outras vias.

O relato é ‘documental’ até o extremo de quase não haver cortes nos canais mais populares, mas tampouco em outros que querem se distinguir da imprensa marrom sem deixar de sucumbir a seus encantos e suas oportunidades de lucro. As sequências são prolongadas, com altos e baixos da tensão narrativa. (...) A desordem narrativa fornece a prova da verdade referencial; mostram-se os fatos ao mesmo tempo que estão acontecendo ou o mais perto possível desse momento. Essa proximidade temporal com o acontecido é um argumento decisivo na competição capitalista pelo mercado da notícia (SARLO, 2014, p.91).

Estes relatos, por conseguinte, não podem ser quaisquer relatos. Conforme enunciado por Foucault (1977) em sua metodologia de exumação de arquivos, não se tem nenhuma intenção de construir uma narrativa ficcional. Os personagens precisam ser reais. Os fragmentos precisam remontar queixas, incertezas, precisam ser emotivos ou despertar em nós, leitores/espectadores, algum afeto, ainda que asco. Através do choque, do estranhamento, investigamos as pistas do terror para, com sorte, reinseri-las numa malha fraterna.

Portanto, mais do que identificar vítimas específicas – excluídas ou censuradas do que se convencionou denominar *esfera pública* (HABERMAS, 2003) –, pretende-se perceber e analisar quais são e como funcionam os estímulos que lhes pretendem assegurar sensações de

empoderamento tais, capazes de inspirar emoções positivas transformadoras articuladas em redes³.

Para Foucault (1977), essas seriam as peças da “dramaturgia do real” (p.205). Para nós, talvez, de um *hiper-real*, que à imagem dos simulacros constroem uma *outra* realidade, uma alternativa àquela que agoniza já sem créditos, referências ou fundamentos (BAUDRILLARD, 1981; LYOTARD, 1988). Jaz desinteressante, carregando consigo os fragmentos narrativos que ansiamos recuperar – repletos de vivências, memórias e (des)pertencimentos.

No entanto, raso seria tratar de narrativas sociais reinventadas, ou da tentativa de reinventá-las, sem levar em conta o imaginário e a significância do poder simbólico, ainda mais quando a territorialização se dá em ambiente urbano – constituído pela própria dinâmica de embates, do êxodo rural, do fluxo de mercadorias, da organização do trabalho. *Locus* da reafirmação de hábitos, bem como das manifestações culturais mais múltiplas.

É urgente que pensemos o analfabetismo urbanístico e suas reais implicações na política pública, quer seja no engendramento das leis em si, quanto no cumprimento e fiscalização (MARICATO, 2002). Por que (e como) mantemos segregados indivíduos característicos – a saber, contestadores políticos radicais, negros e pobres, como veremos no decorrer deste trabalho – se, de alguma forma, seus direitos civis igualitários preenchem páginas e páginas da nossa Carta Magna? Estamos diante de vidas que só se fazem ver (e sentir) no momento exato em que se chocam com o poder que as quis aniquilar.

Defendemos, então, a hipótese de que esse cenário de barbárie se desenha à medida que o *analfabetismo urbanístico* se articula ao sistema discursivo do qual dispomos – o midiático – preparando o terreno para a segregação institucionalizada da máquina pública: “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p.15).

Uma manobra para justificar a adoção de dois pesos e duas medidas na segurança dos *cidadãos de bem* – garante o apoio da maioria através do que entendemos por *cidadania seletiva*

³ Adotou-se a definição do conceito de redes elaborada por Castells (2013), ambientes de interação fluida por comunicação socializada: "Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder" (p.15).

(ou de exclusão). O outro precisa estar fora, e assim permanecer, para que os meus direitos civis perante o Estado e aqueles com quem *escolho* conviver façam-se cumprir. Como argumentamos, uma questão ética.

Expressões austeras, como *idades doentes* e *cultura do extermínio*, surgem para denunciar este regime que aliena e condena a bel-prazer pela promessa do *desenvolvimento*. Convence. A indignação generalizada que se cria – propositalmente, não há dúvidas –, precede o medo por desconhecer o agressor, mas não o supera por torná-lo, de tão distante, invisível. *Compaixão à barbárie* e *indignação automática*, como defenderemos.

Está posto o risco (VAZ, 2014). O risco do outro. É no império do medo e, portanto, no império das narrativas midiáticas, que se consolida o *analfabetismo urbanístico*, a passividade política e o esfacelamento dos movimentos sociais. Propomos pensar (e recuperar) técnicas que sejam, então, não reativas ou reacionárias, mas criativas: aptas a reinventar nossa prática normativa do discurso. As brechas – que atingem não só o outro mas também e, principalmente, o um. As brechas do mesmo, as do sistema, as nossas.

Por fim, a memória. Expomos aqui o sofrimento em seu caráter dialético: o dinâmico e o estático, manifestações típicas de um tempo presentista, que contrai passado e futuro na efemeridade do instante. Os relatos, que nos chegam por rupturas, apagamentos, esquecimentos e reparações, não poderiam ser mais adequados ao momento que se eterniza no piscar de um *frame* congelado – uma fotografia. Eis o dito e o não dito, agora explícitos. A fala e a imagem concreta. O texto e a imagem simbólica: simulacros como armas políticas.

Para Barbero (2000), cabe à mídia, em particular à imprensa, a função dupla (e dicotômica) de *produtor de presente* e *produtor de memória*, ocupando um entrelugar moderno/pós-moderno – sendo os dois e nenhum deles, como nós. Exploreemos, por cúmulo, na qualidade última desta dissertação, o papel da *memória virtual*, tão logo a provocada pela imprensa como a dos rastros narrativos.

Assim, à luz da Filosofia, com o auxílio da História e da Ciência Política, nos propomos analisar os quadros sociais das cidades brasileiras que se espraiam assentados nos pressupostos da democracia sob um olhar jornalístico, conferindo significativa importância aos entrelaçamentos entre comunicação, discurso e culturas urbanas.

Uma pesquisa que, uma vez inserida no contexto descrito, traz consigo o máximo perigo e por isso o assume e dele se fortalece. O desafio de um trabalho de múltiplas vozes, de múltiplas áreas – um trabalho de mídias. Um manifesto, como enunciado. Um grito e, quem sabe, também um riso.

1 POR DIREITOS À QUEIMA-ROUPA

1 POR DIREITOS À QUEIMA-ROUPA

*Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer
(Caetano Veloso e Gilberto Gil)⁴*

Anos dois mil. No entanto, o quanto ainda são atuais e necessárias as teorias políticas dos séculos XVII ou XVIII? Não em suas estruturas propriamente ditas, uma vez que versavam sobre relações monárquicas conflituosas entre reis e súditos sob o olhar clerical de pronta vigilância, mas em demandas: vida livre e plena, dentro de limitações inerentes à existência e à constituição dos seres que a habitam. Um mundo descrito por Hobbes, Locke e Rousseau⁵, idealizado pelas revoluções burguesas da Inglaterra (1640) ou da França (1789). Um mundo combativo por essência buscando se reinventar.

Os contratualistas, como ficaram conhecidos esses pensadores anteriores à crise da modernidade, defendiam o *direito natural* e a formação de um *corpo civil*, canalizando os juízos de poder à configuração de um *bios* pacífico, centralizado, em detrimento aos esforços de uma guerra de destruição mútua – para eles, o desfecho invariável de uma humanidade isenta de intervenções fiscalizadoras: cada um contra todos os demais, já que a ausência de estágios da soberania inviabilizaria a construção de redes de solidariedade⁶.

Estavam postos os *pactos sociais*, um conjunto de regras para o bom convívio entre níveis hierárquicos distintos: o reconhecimento do outro a partir da noção de si mesmo; o medo do outro a partir do medo de si mesmo. A garantia da propriedade, incluída na categoria dos direitos básicos do homem, apaziguava os ânimos mais exaltados; caso contrário, tinha-se aí uma justificativa para a derrubada do regime. Uma espécie de subordinação concedida, que

⁴ Música: Panis et Circenses (1968); Interpretação: Os Mutantes; Movimento Tropicália.

⁵ Para Bruno Latour (1994), esses foram os primeiros homens a pensar as relações de poder como uma espécie de negociação: “Hobbes e seus seguidores criaram os principais recursos de que dispomos para falar do poder – representação, soberano, contrato, propriedade, cidadãos” (p.30).

⁶ São sabidas diferenças importantes entre o estado de natureza hobbesiano e os de Locke e Rousseau, principalmente no que tange as noções de violência, racionalidade e propriedade privada – dos direitos e liberdades individuais. Estas nuances serão esmiuçadas com o devido cuidado ainda neste primeiro capítulo, no tópico “Revolução Francesa em curso” (p.36).

mantinha em alerta a figura suprema frente ao fantasma da mobilização da sociedade organizada.

O contratualismo clássico inaugurou um debate que até hoje perdura, na prática e no conhecimento político, acerca do ideal da razão como orientação para o comportamento político, e do acordo entre os indivíduos como fundamento da legitimidade do Estado (KRISCHKE, 1993, p.27).

Até então, a doutrina do *direito divino dos reis* deslocava a prestação de contas dos governantes para o campo celestial. Não havia quaisquer intenções de se construir uma gestão participativa, disposta a produzir melhorias efetivas no cotidiano dos sujeitos ditos inferiores. O alibi se dava em cadeia, nos alicerces do absolutismo: a deposição de um rei ou a limitação de poder da Coroa seriam afrontas ao próprio Criador, contrariando Sua escolha irrefutável. As punições viriam a cavalo.

É com o Movimento Iluminista e a ascensão da burguesia que este cenário começa a ser questionado: “O soberano fala em seu nome ou em nome daqueles que o autorizam? Questão insolúvel que a filosofia moderna nunca terminou de desembaralhar” (LATOURET, 1994, p.34). E são postas em discussão novas configurações do regime, como a criação de um parlamento ou a conduta do despotismo esclarecido, para não citar, de fato, algumas investidas republicanas incipientes.

O século das luzes traz, com a formação do ambiente urbano, a grande promessa da modernidade e de uma democracia ainda embrionária: liberdade, igualdade e fraternidade. Todavia, para além da supremacia da razão em detrimento da fé (questão já levantada pela Renascença) e da valorização da esfera privada frente à pública, nascia um outro reinado, o da competição entre pares.

Somar recursos, sejam financeiros ou intelectuais – riquezas comumente associadas em uma sociedade meritocrática – fez-se missão, elevando o propósito da bandeira francesa a um perfeito calcanhar de Aquiles. Os privilégios hereditários de uma nobreza dita parasitária dão lugar aqueles medidos pela posse de bens e terras, simbolizando não só a ascensão de uma classe, a burguesia, mas de um outro sistema de pensamento baseado no valor-trabalho.

No processo de configuração de um aparelho institucional representativo, esses contratos passaram a vigorar através das constituições, as Cartas Magnas dos Estados Nacionais, apoiando-se na tendência de serem reafirmados a cada nova gestão (à época, dinastia) – dizemos tendência, pois na prática cotidiana não nos foge do comum a percepção de que certos acertos, em larga medida, são explicitamente negligenciados.

Um embate constante e necessário, de cuja luta clama desnaturalizar-se. Um possível legado dessa noção de *autoridade legítima* dos governantes, mantida a base de custosos flagelos sociais, conforme indicam os argumentos expostos nas páginas que se seguem. Para Norberto Bobbio (2004), um compromisso histórico de proteção de carecimentos e interesses, transformados a cada nova Era, como, por exemplo, os que se referem às liberdades religiosas e de expressão.

Com a queda das políticas de bem-estar social e, ainda mais fortemente, após a Guerra Fria – décadas de 70, 80 e 90 – difundiram-se novamente lutas por liberdade e igualdade, mas desta vez pelo mundo inteiro e representadas de maneira significativa por parcelas mais radicais dos movimentos de minorias, contrários à burguesia monopolista. A prova de fogo de um projeto político-social há muito falido: o uso do consenso como arma discursiva para as práticas de dominação ideológica e segregação econômica. Pode-se dizer que o principal recurso de contestação desses grupos foi a não adequação às regras de controle do corpo, seja ele expresso ou incentivado em meios públicos ou mistos (de forte ingerência individual mas difusores de experiência e informação, como os testemunhos, por exemplo) com forte apelo midiático.

Mulheres, negros, homossexuais ganhavam as ruas, produziam e começavam a se fazer produzir pautas que lhes assegurassem, mais do que a emergencial segurança física, moradia, emprego, ensino, saúde. Queriam se tornar visíveis. Queriam ser legitimados. Traduziam suas causas à disputa por espaço urbano, respeito e inclusão social: extrapolavam fronteiras, assumiam a condição de cidadãos do mundo na luta pela não violação de seus direitos fundamentais.

Mas, por outro lado, ocupavam essas mesmas ruas movimentos separatistas, xenófobos, sectários, racistas e fundamentalistas. Crescia, em acelerado e equiparado ritmo, uma assombrosa onda conservadora que em muito se assimilava aos postulados nazifascistas europeus do começo do século XX: um “animal político” (SODRÉ, 2006, p.135) que teria a habilidade ética de decidir sobre o justo e o injusto, num constante afetar-se das manifestações do comum nem sempre entrelaçadas aos modos de organização da cidadania e da autorrepresentação de uma sociedade heterogênea.

Colocavam em risco os então conquistados ideais democráticos. Na berlinda, mais uma vez, o castelo de areia do homem civilizado. Uma história de aparência cíclica, cujos protagonistas se alternam, apontando, incisiva e urgentemente, na direção do trato de novos acordos. “Ora, penso que, sem chegar a dizer que o poder de Estado deriva das outras formas

de poder, ele é, ao menos, fundamentado sobre elas, e são elas que permitem ao poder de Estado existir” (FOUCAULT, 1978, p.268).

Direitos universais, inatos e irrevogáveis, *versus* direitos conquistados, trazidos à tona pela imposição estrutural deste novo cenário que se desenhava, ainda na Europa oitocentista, terreno da luta de classes e que viria a se instalar justamente no embate da questão social e do acesso à esfera dos chamados direitos humanos fundamentais. O sistema que propiciaria a consolidação e a expansão da cidadania, com garantia das liberdades individuais e da efetiva e autônoma participação popular, nasce à luz de uma modernidade pré-moderna estendida, alongada, esgarçada até suas últimas fibras.

Como sugere Paulo Krischke (1993), esses contratos têm cumprido importante papel no Brasil e nos demais países da América Latina, filhos de processos de (re)democratização bastante recentes. Difundem e consolidam modelos institucionais e de coalizão que moldam as esferas do imaginário coletivo e dos discursos e práticas políticas, o que lhes confere forma e substância de indicadores sociais fidedignos.

Para Harvey (2014), as urbes emergem num aquário de desigualdade patológica que semeia tensão civil – característica, para ele, inerente à fragmentação do espaço social e dos interesses dos habitantes: elite financeira, cujo poder fora restaurado pela instauração e consolidação do neoliberalismo, e a espessa camada de trabalhadores sub ou desempregados, postos à margem do *bios* delimitado pela globalização de consumo num contexto de relações midiáticas orientado por especificidades da questão da técnica como a informação em rede e os arranjos de ressignificação espaço-tempo – dispositivos narrativos de construção de instante e memória.

São, portanto, percebidas ao longo da passagem do período Moderno ao Contemporâneo uma série de transformações nos paradigmas sociais. Ou seja, transformações significativas no conjunto de regras dos modos de ser, dizer, pensar e fazer, na conduta moral, na ética, nos valores e nas próprias relações do eu consigo mesmo, do eu com o outro e com as instituições: “o ‘príncipe’ muda de identidade e movimenta-se preferencialmente na atmosfera emocional dos costumes e das formas sensíveis de percepção” (SODRÉ, 2006, p.165).

No sistema econômico, por exemplo, vemos um capitalismo mercantil já decadente consolidar-se como capitalismo industrial e depois cognitivo. No campo das ideias, temos o declínio do domínio isolado da Igreja Católica sobre as práticas e dogmas do estilo de vida para a ascensão do testemunho, da opinião e do discurso enquanto performances narrativas fragmentadas. Para Foucault (2012), uma sociedade que supera as rédeas da *disciplina* e alcança

o patamar do *controle*, de motivação orgânica e continuada. Em lugar da prisão, da fábrica, do hospital ou da escola, as clássicas instituições disciplinares que estruturavam o terreno social por parâmetros comportamentais de normalidade, os mecanismos de comando, que, cada vez mais imanescentes a corpos e cérebros, regem os mecanismos de integração e exclusão próprios de um poder normativo introjetado (e retroalimentado). O objetivo, sem meias palavras, é construir um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade, sendo a eles superior.

E nesse prosseguir faz surgir um novo sujeito político: o proletário social organizado no trabalho imaterial, cuja produtividade se faz através da cooperação. A qualidade do trabalho vivo se torna absolutamente imaterial. No lugar da força repetitiva e autômata [*da sociedade fordista*] as lutas antidisciplinares forçaram a adoção de novos mecanismos de produção (MALINI; ANTOUN, 2013, p.30).

Criada uma nova teoria de valor, precisa ser também formulada uma nova teoria da subjetividade: surge, então, uma outra dimensão de luta, a das narrativas colaborativas; uma nova organização que, através do afeto, do afetar-se a si próprio e também ao outro, trata da política como ambiente de comoção e catarse, mas sobretudo de negociação e mediação – é espaço e ferramenta, constitutiva e constituinte. Opera basicamente através do conhecimento, da comunicação e da linguagem. A briga agora é pelo tempo, pelo poder e pelo castigo do tempo, é a briga por nossa presença, do tempo enquanto experiência social, como veremos. Corpo, mente e voz imersos numa economia de direitos suspensos (FOUCAULT, 2011). Salve-se quem puder.

Pode soar estranho que ainda precisemos assinar contratos, redigir e aprovar decretos para reconhecer o outro – semelhante a nós mesmos em suas diferenças, tão externo quanto integral. Isto nos deveria ser imanente. Mas para sermos humanos parece que precisamos deixar de sê-lo. Para sermos humanos, ao menos pela história, temos de ser burocratas. Ou o *outro de nós* passa a ser o *outro da verdade* e constitui, inevitavelmente, o erro.

Estamos na posição de máximo risco, de máximo perigo, e por isso, e só por isso, experimentamos a única beleza: “eis o grande desafio, a grande aventura do nosso tempo, que em muito excede a ciência, a verdade, a história e toda dúvida: estar face a face com a alteridade” (AMARAL, 2004, p.31).

1.1 DA DESIGUAL MATRIZ LATINO-AMERICANA, O BRASIL

“Às vezes esses homenzarrões brincam como meninos, empurram-se pelos ombros, correm uns atrás dos outros até o meio da rua, gritam como cães e depois, novamente, recobram o ritmo de seu sigilo e continuam conversando.”⁷ Assim Beatriz Sarlo (2014, p.93) dá o tom aos *estranhos* da cidade de Buenos Aires, juntando às belas palavras de Robert Arlt, ensaios e fotografias próprios para montar uma espécie de quebra-cabeça de um cenário em transformação permanente.

Ânimos se exaltam e se acalmam, posturas são excitadas e reprimidas, quase como se estivessem postas em um gráfico ondulatório que se alterna em face do coletivo e do individual. A ideia é, a partir dessas percepções e testemunhos, entrecruzar duas urbes, a real e a imaginada, na intenção de descrever (e decifrar) identidades culturais mapeadas – os fatores espaço-tempo assumem, portanto, função ímpar na atividade narrativa: as tensões entre público e privado, os deslocamentos de mercadorias, pessoas, demandas e serviços e, principalmente, as ressignificações das práticas sociais, trazendo à tona forte carga simbólica dos processos de mediação.

O detalhe – que agora se sobrepõe ao contexto e ganha ar de moldura – se dá à medida do calar-se, pois se calam em simultâneo as insatisfações, diminuem-se as conquistas, saturam-se as organizações. Ao ciclo das interações urbanas acrescentamos variáveis inconstantes, que induzem a separação da equação no campo dos visíveis e dos invisíveis, dos legítimos e dos não legítimos.

O único termo capaz de inverter esta lógica, como veremos adiante, é o incômodo: alguns moradores da cidade são invisíveis até o momento em que incomodam um dado projeto hegemônico de apropriação do espaço urbano. Então passam a ser percebidos e indesejados, o que implica diretamente em sua existência-resistência – forças não similares embora sobrepostas. O conflito deixa de ser *evitável*, uma vez entendida a cidade como a forma reificada das relações sociais de produção capitalista em sua materialização política e espacial. Nesta unidade de contrários, a linha entre a ordem e a inquietação é bastante tênue, frágil até. Controla,

⁷ ARLT, Robert. *Sirio libaneses en el centro*, 1933.

reprime e neutraliza, mas não sem dar vazão, não sem deixar escapar a faísca que faz girar as órbitas imperfeitas, pouco esféricas e desanguladas dos igualmente corpos *estranhos*.

Para se referir à formalidade da configuração urbana, Ermínia Maricato (2003) prefere os termos *legal* e *ilegal*: “A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado” (p.79).

Para ela, o conceito de cidade se relaciona ao local de moradia da elite, onde o todo é tomado pela parte numa representação ideológica de espaços de distinção. Ou seja, quem manda é o capital especulativo, o mercado imobiliário, as empreiteiras e a indústria automobilística, que deixam à margem da legalidade incríveis 50% da população das grandes metrópoles – para se ter uma ideia mais concreta do tamanho do problema, na cidade de São Paulo os congestionamentos chegam a atingir 763,79km de vias e, ainda assim, há mais subsídios disponíveis para a circulação de automóveis do que para a manutenção e melhoria dos transportes coletivos. É sobre a formação desta *cidade corporativa*, cuja principal característica é o não reconhecimento da existência de seus conflitos sociais, que Sarlo discorre:

Materialmente, a cidade resulta de uma ocupação por sobreposição, por agregação, por metástase. Monstruosa excrescência da planície, a cidade foi produzida por uma inexorável causalidade geográfica que determinou sua história e sua atualidade (SARLO, 2014, p.146).

Na contramão dos avanços sociais publicizados – e demasiadamente maquiados pelas artimanhas do *marketing* de negócios – pela globalização do consumo e da tecnologia, as veias da América Latina, como diria Galeano, seguem abertas sobre um sistema político que não se modernizou. Ao contrário, aprofundou e diversificou a desigualdade de uma sociedade histórica e tradicionalmente desigual: “Para quem não é o império ou seu aliado, a globalização é um grande tsunami que varre o que encontra pela frente” (MARICATO, 2015). Direitos universais por aqui são privilégios de poucos, favorecendo a aplicação discriminatória de leis e recursos nos planejamentos urbanos.

Somando cerca de três milhões de habitantes⁸, a capital das terras *hermanas* não compartilha conosco apenas a alta densidade demográfica, o “parentesco” do continente sul-americano ou os acordos aduaneiros. Assolada por um governo autoritário, para muitos classificado como terrorista, após efusivas implementações de políticas populistas com o peronismo, seguiu sob as rédeas da Junta Militar por sete penosos anos de chumbo, de 1976 a 1983, e carrega até hoje fantasmas para lá de conhecidos pelos brasileiros.

Nós tivemos Getúlio, sofremos o golpe para coibir quaisquer planos a respeito da reforma agrária no mandato de Jango. Por duas décadas vivemos à sombra de um projeto nacionalista, anticomunista e desenvolvimentista, que se agarrava à propaganda do *milagre econômico* para se afirmar conquistando o apoio da opinião pública. Seguido por um período de abertura política carente de inquéritos e reparações, tanto para os crimes de tortura e perseguição política quanto para os excessos dos radicais de esquerda, o regime militar deu lugar a um conturbado período de redemocratização: a morte de Tancredo Neves, o *impeachment* de Collor em 1992, as políticas de flexibilização e privatização.

Problemas de infraestrutura e saneamento básico, assistência salutar, educação, distribuição de renda, moradia, despreparo policial, elevados índices de inflação e migração, itens comuns às metrópoles de mercado associadas a países em desenvolvimento nos parecem restar. Triste herança. Depois de significativo período de repressão política e intelectual, chegam as sanções libertariamente travestidas do Estado Mínimo, condenando a população à ditadura do consumo, um novo estágio da violência urbana⁹.

Pensar a exclusão em si, como fator isolado oriundo de explícitas relações de causalidade, não é mais suficiente: o axioma está ramificado e segue por caminhos divergentes, vez ou outra contraditórios. Faz-se necessário angariar mecanismos eficazes que superem a

⁸ Estimativa divulgada pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina* (Indec). Dados disponíveis em: <http://www.sig.indec.gov.ar/censo2010/>. Último acesso: 07/01/15, às 22h09.

⁹ Em *Antropológica do Espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede* (2002), Muniz Sodré expõe, de maneira bastante embasada, a transformação da antiga *cultura de massa* para uma *sociedade de informação*, apontando a circulação acelerada de um grande volume de dados como principal diferencial entre os marcos. O historiador britânico Peter Burke, ao traçar um panorama para a história social do conhecimento, da prensa de Gutemberg ao Wikipédia, partilha das mesmas motivações que o pesquisador brasileiro: estaríamos em um momento de transição entre uma comunicação centralizada, unidirecional e vertical para uma comunicação de relativa interatividade e multimídia.

resistência enquanto força oposta àquelas que a segregam para existir de fato. “A cidade não oferece a todos a mesma coisa, mas a todos oferece alguma coisa, mesmo aos marginais que recolhem as sobras produzidas pelos incluídos” (SARLO, 2014, p.5).

Para tal, os discursos, morada da (des)legitimação, são a lei. Bem salientado por Maricato (2003), as atenções das secretarias de habitação em âmbitos municipal e estadual se voltam exclusivamente à cidade legal, dirigindo-se à parte ilegal somente em casos de articulação combativa – uma sólida guerra de interesses, mas que se torna discrepante ao analisarmos as possibilidades de recursos disponíveis a cada um dos lados do conflito.

É a chamada burocracia conveniente da máquina pública. Vamos a um exemplo emblemático: *Villa Rodrigo Bueno*¹⁰, comunidade da zona portuária argentina, vizinha de uma reserva ecológica recém-demarcada, *Costanera Sur*, do complexo esportivo do clube Boca Juniors e do projeto de um condomínio de luxo da imponente construtora IRSA.

Localizada em uma área enobrecida da cidade, valorizada a partir do início das obras de revitalização de *Puerto Madero*, o maior símbolo da expansão imobiliária local, denuncia em larga escala a falta de planejamento e o descaso de um poder público explicitamente elitista e seletivo. A circunstância ideal para redefinir os prestígios e o desfrute dos direitos à cidade de Buenos Aires.

A região que hoje reúne mais de 1.200 famílias surgiu ainda na década de 1980, ironicamente ocupada por antigos operários responsáveis pela construção da zona portuária e de seu entorno, que agora veem, como num processo de descarte, a expropriação de suas casas pelas autoridades que deveriam resguardá-las.

Se o horror das remoções sem garantias financeiras compensatórias ou de realocação próxima já indignam, acrescente às circunstâncias adversas uma série de complicações ambientais de solo e lençol freático contaminados catalisadas por redes de água e esgoto que nunca foram construídas – neste patamar, soa-se capricho atentar para a ausência de vias de acesso e meios de transporte, que dificultam a passagem dos moradores, a coleta de lixo, a entrada de materiais de construção e até mesmo de produtos para uso corrente.

¹⁰ A questão da segregação socioespacial de *Villa Rodrigo Bueno* vem sendo tratada com propriedade pela pesquisadora María Carman, que integra o Departamento de Antropologia e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA). Obra de referência: *Las trampas de la naturaleza* (2011).

Ameaças difusas, rumores, controles, formam parte dos intentos cotidianos para fazer a vida na comunidade mais difícil. Estes mecanismos a simples vista não são visíveis. São as botas no barro que permitem percebê-los e ver como funcionam e que efeitos causam na população (PERELMAN, 2011, p.117)¹¹.

E na luta por visibilidade, uso e direito à cidade, María Carman (2011) vai além e direciona o debate para o campo do profano, cuja densidade de sentidos nos permite perceber o sofrimento como valor constituinte, intrínseco, conferido por um outro condenador: “Frente a tal conjuntura, o puro há de ser posto à parte – vale dizer sagrado – como medida de segurança frente ao percebido como contaminante” (p.254)¹².

Para Maricato (2012), “a fronteira da expansão imobiliária precisa se deslocar e você vê isso em qualquer cidade se expandindo. Em vez de aplicar onde é necessário, por prioridade social, vamos aplicar para produzir a nova centralidade e é lá que o capital imobiliário está”¹³. Segundo a urbanista, “o povo não evapora”¹⁴, um lamento profundo para aqueles que orquestram as finanças e os loteamentos produtivos¹⁵. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a América Latina coleciona dez dos quinze países mais desiguais do mundo, ocupando a posição de primeiro lugar no *ranking* quanto ao quesito *protestos sociais*. Segundo o seu mais recente relatório, publicado pela rede da ONU em 2010¹⁶, Peru, Bolívia e Argentina contabilizaram mais de 200 protestos cada no período de um ano, sendo os de maior número de manifestações – para efeitos comparativos, o Chile aparece em último lugar na lista com 58.

Poderíamos citar Assunção, La Paz, Bogotá, Quito, Montevideu, Tegucigalpa, todos conglomerados imersos em conflitos urbanos de mesmo feitio. Ou ainda Porto Alegre, São

¹¹ Tradução livre. Do original: “Amenazas difusas, rumores, controles, formaron parte de los intentos cotidianos para hacer la vida en la villa más difícil. Estos mecanismos a simple vista no son visibles. Son las botas en el barro las que permiten percibirlos y ver cómo funcionan y qué efectos tienen en la población.”

¹² Tradução livre. Do original: “Frente a tal coyuntura, lo puro ha de ser puesto aparte – vale decir sagrado – como medida de seguridad frente a lo percibido como contaminante.”

¹³ Entrevista concedida à Revista Fórum, publicada em 25 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/06/15298/>. Último acesso: 14/01/15, às 16h49.

¹⁴ Idem. Ver nota 8.

¹⁵ O jornal *El Tribuno* atesta que até o dia primeiro de dezembro do ano passado, nada havia sido feito pelas autoridades. Texto disponível em: <http://www.tribuno.info/patch-adams-visito-la-villa-rodrigo-bueno-n475835>. Último acesso: 08/01/15, às 3h03.

¹⁶ Relatório “O protesto social na América Latina”. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Último acesso: 15/01/15, às 23h39.

Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, centros urbanos bastante representativos, policêntricos, múltiplos e borbulhantes¹⁷. Seduzem pela densidade de seus eventos, cenários e atores sociais.

A fim de nos aproximar da discussão, traçamos facilmente um paralelo à *Villa Rodrigo Bueno* quando pensamos na comunidade fluminense do Morro da Providência. Situada em área demarcada pelas obras de *revitalização* do Projeto Porto Maravilha, viu a receita de investimentos de capital misto engrossar com a proximidade do Mundial de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, mas, na prática, sentiu poucos impactos positivos no dia a dia dos moradores locais.

Historicamente ocupada por escravos, trabalhadores informais e fabris, a favela mais antiga do Brasil, datando ainda de 1897, assiste a um dramático processo de *gentrificação*¹⁸ que coordena a demolição de cerca de mil residências, deixando desabrigadas mais de 32 mil pessoas. Das casas que permanecem de pé, os aluguéis exorbitantes tratam de cuidar, configurando um dos maiores programas de privatização urbana das Américas. Vai-se a tradição, a identidade, a graça. Uma ordem imposta artificialmente que recusa (e interdita) a singularidade desses lugares, desses habitantes, de suas memórias e de suas estratégias de sobrevivência.

Até outubro de 2012, haviam sido destinados cerca de R\$131 milhões para a construção de um teleférico que interligasse a comunidade e de um plano inclinado para ajudar na mobilidade dos moradores, no entanto, a iniciativa hoje não se faz ver além de uma rota turística cobiçada. O local vem abrigando uma boa fatia do setor de hotelaria da cidade, com pousadas, *hostels*, bares e restaurantes de alto padrão, na maioria gerenciados por estrangeiros, cujos

¹⁷ A discussão sobre policentralidade dos centros urbanos é gigantesca, de muitas fontes e vertentes. Neste trabalho, optou-se pela definição de Vargas (2006). Para ele, centro urbano é o espaço ou conjunto de espaços adjacentes que apresentam excepcionalidade locacional, predominância de atividades comerciais e de serviços e maior grau de apropriação coletiva relativamente ao âmbito geral da cidade em questão. Neste sentido, a grande maioria das cidades, ao atingir determinado tamanho e grau de complexidade, passa a apresentar o fenômeno de multiplicação desses espaços excepcionais: os centros múltiplos ou a policentralidade.

¹⁸ A palavra em português, *gentrificação*, é geralmente entendida como o processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais, de maneiras semelhantes àquelas bem documentadas nas cidades da América do Norte, Europa e América Latina. Confira Christopher Gaffney em “*Forjando os anéis: A paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro*”. E-Metrópolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Ano 4, n.15, dez. 2013, p.6-20.

preços são absolutamente inacessíveis aos cidadãos do entorno – indesejáveis porém necessários à plena reprodução do capital.

Nas imagens que se seguem, as mesmas reivindicações. A tirar pelo idioma das faixas, pouco falaríamos sobre a mudança de local: Argentina e Brasil, Buenos Aires e Rio de Janeiro, Villa Rodrigo Bueno e Morro da Providência. As cidades não são apenas um palco de lutas, mas são também, e sobretudo, aquilo pelo que se luta¹⁹.

FIGURA 1 - VILLA RODRIGO BUENO (BA) / FONTE: ARGENTINA INDEPENDENT



¹⁹ Confira os mini-documentários “The Other Buenos Aires: villas and the struggle for urbanisation” e “Casas Marcadas”. Disponíveis, respectivamente, em: <https://www.youtube.com/watch?v=isBnZweHrKA>; https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k. Último acesso: 21/02/2016, às 13h01.

FIGURA 2 - VILLA RODRIGO BUENO (BA); OUTUBRO-2014 / FONTE: TÉLAM



FIGURA 3 - MORRO DA PROVIDÊNCIA (RJ) / FONTE: CANAL IBASE.



FIGURA 4 - MORRO DA PROVIDÊNCIA (RJ): MORADORES PROTESTAM CONTRA A CONSTRUÇÃO DO TELEFÉRICO / FONTE: JORNAL EXTRA



Entendida como região pouco nobre, de alojamento de população marginalizada, de comércio informal e tráfego intenso de cargas, a zona portuária seria, então, perigosa, insalubre, em ambos os casos configurando uma verdadeira ameaça às elites. Daí *revitalização urbana*, expressão que ganhou o mundo com a Barcelona de 1992. A ideia de intervir para limpar, de intervir para replanejar, de relançar uma suposta atividade econômica e social inexistente ou precária de áreas deterioradas pela pobreza e pela falta de oportunidade: a tomada da parte pelo todo, a questão da formação de consciências impulsionada por estímulos diários de uma opinião pública irresponsável que cria uma situação de exclusão e especulação, convertendo espaços privilegiados remanescentes e degradados em espaços de consumo de uma classe social específica e ascendente.

Para Maricato (2015), esse é apenas um dos muitos exemplos da “urbanização do espetáculo” (p.41) colecionados pelas metrópoles brasileiras²⁰: gastos pouco explicáveis, obras monumentais, imobilidade e segregação dos pobres para a construção de um pequeno pedaço

²⁰ Boa parte dessas obras resta subutilizada, enquanto outras, um ano depois da Copa do Mundo, seguem interminadas. Segundo a Folha de S. Paulo, ao menos 35 obras orçadas em mais de R\$11 bilhões quando lançadas, em 2010, estão atrasadas, paradas ou sequer foram iniciadas. Informações disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1638634-1-ano-apos-copa-35-obras-nao-estao-prontas.shtml>. Último acesso: 12/01/2016, às 22h04.

de cenário global. Ilha paradisíacas e, porque não, irreais²¹. Entre janeiro de 2008 e janeiro de 2015, de acordo com a tabela Fipe ZAP, o preço dos imóveis subiu astronômicos 265,2% no Rio de Janeiro e outros 218,2% em São Paulo, liderando o aumento entre todas as capitais do país.

Conforme aponta o último relatório da ONU-Habitat, Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe²², de 2012, 80% da população do bloco já se concentra em áreas urbanas, somando 468 milhões de pessoas. Destas, uma a cada quatro é pobre, apesar de mais de dois terços da riqueza bruta local ser proveniente das cidades. O déficit econômico e social é alarmante e se manifesta principalmente nos modelos de habitação: mais de 111 milhões de pessoas, 24% do total, ainda vivem em casabres ou barracos sem acesso à água tratada ou redes de esgoto. Outro grave problema é a mobilidade, com inconsistente oferta de transportes públicos, e a violência, fatores facilmente associáveis.

Uma proporção maior ou menor da população urbana, dependendo de cada país, é excluída do direito à cidade e do mercado formal (capitalista), e busca acesso à moradia por meio de seus próprios e precários recursos. [...] Essa prática, dita de autoconstrução, foi central para o barateamento da força de trabalho nacional (o custo da moradia não estava incluído no salário, especialmente durante o período desenvolvimentista, quando a indústria fordista se instalou nos PCPs, em busca de seus mercados internos. E a autoconstrução continua como aspecto central na globalização. Apesar de incluído no sistema produtivo capitalista, o trabalhador (parte da População Economicamente Ativa) é excluído do mercado residencial capitalista (MARICATO, 2015, p.80-81).

No Brasil, o poder social, político e econômico sempre esteve vinculado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos, terras ou imóveis, o que traz um conflito fundamental crônico entre o valor de uso e o valor de troca de nossas cidades. O primeiro, daqueles que buscam os serviços (e direitos) básicos e o segundo, sobre produção e exploração do espaço urbano. O Estatuto das Cidades²³, que estabelece normas de ordem pública para regular o uso da propriedade, da segurança e do bem-estar dos cidadãos é regulamentado apenas em 2001 e,

²¹ Para Maricato (2015), a dinâmica que acompanha os megaeventos articula, de modo geral, os arquitetos do star system: “legisladores que acertam um conjunto de regras de exceção para satisfazer as exigências das entidades internacionais esportivas ou culturais; governos de diversos níveis, que investem em obras buscando maior visibilidade e o retorno financeiro e político sob a forma de apoio à futura campanha eleitoral; e empresas privadas locais e internacionais” (p.42).

²² Informações disponíveis em: <http://www.onuhabitat.org/>. Último acesso: 13/01/16, às 17h37.

²³ Documento disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Último acesso em: 14/01/16, às 23h11.

nestes quase 15 anos de vigência, segue sendo pouco respeitado. Ainda que a construção civil tenha sido um dos setores prioritários das últimas políticas de crescimento econômico, com o financiamento e federalização do Programa de Urbanização de Favelas, por exemplo, retomasse a visão empresarial dos projetos habitacionais com o Programa Minha Casa Minha Vida, deixando intocada a questão fundiária e formalizando as condições especulativas para o *boom* do mercado imobiliário.

Neste contexto, David Harvey (2014) defende a ideia de *idades doentes*. Para ele, é nos grandes centros que se articulam multidões às quais o capital já não oferece alternativas tradicionais. A cura estaria, então, ligada à dinâmica de embates, ou seja, a ações que explorem a essência fluida de movimentação das metrópoles entendendo-as como lugares simbólicos de manifestações por e pelo poder e de construção de imaginários sociais potencialmente transformadores: a cidade como antídoto da própria cidade, injetando novos óleos lubrificantes em suas engrenagens.

É seguindo esta diretriz de pensamento e ação que atua o Movimento Passe Livre de São Paulo, o MPL, importante personagem (para muitos, protagonista) da explosão urbana brasileira de junho de 2013 – episódio do qual trataremos com bastante cuidado no terceiro capítulo desta dissertação.

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (Movimento Passe Livre - São Paulo, 2015, p.16).

Mais do que reivindicar acesso, o direito à cidade reivindica um conjunto de intervenções reais nos processos de configuração da urbe, como ocupações de prédios abandonados, grafites ou reuniões em fóruns virtuais. Uma cadeia de incômodos a agir justamente pela provocação do desconforto. Sem rodeios, Maricato (2012) afirma: “Olha, eu posso ser processada se disser que os movimentos devem ocupar. Mas só queria dizer que, se

os movimentos não ocupam, essa questão não tem visibilidade. Não, se não ocupam áreas valorizadas.²⁴

Desta disputa extraímos duas deduções importantes: é inegável a conformação de urbes partidas, de privilégios aristocráticos, cuja concentração de poder traduz-se em oportunidades e na ausência delas; todavia, é impossível não perceber a mobilização dos descontentes, passam a ser inúteis os esforços dos condutores sociais em abafar as demandas e reivindicações daqueles que por obra do próprio sistema foram postos à margem do *bios*.

1.2 UMA DEMOCRACIA POR VIR

O vislumbre de novos horizontes para o campo político se deu com a chamada redemocratização pós-regime militar. A esperança de um recomeço, a sensação de retomada da autonomia e da cidadania, a força popular de volta às ruas inflada pelo movimento das Diretas Já e inúmeras greves gerais deflagradas em 1987. Porém, apesar dos grandes marcos, a Constituição de 88 – a primeira a garantir o sufrágio universal no país – e o fim do bipartidarismo não foram suficientes para assegurar um regime de múltiplas vozes ou representativo de fato.

Para o cientista político Jorge Zaverucha (2010), apesar de a descentralização dos poderes representar um avanço significativo à consolidação da democracia no país, as cláusulas relacionadas às Forças Armadas, Polícia Militar (PM) e segurança pública remontam a Constituição autoritária de 67.

Normalmente controladas pelo Ministério do Interior, da Justiça ou da Defesa, as forças militares exercem hoje função de reserva em tempos de paz nos países cuja prática democrática é considerada avançada. No Brasil, a lógica é inversa. A força militar é auxiliar e mantém controle parcial do Exército sobre a PM de maneira regular, numa distorção proposital entre as esferas estaduais e da União sob a premissa de se *garantir a ordem*.

Não precisamos ir muito longe. No calor das Jornadas de Junho, às vésperas da Copa do Mundo de 2014, com o intuito de “aumentar a segurança” durante o evento, o senador

²⁴ Entrevista concedida à Revista Fórum, publicada em 25 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/06/15298/>. Último acesso: 15/01/15, às 23h42.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) propõe um projeto de lei que tipifica como terrorismo “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado” com penas de até 30 anos de prisão. A proposta previa, ainda, punição para quem ofendesse “a integridade corporal ou a saúde de membro de delegação, com o fim de intimidá-lo ou de influenciar o resultado da partida de futebol” e restrição ao direito à greve no período do Mundial. Publicado pelo Ministério da Defesa, outro decreto avalia a atuação das Forças Armadas em “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” para “preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio” e prevenir a “sabotagem nos locais de grandes eventos”. A presidente Dilma poderia, também, requerer o apoio do Exército quando o esgotamento (das forças de segurança) decorresse de “movimentos contestatórios”²⁵.

Historicamente associados a contextos de espionagem, os serviços de inteligência no país também permanecem desregulados. Depois de extinto o Serviço Nacional de Informações (SNI) criado na conjuntura do golpe, instaurou-se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 1999. No entanto, não há qualquer regimento interno ou política de transparência com relação à atuação ou seus estatutos disponível em ambiente público de livre acesso²⁶.

Como um alerta, Zaverucha (2010) sinaliza que, mesmo percebidas com frequência de forma equivalentes, as áreas de *segurança pública* e *segurança nacional* são absolutamente díspares – a primeira fala do meio interno, das relações inter e intra-instituições e para com seus cidadãos; a segunda trata do contexto entre a o cidadão do país e o estrangeiro, das relações de política externa e supremacia entre Estados.

Para o autor, o prestígio social do qual gozam as instâncias militares na opinião pública²⁷ amenizam um desejo (e o exercício) de controle sobre posições estratégicas na organização da

²⁵ Informações obtidas na Revista Carta Capital, reportagem de capa da edição 785. Texto disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/785/vai-ter-protesto-4383.html>. Último acesso: 15/01/16, às 0h27.

²⁶ “Fernando Henrique Cardoso subordinou esta agência [Abin] ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), cujo ministro é um general. Deste modo, um alto oficial do Exército decide quais informações devem ser repassadas ao presidente da República. Tal desenho institucional foi mantido pelo presidente Lula” (ZAVERUCHA, 2010, p.47-48).

²⁷ De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 2010, cerca de metade da população de 11 capitais do país concordava, totalmente ou em parte, com o uso da tortura pela polícia como método de obtenção de provas de suspeitos de crimes gerais.

vida política e social contemporânea: “Chama atenção a forte presença militar em áreas urbanas, embora a forte ameaça à soberania nacional esteja na região amazônica” (p.71).

Outro ponto bastante obscuro e igualmente importante desta nossa Carta Magna, refere-se aos crimes políticos. Não havendo nenhuma legislação específica, sequer de enquadramento dos casos, os acusados seguem julgados pelo Tribunal Federal Militar – em outros países latino-americanos, de democracias classificadas como ainda mais frágeis do que a brasileira, à exceção de terrorismo, traição ou conflito armado internacional, civis não podem ser julgados por tribunais militares²⁸.

Em última análise, temos por fim as responsabilidades atribuídas à Aeronáutica – cuidadora de todo o espaço aéreo brasileiro, o que inclui a aviação comercial – e à Marinha – encarregada de toda a costa: licenciamento, segurança e investigação de acidentes envolvendo navios mercantes, iates, *jet skis* e embarcações turísticas.

Em uma democracia, o poder não é deferido a quem tem força, mas, ao contrário, a força é colocada ao serviço do poder. No Brasil, estabeleceu-se uma Constituição e foi entregue, precisamente, aos que são mais tentados a violá-la, a tarefa de manter a sua supremacia. Ora, se os militares são garantes, terminam sendo, também, organizadores da vida política (ZAVERUCHA, 2010, p.48).

Muitos são os indicadores dos critérios arbitrários que permeiam essa precária delegação de comandos e gestão nada neutra. Os números de homicídios nas periferias, por exemplo, extrapola com folga a média nacional – não à toa, já somam 500 as mortes por ano decorrentes de ação policial; apenas no ano de 2012, 24 chacinas foram registradas no estado de São Paulo²⁹: “auto de resistência seguido de morte”, costuma ser a *versão oficial*.

Para o delegado da Polícia Civil no Rio de Janeiro, Orlando Zaccone – peça fundamental na investigação do caso Amarildo (2013), vítima fatal de abuso de autoridade e violência policial na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro – a situação denuncia uma *cultura de extermínio institucional*: não são episódios isolados, eles se

²⁸ Para o cientista político José Álvares Moisés, a qualidade de democracia de um país pode ser estimada a partir de determinados medidores, como, por exemplo, a transparência das instituições (o chamado *accountability*), a estabilidade política, a estabilidade da moeda, a confiabilidade da população nas instâncias públicas e os investimentos de capital privado, internos e externos.

²⁹ Dados disponíveis em: <http://revistaforum.com.br/digital/119/ok-o-polemico-debate-sobre-a-cri-se-da-seguranca-publica/>. Último acesso: 29/06/2015, às 13h56.

conectam e possibilitam a extração de determinados padrões³⁰. É a chamada “adesão subjetiva à barbárie” (MALAGUTI, 2010, p.4).

As responsabilidades pelo golpe de 1964 foram integralmente atribuídas aos radicalismos à esquerda e à direita. Águas passadas. Na lógica da abertura da ditadura e da liberalização da democracia, paz social significava ausência de conflitos. O preço a pagar era o perdão aos militares torturadores e o banimento de opções políticas radicais (DAHÁS, 2015, p.13-14).

Safatle (2010)³¹ lembra que o Brasil é o único país sul-americano cujos torturadores não foram julgados, não houve justiça de transição e o Exército não fez sua *mea culpa*. Pouquíssimas foram as mudanças estruturais e a manutenção da violação dos direitos humanos está longe de ser misteriosa.

Trinta anos passados, a tortura segue como prática do Estado, os sistemas prisionais e judiciário bastante limitados e os níveis de mobilização e participação popular efetivas na política, incipientes. A democracia brasileira (re)nasce sob condutas explícitas de suspensão de direitos, enquadrando negros, pobres e militantes políticos opositores – a depender do contexto, baderneiros – grosso modo, à margem do *bios*, como daremos a ver nos capítulos próximos desta dissertação.

Guillermo O’Donnell (2011) direcionou seus estudos no caminho de traçar possíveis graus de democratização para as sociedades latino-americanas, assim como, de alguma maneira, tentar mensurar sua *qualidade democrática*. O apoio se dava na aquisição e no amparo legal da conquista de direitos e liberdades sólidos, referindo-se aos aspectos civis, sociais e culturais da cidadania e à livre manifestação política.

A primeira e mais fundamental das instâncias estaria no nível das agências: a expressão máxima da cidadania política, do cidadão-agente reconhecido e legitimado pelo Estado – instituições e relações de poder “que permeiam e controlam o território e os habitantes que esse conjunto delimita” (p.66), abarcando burocracias governamentais e a atuação de movimentos sociais organizados frente às suas condições de autonomia³².

³⁰ Entrevista disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Desmilitarizacao-das-policias-A-UPP-e-o-apice-da-militarizacao-da-seguranca-publica-/4/30211>. Último acesso: 27/06/2015, às 14h21.

³¹ Texto “Miragens de democracia”, escrito pela pesquisadora da Revista de História da Biblioteca Nacional Nashla Dahás. Publicado em março de 2015, no exemplar de número 114 do veículo.

³² Para Dahl (1989) e O’Donnell (1998) os atributos democráticos são: 1) autoridades eleitas; 2) eleições livres e justas; 3) sufrágio inclusivo; 4) direito de concorrer a cargos eletivos; 5) liberdade de expressão; 6) meios

“Desde Platão e Aristóteles, sabemos que a igualdade formal é insuficiente” (O’DONNELL, 1998, p.42), o que torna absolutamente necessária a adoção de determinadas políticas equalizadoras. Assim, nos moldes dessas normas específicas referidas a segmentos desprovidos de posses materiais e/ou prestígio social de qualquer origem, o autor aponta um sensível afastamento do universalismo da lei: uma espécie de *poluição legal*, que traz contribuições importantes para a distinção dos estágios de desenvolvimento.

Nos países altamente desenvolvidos, essa particularização do sistema legal teria se baseado historicamente na ampliação dos direitos universais e a teve como premissa. Já nos outros casos, não, exercem papel paliativo. E isto passa a ser um problema se buscado um simples denominador comum entre as esferas das desigualdades sociais e das garantias e liberdades políticas – ambos precisam, portanto, avançar em paralelo.

Os hiatos, de acordo com O’Donnell (1998), distribuem-se por falhas na legislação existente, que afetam a segurança dos direitos civis das minorias, e na própria aplicação das leis – sabidamente de dois pesos e duas medidas –, que podem ser altamente burocratizadas, de difícil acesso e informação para os *cidadãos comuns*.

O que eu chamo de “Estado legal”, isto é, a parte do Estado que é personificada num sistema legal, penetra e estrutura a sociedade, fornecendo um elemento básico de previsibilidade e estabilidade às relações sociais. Todavia, na maioria dos países da América Latina o alcance do Estado legal é limitado. Em muitas regiões, não só as geograficamente distantes dos centros políticos, mas também aquelas situadas nas periferias de grandes cidades, o Estado burocrático pode estar presente, na forma de prédio e funcionários pagos pelos orçamentos públicos. Mas o Estado legal está ausente (O’DONNELL, 1998, p.45-46).

Esta ausência do Estado, como vimos, em muitos casos abre precedente para a expansão de um poder privado pouco preocupado com as premissas sociais básicas: saúde, educação, trabalho, moradia etc., desenhando um cenário de contornos causais extremamente violentos. As ilegalidades, então, se reproduzem de maneira desigual e produzem mazelas de segregação profunda – forma-se um outro sistema, informal, estranho às teorias daquele Estado e da democracia nele exercida. Eles coexistem, mas salvo raras exceções, em desarmonia.

alternativos de informação; 7) liberdade de associação; 8) autoridades eleitas (e alguns indivíduos indicados, como os juízes dos tribunais superiores) não devem ser destituídas arbitrariamente antes do fim de seus mandatos estabelecidos constitucionalmente; 9) os funcionários eleitos não devem estar sujeitos a restrições severas, vetos ou exclusão de certos domínios políticos por outros atores não eleitos, especialmente as forças armadas; e 10) deve haver um território incontestado que defina claramente a população votante.

Canclini é ainda mais taxativo. Para ele, a modernidade não terminou de chegar à América Latina, pois não tivemos uma industrialização consistente nem uma tecnificação ampliada da produção agrária ou um ordenamento sociopolítico baseado na racionalidade formal e material. Para o antropólogo, falta apresentarmos coesão social e uma cultura política suficientemente consolidada; caso contrário, somos ingovernáveis, geramos consumidores em lugar de cidadãos e não permitimos a democratização de bens e serviços.

Sua preocupação extrapola os fatores externos, da crise econômica e do estrangulamento da direita que se revigora, voltando a atenção para o que nos toca as mãos, a cabeça e o coração: a cultura, aquilo que faz um povo viver, conquistar identidade e distinção. “Falamos de cultura, como o conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (CANCLINI, 1983, p.40).

Mas se identidade está vinculada à questão da autenticidade, como pensar uma população livre, no sentido mais radical da qualidade, quando inserida em um sistema baseado na propriedade privada, homogeneidade da produção e do consumo para expansão incessante do mercado e dos lucros? Os efeitos desta *transnacionalização*, como prefere chamar Canclini a globalização, implicam, portanto, numa mutação ideológica que corrói gostos, interesses e dificulta o próprio reconhecimento de si, do espaço e do outro, provocando uma corrida contrária à emancipação política, econômica e social.

Para ele, o prognóstico é avassalador: uniformidade de temas e estilos de pesquisas científicas, standardização de projetos habitacionais, programas de entretenimento e transmissão de informação. “Graças ao monopólio da produção e da distribuição, os modelos estéticos das metrópoles, especialmente dos Estados Unidos, impuseram-se planetariamente. Arte e cultura são, hoje, uma grande empresa de superprodução internacional” (id.ib., p.44). Não se procura as nossas reais necessidades, específicas e particulares, pois não se quer procurá-las, é prejudicial à manutenção de práticas fundamentais do ideário neoliberal. O que sobra de efetivamente *popular* vira folclore à serviço de uma visão conservadora que desistoriciza, distorce e apaga – a dissolução do ético num nacionalismo de quartel.

Os Estados, nos melhores casos, preocupam-se em resgatar a cultura do povo, para consagrá-la em museus e livros luxuosos; os meios de massa dedicam-se a difundir a cultura de elites, entre as classes populares, ou a manipular os interesses e gostos do povo, para adequá-los a seus propósitos lucrativos. Somente as organizações populares podem socializar os meios de produção cultural, não resgatar, mas reivindicar o próprio, não difundir a cultura de elites, mas apropriar-se criticamente do melhor dela para seus objetivos (CANCLINI, 1983, p.48).

Neste caso, há de se reconhecer a importância do todo, que se impõe pela força, mas também do singular, que se impõe pelo valor, a ordem e a resistência – que, vale dizer, se dá dentro, e não fora, do sistema capitalista, ainda que negando qualquer representação burguesa ou de elite. Mais produtivo do que opor realidades dogmaticamente é, então, utilizar-se delas como formas de intervenção pela democratização do Estado e da cidadania através das organizações populares próprias de uma sociedade civil desigual: aquelas que lutam pela bandeira dos direitos universais franceses nunca sentidos, na prática, pelos direitos de privilégios da comunidade latino-americana.

A Revolução Francesa (1789) marcou um primeiro passo rumo à juridificação generalizada da sociedade sendo, ao mesmo tempo, o processo de formação dos Estados Nacionais Modernos e um pacote de expansão do capitalismo – a ponte do estágio mercantil para o industrial. Segundo O'Donnell (1998), o absolutismo que se consolidou na maioria dos casos europeus disseminou o conceito de *pessoa legal*, portadora de direitos civis e comerciais perante o rei e os outros súditos, criando oportunidade para a emergência de um desejo de bem-estar democrático e equidade social.

Sem dúvidas, uma nova concepção de Estado, não mais findo em si mesmo mas assumindo-se como meio de alcance para fins postos antes e fora de sua própria existência. Bobbio (2004) indica que a afirmação dos direitos do homem deixa de ser expressão nobre para salientar o início da busca por um autêntico sistema de direitos positivos e efetivos. Foi, sobretudo, a denúncia de uma estrutura social e política voltada para a dominação e manutenção de uma massa de miseráveis carente de poderes públicos, simbolizada pela obtenção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na cidade de Paris.

Destarte, dentre as visões de mundo conservadora, liberal e revolucionária, um leque de incontáveis possibilidades de arranjos de poder: entre os gêneros, entre faixas etárias, entre ofícios, entre sãos e enfermos para além dos níveis institucionais da família, da escola, da polícia ou da religião, das quais deriva o poder do Estado quase que de forma reflexiva.

Para Locke, o cidadão é o homem natural protegido, cujo direito à propriedade é irrenunciável³³. Mas para Rousseau há aí uma profunda transformação: o cidadão é um novo homem que não o outro do homem natural, substituindo o instinto pela justiça e conferindo-lhe uma conduta moral que a ele antes lhe era negada. Para Hobbes, o motivo desse deslocamento a uma submissão voluntária é o resguardo do único direito fundamental do homem natural: a vida – no momento em que o soberano o ameaça, por exemplo, com excesso de crueldade, o pacto é violado e ao cidadão cabe a atitude de rebeldia que melhor lhe convir, um estado de guerra.

O estado do medo, a extensão de um então retorno ao estado de natureza uma vez liquidado o corpo civil, irrompe absolutamente improdutivo. Não à toa, Locke, Rousseau e Hobbes, este último ainda que defendendo um regime absolutista, propõem uma visão individualista da sociedade e da história, concebendo-a como um traço peculiar de concepção de mundo e de uma ética racional burguesa – classe *libertina* que ascendia com os novos comerciantes do século XVIII para lutar contra os privilégios de uma nobreza arcaica, de estrutura ainda feudal. Era desenhado de maneira inédita e definitiva um lugar de distinção entre as esferas econômica e política, bem como pública e privada.

A questão da propriedade começa a se impor, portanto, como importante fator de regulação social: uma vez que não se sustenta mais na forma de um valor dado – uma das principais divergências quanto ao modelo estatal aristotélico, de proteção às famílias, que vigorava como paradigma no ocidente até então – adquire status de valor conquistado, o que possibilita o nascimento de uma estrutura social mais flexível e menos hierárquica; propício ao desenvolvimento de uma classe com potencial de domínio econômico e ideológico sobre as demais; um direito público pautado nas garantias dos direitos privados.

No estado de natureza, o homem não é livre (embora seja feliz), porque obedece não à lei, mas aos próprios instintos; na sociedade civil, fundada sobre a desigualdade entre ricos e pobres, entre opressores e oprimidos, o homem não é livre porque certamente obedece leis, mas a leis postas não por ele e sim por outros que estão acima dele. O único modo para tornar o homem livre é que ele atue segundo as leis e que

³³ Para Locke, seriam considerados cidadãos apenas aqueles dotados de bens e posses, uma postura absolutamente subversiva à cultura medieval remanescente. Como Deus teria concedido terra a todos os seus filhos, haveria aí um pressuposto igualitário cujo fundamento se dá pelo valor-trabalho. Assim, na contramão de Hobbes, que tenta legitimar o poder do Soberano, Locke objetiva limitá-lo através da lógica do primado do privado sobre o público (BOBBIO, 2004).

essas leis sejam postas por ele mesmo. A transferência total dos direitos naturais para o corpo político constituído pela totalidade dos contratantes deve servir a essa finalidade, ou seja, a de dar a todos os membros desse corpo leis nas quais o homem natural que se tornou cidadão reconheça a lei que ele mesmo se teria imposto no estado de natureza, se nesse estado tivesse podido exercer livremente a própria razão (BOBBIO, 1996, p.71).

Esta passagem do estado de natureza ao estado civil, que se dá através do *contrato social*, é necessária justamente pela primeira condição ser, em essência, provisória. Para Bobbio (1996), o estado de natureza reúne duas categorias contraditórias e, por isso, é incapaz de se manter constante e em autossuficiência – conjuntura que ultrapassa as fronteiras da dicotomia pacificidade-violência já bastante debatidas pelos estudiosos da Ciência Política³⁴: as leis não foram criadas para interditar as liberdades individuais, mas ao contrário, para aumentá-las à medida que as disciplinam.

Para os contratualistas, se por um lado o estado natural é um estado de paz por caracterizar-se pelo amor do homem por si, impelindo-o a preocupar-se exclusivamente com a sua própria conservação, por outro lado é um estado de infelicidade, pois expressa a fraqueza desse mesmo homem incapaz de sobreviver sozinho; a própria condição de existência no estado natural o obrigaria a unir seus esforços ao dos outros indivíduos para se manter em segurança, abastecido e inteiro – faz-se o cenário perfeito para a disseminação da ideia de divisão do trabalho, indicada historicamente desde Platão (BOBBIO, 1996).

Assim, o estado político surge como antítese do estado natural para lhe corrigir os defeitos; o estado natural se sustenta como antítese do estado político quando este deixa de cumprir a finalidade para a qual foi instituído. A razão sobrepõe-se às paixões e aos instintos pelo *consenso*, o princípio da sociedade civil jusnaturalista. São qualidades singulares e não associadas na prática, embora estejam profundamente articuladas enquanto modelos teóricos: o método (teorema) hobbesiano. Acima do contrato somente Deus, cujo poder seria incontestável.

Para Hannah Arendt (1999), foi a Revolução Francesa que iniciou a *política da piedade*, incorporando à ação política a condição do sofrimento de estranhos. Não era preciso mais partilhar da vivência de uma mesma dor para se compadecer pelo outro agonizante: a regra

³⁴ Carl Schmitt, John Rawls, Robert Nozick, Richard Rorty, apenas para citar alguns nomes.

moral fora universalizada sob os olhos de um destino não mais pré-traçado, mas de manejo; a condição do indivíduo precisa ser agora pensada como uma condição social por vezes corruptível ou de asfixia – raciocínio explicitamente defendido por Rousseau para relevar as tensões entre o liberalismo e um eventual desinteresse opressor pelos demais (KRISCHKE, 1993).

Portanto, se o sofrimento se produz, ele pode ser evitado: é meu dever de cidadão impedir (ou amenizar) a dor do outro para que a minha, caso surja eventualmente, também possa ser contornada. Assim que a multidão se percebe arranjada num corpo coletivo, político e civil, não se pode agredir um dos membros sem agredir a si próprio. O compromisso com o ressentimento do grupo passa, então, a funcionar como uma multiplicidade de compromissos individuais justapostos e heterogêneos, mas nunca, em uma situação de ideal hipotético, contrastantes: o ambicioso processo de consolidação de um Estado racional comum.

1.3 EXISTIR PARA RESISTIR

Da passagem da sociedade disciplinar à de controle, mudanças de paradigmas profundamente vinculadas à Era Moderna, Foucault (1978) aponta que o olhar condicionado à análise do poder pelo direito, pelo posicionamento hierárquico das instituições e das camadas sociais de baixa ou nenhuma mobilidade, fora superado pelo olhar do poder através das lentes da tecnologia. No menor dos efeitos, um significativo abalo ao mundo dos tradicionalismos³⁵, pois se fez necessário pensar ademais daqueles que obedeciam, como e porquê obedeciam. Um desvio de perspectiva.

Foram explorados os dispositivos de vigilância, tendo o panóptico como grande e maior exemplo³⁶, e a noção positiva de poder, até então sufocada pela ideia de um domínio cego,

³⁵ Tratamos aqui de tradição enquanto legado, associado a uma manifestação cultural popular e, portanto, viva, orgânica e mutante; é transmitida à medida que se ressignifica e agrega valor transformador a novas experiências que não cópias da original. Já por tradicionalismos, entendemos a postura reativa e reacionária daqueles que, tendo perdido a noção do fundamento, fazem da verdade uma disputa de poder a partir de seus efeitos e não causas, contrariando toda a lógica discursiva do conhecimento clássico.

³⁶ Em *Vigiar e Punir* (2011), Foucault descreve o panóptico como um dispositivo disciplinar à representação arquitetônica de um período pautado na coerção e no controle social através da presença de um diretor de consciência observador, que automatiza o poder pela sensação de uma vigilância permanente: um

unidirecional e estritamente repressor. Quanto aos *anormais*, era preciso tão logo dar-se a vê-los para que, somente percebidos em sua individualidade, como homens dotados de corpo, mente e voz, pudessem ser isolados do convívio social, patologizados, personificando potenciais ameaças à ordem do *bem comum*. Falamos de criminosos, homossexuais, loucos, pessoas com deficiências – visíveis no contexto social a partir do momento em que o poder os fabrica e os diferencia.

Por conseguinte, já na crise do período clássico foucaultiano, inserimo-nos no contexto da biopolítica, cuja esfera de disputa econômica sobrepõe-se ao todo frente às relações de sociabilidade, de maneira tal que passa a ser capaz de deslocar a magnitude da vida ao posto de próprio objeto do poder: é na vida e sobre a própria vida que se mensuram valores de cunho imaterial – em essência, de dimensão incalculável. Assim, grosso modo, do século XX em diante, pode-se dizer que o campo de batalha não se dá mais na concepção ou no entendimento de um *de-fora-possível*, de um outro sistema, mas das brechas existentes nele mesmo, haja vista sua sensível transformação estrutural.

A produção do capital deixa de ser entendida apenas como uma questão de classes fragmentada pois passa a articular cada sujeito a um dispositivo próprio, autônomo, conectado a outros indivíduos de igual capacidade produtiva, sendo no todo – mas também, e sobretudo, em suas singularidades – responsável pela valorização do capital. A importância da produção, portanto, não desaparece, se amplia, se regenera e se reinventa.

Esta é a definição do ambiente de trabalho contemporâneo de Negri e Cocco (2002) que, desenhado pelas condições de existência e manutenção das demandas de uma globalização pelo consumo, nos oferece agora um espaço aberto, organizado em redes de redes, cujas forças, à medida que se diluem, se expandem. Ao encontro de todo nó, temos indícios de rupturas e continuidades, quase que em uma lógica de retroalimentação.

Configura-se o coletivo de uma força de trabalho heterogênea, cujas características não a restringem mais às noções de *povo* e *massa* (amorfa, alienada), mas *multidão*: liberta no sentido de ser irrepresentável, em seu consenso de democracia mais radical, e organizada no

edifício em forma de anel, dividido em pequenas celas, no qual tudo o que era feito pelo indivíduo observado ficava exposto ao olhar de um vigilante observador oculto; ele via a todos, mas ninguém poderia vê-lo.

sentido de arranjar-se em torno de uma unidade dos múltiplos³⁷. Para Negri e Cocco (2002), as premissas do *nosso* sujeito comunista, “comunista no sentido de que o que age nele é a potência do que faz serem os seres em comum” (p.25).

Identificar a resistência ao poder – a este poder que não é coisa alguma senão exercício – torna-se, portanto, segundo a tese das estratégias e saberes de Foucault (2012), fonte de subsídio primário para a investigação a qual nos propomos traçar, relacionando os fragmentos narrativos de uma sociedade dinâmica às questões de organização espacial desses atores que narram.

Se eu me fizesse uma concepção ontológica do poder, haveria, de um lado, o Poder com P maiúsculo, espécie de instância lunar, supraterrrestre, e, do outro, as resistências dos infelizes que são coagidos a se vergarem ao poder. Penso que uma análise desse gênero é totalmente falsa. [...] Se há lutas das classes, e com certeza houve, elas investem nesse campo, o dividem, o sulcam e o organizam. Mas é preciso voltar a situar as relações de poder no interior das lutas, e não supor que há, de um lado, o poder e, do outro, aquilo sobre o qual ele se exerceria, e que a luta se desenrolaria entre o poder e o não poder (FOUCAULT, 1978, p.276-277).

Em simultâneo, somos corrente e salvação, o que nos serve de doses emocionais variadas mas em porções (e intensidade) bastante próximas: *a priori*, o desconforto da angústia e a paralisação do medo; uma vez estimulados, podem evoluir tanto para a alteridade da compaixão, quanto para a revolta da indignação, como abordaremos nos capítulos seguintes deste trabalho³⁸ – caminhos que orquestram conformações socioespaciais absolutamente divergentes, oriundos de uma única raiz. A onipresença do *não lugar*. Confina, dissemina resistências, está em todo lugar e em lugar nenhum.

Neste sentido, na emergência de uma rede de canais de circulação que conectam aglomerações umas às outras na constituição das cidades, os centros urbanos seriam, então, os nós dessas redes. Para além da centralidade geográfica, física, reúnem fatores fundamentais à

³⁷ Esta diferença conceitual será retrabalhada no segundo capítulo desta dissertação, quando tratadas as imbricações entre unidade e multiplicidades acerca da (des)construção dos fragmentos narrativos.

³⁸ Nesta direção caminham, também, os esforços de Manuel Castells (2013) na obra “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”, ao tratar dos conflitos urbanos iniciados na segunda década do século XXI – Primavera Árabe, Os Indignados na Espanha, Occupy Wall Street, entre outros. Castells se destacou nas áreas de planejamento regional e capitalismo informacional e, durante a década de 1970, teve um importante papel no desenvolvimento da sociologia urbana marxista, enfatizando o papel dos movimentos sociais na transformação conflitiva da paisagem urbana. No entanto, a partir dos projetos espetaculares da Barcelona de 92, alguns arquitetos e urbanistas o tem rechaçado pela sua aproximação às tendências de *empreendedorismo periférico* na América Latina.

funcionalidade da dinâmica humana, conferindo às suas áreas maior densidade e intensidade relativa do que o observado no conjunto da estrutura que os circunda.

Apresentam um alto potencial de interdependência e integração que expressam a hierarquia interna dos arranjos urbanos e lhes garantem caráter identitário, refletido não só na configuração do espaço como nos processos de subjetivação e pertencimento dos habitantes (VARGAS, 2006). Indicam apropriação coletiva e admitem ambientes de ressignificação cultural.

À medida que se expandem as cidades, atingem determinado tamanho ou grau de complexidade, expandem-se com elas seus centros urbanos que, por sua vez, se multiplicam. É o fenômeno da policentralidade: “Não é possível pensar exclusivamente na existência de um centro mas de centros quando se trata de analisar o fenômeno da ocupação do espaço por parte do homem, especialmente no interior de cidades médias ou grandes” (p.5).

Para Manuel Castells (2000), é a economia de mercado quem regula o esquema espacial de crescimento das cidades, sendo responsável pela aglomeração das atividades do setor terciário nos centros urbanos – conduta posta “a fim de estabelecer um núcleo com maior poder de atração em função da proximidade, visibilidade e complementariedade dos estabelecimentos” (VARGAS, 2006, p.5). E, a princípio, nada de errado ou fora dos eixos deveria ser percebido. Está aqui aplicada a lógica do funcionamento da *economia das relações de poder*, como descrito pela genealogia do poder foucaultiana.

Em uma urbe ideal, pelos mecanismos de estruturação espacial, a evolução e hierarquização dos assentamentos é uma lei natural, inerente à relação entre espaços, à movimentação e à apreensão do todo urbano. Aspectos prioritários e fundamentais de qualquer ocupação: a impressão de um crescimento linear gradativo. O alarme soa somente quando o fácil acesso ao setor terciário passa a justificar as elevadas tarifas dos terrenos e a compensar os problemas de organização de um sistema saturado, congestionado.

É uma lógica bastante óbvia, na qual o caminho único para determinado lugar ganha densidade ao servir-se do necessário movimento de passagem como "convite" para a alocação de atividades que se aproveitam justamente da presença constante de transeuntes, como é o caso do comércio e dos serviços (VARGAS, 2006, p.7).

Desta forma, assim como o nascimento da imprensa – tópico sobre o qual discorreremos mais adiante – as cidades surgem em vista da articulação de interesses e circulação de valores (ideias, pessoas, mercadorias), tornando-se simultaneamente pontos de convergência e difusão: tem-se uma necessidade de criar ordem e a seguir disseminá-la – antes de quaisquer investidas de controle ou segregação, pura condição de existência.

A inquietação e, sobretudo, o estranhamento movem-se na direção das infinitas tentativas, já naturalizadas pela História, do seguro da propriedade privada percebido ironicamente em regime de *seleção natural* – os mais fortes, os mais nobres, os de redes de apoio mais valorizadas assolam os direitos daqueles dotados de menor influência social. E isto se dá no âmbito da demarcação de uma primeira área, tanto quanto no da manutenção desses espaços e seus alargamentos.

Maiolino (2008), ao estudar os conflitos e a produção de subjetividades no meio urbano, traz à luz dos questionamentos no Brasil um divisor de águas: a Lei de Terras, promulgada em 1850 por D. Pedro II. No contexto de um capitalismo industrial ainda embrionário, a regulamentação impõe ao pequeno produtor a necessidade de abandonar suas terras, vendendo-as a preços irrisórios para os grandes latifundiários – cuja produção rentável assumia, então, enormes fatias de um mercado de exportação mais competitivo.

Criminaliza-se a antiga forma corriqueira de acessar a terra através da concessão arbitrária ou de pura e simples ocupação e instituindo uma demarcação mais precisa da propriedade privada da terra. Naquele momento, pela primeira vez no país, distingue-se o solo público do privado (MAIOLINO, 2008, p.46).

Intimamente ligada à proibição do tráfico negreiro e ao estímulo da mão-de-obra assalariada imigrante europeia e asiática, a Lei representou um esforço oficial primário pela anulação da expressão popular – o carro-chefe dos muitos outros que estariam por vir. A ameaça ao posto dos grandes produtores agrícolas brasileiros não poderia ficar impune – o risco dos remanescentes senhores de engenho, agora importantes cafeicultores, fora sanado com a política de concentração de terras institucionalizada³⁹.

Os agora homens *livres*, fruto de um esforço abolicionista não desinteressado, sem qualquer fonte de renda ou seguro social, viram-se obrigados a ocupar as recém-criadas fornalhas de fábricas negando todo um estilo de vida campestre para sobreviver em condições precárias nas novas urbes, que, por sua vez, espriavam diferentes projetos de cidades: urbanização, embelezamento e segregação (MAIOLINO, 2008).

A emergência do trabalho livre dá origem ao problema da habitação. O patrão está livre dessa incumbência. A partir da abolição, cabe ao trabalhador providenciar e

³⁹ É interessante perceber, ainda, que é neste momento que as esferas pública e privada se separam também, formalmente, no sistema penal: “Na história da Criminologia o cercamento das terras comuns, a partir do século XIII, coincide com o confisco do conflito e o fim de suas soluções comunitárias” (MALAGUTI, 2010, p.2).

pagar por sua moradia. Essa mudança não implicaria em generalização do assalariamento e formação do mercado urbano de moradias, como ocorreu nos países capitalistas centrais, não sem muitos conflitos (MARICATO, 2002, p.2).

Relembrando as premissas clássicas de Lefebvre, explanadas em sua obra “O direito à cidade” (1968), ocorre paralelamente aos processos de urbanização e industrialização das cidades – pelos quais entendemos *modernização* – um importante movimento descentralizador orientado pelas tensões da luta de classes, à época bastante sólida e onipresente. As cidades são formadas, em associação ao fluxo de capital (pessoas, mercadorias, serviços), orientadas quase que de forma fundamental pela desigualdade: o centro de decisões de um lado e o subúrbio do outro.

Assim, em oposição ao *habitat*, que de forma simplista acaba por reduzir-se unicamente à moradia por tratar de um ambiente físico, delimitado e pontual, costumeiramente associado à burocracia estatal, estaria o conceito de *habitar* – espaço simbólico, que abarca a apropriação de fato do ambiente social em suas interações, reconhecimentos e experiências e em muito carrega as significâncias do imaginário.

Mais que o lugar reservado a esses cidadãos, a ocupação propriamente dita, o *habitar* interliga os ideais urbanos humanistas – segundo Lefebvre, filosóficos –, os sistemas administrativos de cunho operatório e a lógica da oferta de serviços. Uma estratégia global de ocupação do espaço, que associa, para além da garantia da propriedade, a assistência e a promoção de recursos necessários a uma vivência plena: acesso à educação, transporte, saneamento, saúde, alimentação, lazer etc.

“O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’” (LEFEBVRE, 1968, p.105). Esta é a concepção de *direito à cidade* da qual partilhamos nesta pesquisa e, por consequência direta, motivo que nos permite manifestar seu caráter militante.

Uma enunciação de causa e razão de ser: as desigualdades social e econômica não aparecem em descompasso à desigualdade urbanística – é um conjunto de carências e, portanto, como um conjunto de carências deve ser percebido (MARICATO, 2002). Está posta a justificativa para a interdisciplinaridade da presente dissertação.

Como vimos anteriormente, de acordo com Negri e Cocco (2002), a passagem da modernidade para a chamada pós-modernidade teria interferido mais drasticamente no plano econômico, gerando novas organizações da força de trabalho por demandas de resistência. Para

eles, os movimentos sociais da segunda metade do século XX serviram na preparação de um reestruturado terreno de lutas. Molas propulsoras de afeto, mobilidade e comunicação em redes, arquitetado por e para a cooperação dos sujeitos que nele se inserem, mas que do todo tendem a ser tangenciados.

Esta manobra claramente exigiu uma postura contrária do poder normativo, cujas respostas não poderiam ser de outro feitio: coercitivas, reativas e reguladoras, como numa tentativa desesperada de garantir a manutenção de sua legitimidade de fala: se as experiências de hibridismo e mutação das disputas pelo exercício do poder se mantivessem no estágio da recusa – o primeiro e mais natural de todos os estágios do processo, a negação – tornariam-se aliadas daquelas que antes condenavam, e isso vale para ambos os lados.

Se considerada acertada a prerrogativa de Lyotard (1988) sobre a incredulidade das metanarrativas sociais – declaração que atesta a falência das regras totalizantes de conduta da ética e da política, como a filosofia iluminista, a religião e o materialismo histórico –, estaríamos exilados do reino das causas, dos fundamentos, e não seriam as oposições clássicas entre classes que se sustentariam no ambiente do discurso pós-moderno.

Para a nossa sociedade, grosso modo para a civilização ocidental, sustentada pelos pilares da democracia, das liberdades e dos direitos individuais, esse relativismo extremo representa um grave risco. E é desta insegurança generalizada – em contraste à segurança e aos grilhões da modernidade – que trataremos agora, a partir das proposições do Consenso de Washington (1989)⁴⁰, uma espécie de conselho transnacional que, no auge do reaganismo e do tatcherismo, buscou avaliar as reformas econômicas latino-americanas e intervir no rumo de seu desenrolar.

⁴⁰ Reuniram-se em Washington, convocados pelo *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, economistas latino-americanos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano em novembro de 1989. O encontro intitulado “Latin American Adjustment: how much has happened?” decidiu por uma série de medidas adotadas em larga escala pelos países ao bloco associados – as ditas regras universais: disciplina fiscal, taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio exterior, privatização de estatais, o livre e direto investimento de capital estrangeiro etc.

Vivíamos ainda as consequências da Guerra Fria e do militarismo, à sombra das altíssimas taxas de inflação⁴¹, desemprego, baixo poder de compra, produção industrial incipiente e crescente concentração de riquezas – realidade nossa, brasileira, mas que se estendia aos nossos vizinhos, especialmente argentinos, chilenos e mexicanos, todos em fase de redemocratização amargando conjunturas de extrema instabilidade. Uma história assustadoramente recente, que como vimos está longe de ser superada.

No país, a “década perdida”, assolada pelo grave cenário de crise e retração econômicas dos anos 80⁴², assinala o fim do ciclo nacional-desenvolvimentista iniciado ainda com Getúlio Vargas em seu primeiro mandato: o Brasil havia deixado de ser essencialmente agroexportador e importador de manufaturados para firmar-se como uma sociedade industrial moderna.

Mas o preço desta transformação nos foi bastante caro. Para alcançar o patamar de uma produção numerosa e diversificada, era necessário dispor de tecnologia de ponta e mão-de-obra qualificada. No entanto descartou-se a estratégia que hoje nos parece mais acertada. Ao invés de apostar no construtivismo das políticas de financiamento para a produção interna e de fortalecimento do sistema educacional, importamos as técnicas e os cérebros, além de reservar largas fatias dos setores de base ao controle do capital estrangeiro – a curto prazo, soava mais *eficaz* e menos custoso, rendia⁴³.

O Estado deveria, então, abrir mão de sua função de indutor e planejador do desenvolvimento em favor das lideranças do livre mercado e da iniciativa privada. “Hoje e aqui privatizar significa: fazer avançar sobre a América Latina, reduto de desordem e dispersão, uma

⁴¹ Em 1980, a taxa de inflação chegou a atingir a marca simbólica de 100% ao ano. Em 81, o Brasil entrou numa recessão profunda que se alastrou até o segundo semestre de 82 – incluem-se neste retrato instabilidade monetária e cambial e estancamento dos fluxos internacionais de crédito. Informações disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/>. Último acesso: 20/06/15, às 03h59.

⁴² Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a desaceleração econômica referida representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. O Produto Interno Bruto (PIB) foi apenas 22% superior em 1989 se comparado a 1980, crescendo a uma taxa média de 1,7% ao ano – quase estagnado, uma vez que o patamar histórico é de 7%. Informações disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/>. Último acesso: 20/06/15, às 01h44.

⁴³ A Guerra do Yom Kippur (1973), travada entre países árabes e israelenses, também foi um fator importante para as novas demandas industriais brasileiras. Em retaliação ao conflito armado, Egito e Síria, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), decidiram por boicotar as vendas e distribuição do óleo a todos aqueles que apoiaram Israel. Em 79, houve um segundo grande reajuste. Neste período, o preço do barril de petróleo aumentou 12 vezes, criando dificuldades sérias para os países importadores.

forma – não qualquer, mas a mais adaptada à totalidade planetária – do Tecno-Estado” (AMARAL, 2004, p.64).

A estratosférica dívida externa e a dependência das etapas produtivas nos deixou vulneráveis, tornou-nos reféns: colocávamos os dois pés, as mãos e o coração no jogo neoliberal – “privatizaram o que devia ser comum e construíram regimes fragmentados cuja principal via de acesso se dá pela dinâmica do poder de compra, intensificando exponencialmente os níveis de exclusão social” (NEGRI; COCCO, 2002, p.20)⁴⁴. Como casos exemplares apontamos a subscrição do México no *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) em 1994, a atuação das empresas espanholas como a Telefónica e o grupo Santander na região, a privatização do serviço de fornecimento de água na Bolívia, da Telmex no México e das *teles* no Brasil.

Para boa parte dos países latino-americanos, a globalização significou uma perda significativa dos poderes de representatividade política, como o Legislativo e o Executivo, e uma consequente concentração de tarefas no Judiciário, de instância mais funcional e tecnicista. Segundo Canclini (1995), começaram a se popularizar no continente, então, formações sociais pós-políticas, ou seja, ocorreu uma suposta desvalorização dos procedimentos políticos de negociação social – não obstante, um aumento sensível na desigualdade de oferta de condições materiais à população e recursos públicos⁴⁵.

Maricato (2015) aponta, ainda, que as três políticas públicas estruturais (transporte, habitação e saneamento) foram ignoradas ou seguiram rumos contrários aos dos interesses e necessidades da maior parte da população, com baixo investimento por mais de 20 anos – para ela, o setor seguiu negligenciado até 2003, quando na gestão do presidente Lula os

⁴⁴ De acordo com a pesquisadora Sonia Miriam Draibe, o Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza. Informação disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/>. Último acesso: 20/06/15, às 04h31.

⁴⁵ O mais instigante do processo é que esse mesmo viés economicista e pós-político da história regional ocorreu justamente em um período de restabelecimento das instituições democráticas, ou a redemocratização da América do Sul, notadamente da Argentina (1983), do Brasil (1985), do Uruguai (1989) e do Chile (1989), seguido do fim dos conflitos armados na América Central, com o acordo de paz em El Salvador e Nicarágua em 1990 e na Guatemala em 1996, e da troca de liderança no México (2000), em que o Partido Revolucionário Institucional (PRI) esteve no poder por 70 anos.

investimentos foram lentamente retomados por pressões da chamada Nova Escola de Urbanismo⁴⁶.

Neste balanço, à época, nascem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) um ano depois, trazendo novos rostos a velhas bandeiras. *Ordem e desenvolvimento* para quê e para quem? Os impasses encorpavam à medida que, aos movimentos sociais, juntavam-se partidos recém-formados na oposição, dos quais recebem destaque o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Para Bresser Pereira⁴⁷, os motivos de crise no Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Nicarágua, apenas para citar outros países do bloco afetados pela estagnação econômica dos anos 80, vão muito além de um simples populismo das políticas públicas ou de um Estado excessivamente intervencionista apontados pela abordagem de Washington – na tabela a seguir (tabela 1), vemos em números o fenômeno da hiperinflação, as abruptas quedas de investimento e a diminuição da renda per capita.

⁴⁶ “Se antes esses agentes [pesquisadores, professores universitários e profissionais de diversas áreas socialmente engajados] eram críticos do Estado e das políticas públicas, a partir da conquista das novas prefeituras e com o crescimento dos partidos de esquerda, notadamente do PT, eles foram se apropriando de parcelas do aparelho de Estado nos Executivos, nos parlamentos e, com menos importância, até mesmo no Judiciário. Novos programas, novas práticas, novas leis, novos projetos, novos procedimentos, sempre com participação social, permitiram o desenvolvimento também de quadros técnicos e de know-how sobre como perseguir maior qualidade e justiça urbana” (MARICATO, 2015, p.34).

⁴⁷ Bresser Pereira, Ministro da Fazenda em 1987 e fundador do Partido da Social Democracia Brasileira em 1988 (PSDB – partido do qual se desligou recentemente, em 2011), se declara defensor dos ideais de centro-esquerda, militante na luta pelo desenvolvimento econômico e pela redução das condições de desigualdade social no país. Ele atuou, ainda, no governo de Fernando Henrique Cardoso, como ministro de Reforma do Estado (1995-1999) e ministro de Ciência e Tecnologia no primeiro semestre do segundo mandato do presidente. Hoje é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. Declara-se influenciado por Marx, Weber e Keynes e pelo estruturalismo latino-americano. Informações disponíveis em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Último acesso: 22/06/15, às 20h41.

TABELA 1 - AL: VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NOS ANOS 80

	1980	1985	1989
PIB CRESC. (IND.)	100,00	103,50	113,10
PIB PER CAPITA (IND.)	100,00	92,20	91,70
INVEST./PIB	24,20	16,30	16,20
DÍVIDA/EXP.	2,10	3,50	3,20
INFLAÇÃO (%)	54,90	274,70	1.157,60

FONTE: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL), SANTIAGO, CHILE.

As medidas de combate à crise adotadas com base nas teorias neoliberais – disciplina fiscal, liberalização e privatização –, sob os manejos de formação de uma *nova direita*, exerciam importante poder de cooptação sobre as elites e, com um certo grau de pragmatismo, atingiam também o setor das instituições, que uniam forças contra o modelo protecionista de substituição de importações e a suposta incapacidade de se controlar o déficit público mantendo estáveis as demandas salariais das esferas pública e privada.

Com a estratégia do *market oriented*, que desregula o mercado e assegura o direito à propriedade privada, a economia poderia sim ser estabilizada, mas segundo Bresser (1990) não a faria voltar a crescer, tampouco seria capaz de sugerir melhorias sensíveis às camadas mais necessitadas da população. Isto porque os investimentos públicos, cujo déficit profundo é um dos indicativos maiores de uma economia instável, abrangem infraestrutura (sistemas de água e esgoto, comunicações, transporte e energia), investimentos sociais (educação, saúde, cultura), segurança (delegacias, penitenciárias etc.) e as medidas ambientais, que quase nada interessam ao capital privado.

Concentrados nos setores agrícola e industrial, ao menos neste primeiro momento de estímulo e reparação de um Estado falido, assumir a iniciativa privada como única saída para a crise elimina ou minimiza ao máximo a potência do fortalecimento da esfera pública das políticas-base e de sustentação de um mercado interno autossuficiente. Uma vez estável o

cenário, a atenção se voltará de novo e majoritariamente ao cuidado das elites, minando as tentativas de um desenvolvimento distribuído e total.

TABELA 2 - AL: INVESTIMENTO, POUPANÇA E DÉFICIT PÚBLICO

	INVESTIMENTO PÚBLICO (% PIB) ^a		POUPANÇA PÚBLICA (% PIB) ^a		DÉFICIT PÚBLICO (% PIB) ^b	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988
ARGENTINA	8,9	7,9	2,8	-2,2	-2,6	-6,3
BRASIL	2,4	3,0	1,1	-12,6	-6,7	-4,3
BOLÍVIA	1,2	2,7	-6,7	-2,0	-9,1	-4,2
CHILE	2,6	3,5	6,4	11,4	3,5	3,9
COLÔMBIA	6,6	7,7	0,7	1,1	-2,0	-1,5
MÉXICO	9,6	4,4	1,5	-0,9	-3,6	-3,5
PERU	3,0	0,5	2,0	-3,6	-2,4	-4,8
VENEZUELA	1,3	3,2	7,3	-0,4	0,0	-7,4

Fontes: Banco Intramericano de Desenvolvimento, Banco Central do Brasil e Banco de México.

^a Bolívia, Peru e Venezuela: apenas governo central; Chile: governo central, entidades descentralizadas e municípios; Brasil: não inclui empresas estatais; Argentina, Bolívia, Chile e Venezuela: investimento público não inclui transferências de capital.

^b Bolívia, Colômbia e Venezuela: apenas governo central.

Na tabela acima (tabela 2), os números ratificam que este era um grito de socorro das elites financeiras, prontamente atendidas pelas medidas de flexibilização, privatização e liberalização instauradas de imediato com o Consenso de Washington. A opção acertada pelos representantes brasileiros foi, então, a de descontextualizar problemas históricos de suas causas reais, longínquas, permitindo que a decisão fosse delegada às urgentes prioridades do fluxo estrangeiro – para Negri e Cocco (2002), os efeitos da teoria pós-moderna do *Império*.

Na Alemanha e no Japão, no final do século XIX, o Estado desempenhou um papel fundamental promovendo diretamente a industrialização. Desde então, porém, esse papel não parou de ser reduzido e de se transformar. Não é, todavia, realista imaginar que essa mudança ocorra abruptamente. A substituição dos investimentos diretos do Estado por investimentos privados deverá ser necessariamente gradual. De acordo com a abordagem da crise fiscal, o Estado, particularmente no estágio de desenvolvimento em que a América Latina se encontra, tem um papel suplementar (em relação ao mercado) mas certamente estratégico, na coordenação da economia e na promoção do desenvolvimento. Quando o Estado é imobilizado por uma crise fiscal, toda a economia é imobilizada (PEREIRA-BRESSER, 1990, p.7).

O primeiro golpe dos liberais contra os remanescentes socialistas nessas disputas que atravessaram o decênio foram, portanto, as deliberações do Consenso de Washington, atacando os salários reais, os sindicatos o Estado com seu capital produtivo fordista. Em seguida, pode-se coroar a eleição de Fernando Collor de Melo em 1992, que, como para murchar os ânimos de embalo pela campanha do voto direto, abdicou da cadeira presidencial na metade do mandato por complicações éticas e administrativas em decorrência de um processo de *impeachment*.

A crise econômica seguiu, assim como a crise dos valores, dos auxílios e, por vezes resvalada, a dos privilégios – um conservadorismo que propõe modelos de organização social pós-*welfare state*⁴⁸ para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela conformação em garantia de direitos igualitários ou oferta de oportunidades. Para Maricato (2015), o *welfare state* não incluiu toda a sociedade dos países periféricos, ao contrário: os altos padrões do urbanismo modernista foram aplicados de forma bastante fragmentada criando verdadeiros pontos luminosos rodeados por ocupações ilegais, favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. A invisibilidade dessa *não cidade* é fundamental para o funcionamento do sistema.

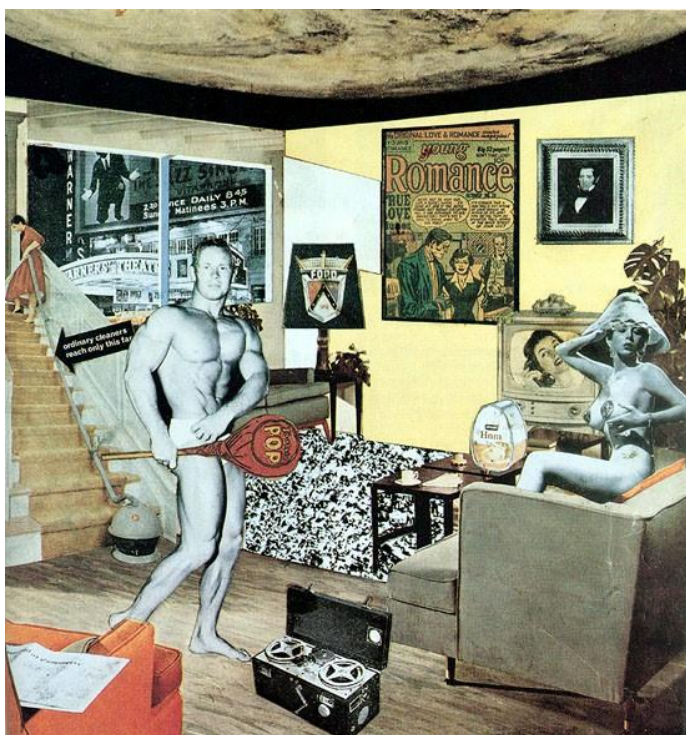
⁴⁸ Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, enquanto serviços assistenciais de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. O Estado de Bem-Estar Social aparece em resposta à crise de 29 nos Estados Unidos e é implementado na Grã-Bretanha pós-Segunda Guerra Mundial, seguindo até o governo de Margareth Thatcher.

2 BANDEIRAS DE UM HOMEM EM CRISE

2 BANDEIRAS DE UM HOMEM EM CRISE

*O que há algum tempo era jovem novo, hoje é antigo
Precisamos todos rejuvenescer
(Belchior)⁴⁹*

De meados da década de 80 para cá começamos a ouvir (e a falar) sobre a tal da *pós-modernidade*. Polêmica por si só, paradigmática pelo que atinge. Provoca as ruínas de um sistema ideológico orientado pela busca da Verdade⁵⁰ para a ascensão de um outro, técnico, regido pela lei da eficácia. Não à toa, o estopim desta nova possível arquitetura temporal que



se desenha converge à fragmentação e à flexibilização das políticas neoliberais, da estética desconfiada, desencantada com um Real preto-n Branco: o mapeamento genético, os *chips*, a pílula anticoncepcional, o movimento *punk* – uma querresse de estímulos pós-industriais que abre caminho para o cenário das narrativas colaborativas; o hibridismo que transita entre as redes e as ruas.

FIGURA 5 - OBRA DE RICHARD HAMILTON (1956): "O QUE EXATAMENTE TORNA OS LARES DE HOJE TÃO DIFERENTES, TÃO ATRAENTES?"; COLAGEM QUE INAUGURA O MOVIMENTO POP-ART

Aplicado às sociedades contemporâneas, principalmente às ocidentais, o pós-modernismo inicia sua jornada com os avanços da computação nos anos 50, ganha corpo com a arte Pop nos anos 60, se expande à economia nos anos 70 e amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música, nas virtualidades institucionais mediadas pelos meios de comunicação, embrenhadas no cotidiano pela *tecnociência* – que responde da oferta de

⁴⁹ Música: Velha Roupas Coloridas (1976).

⁵⁰ Verdade, aqui, grafada em letra maiúscula para referir-se ao conceito fundamental, único, do discurso corretivo.

alimentos processados à organização do espaço urbano. Decadência ou renascimento cultural? Difícil dizer.

Entregues ao consumo e ao individualismo, os sujeitos pós-modernos dão adeus às ilusões divinas, à Arte clássica, à História, ao desenvolvimento e à ideia de consciência social para se salvar. Só interessa o presente e o prazer, tecendo circunstâncias favoráveis para a construção de simulacros espetaculares: intensificados na cor, na forma, no tamanho, nas suas propriedades, que não só amplificam as sensações do mundo, mas as refazem ao passo que saturam a coisa crua. *Hiper-real* (BAUDRILLARD, 1991). O digital permite (re)criar, enquanto o analógico apenas descreve, limita.

A condição pós-moderna, como bem nos propôs Lyotard (1988), dá-se, então, nos *jogos de linguagem*, percebendo sujeito e objeto sobretudo na dimensão dos signos – escolhas de respostas rápidas, na maioria impulsivas e não de natureza reflexiva ou profunda; um sólido horizonte de consumo. Ao mesmo tempo gigantesco e diferenciado, o discurso pós-moderno não forma um todo nem possui centro. Orienta uma participação social vezes frouxa, de pequenos objetivos e metas a curto prazo, pragmática ou personalizada, embutida na micrologia do cotidiano (CERTEAU, 1990).

Sob a estratégia de pulverização da massa numa névoa de consumidores isolados, esta nova forma de ser e agir no mundo resiste aos mecanismos de luta tradicionais (sindicatos, partidos) ante a forte tendência de absorver qualquer costume, qualquer ideia, por mais que sejam rotulados revolucionários ou alternativos: nichos de mercado flexíveis e variados o suficiente para agruparem necessidades das mais disparatadas.

Para o filósofo Vladimir Safatle (2008), o *prazer da indeterminação* nos acompanha desde o início dos anos 1970: “compreenderam que o capitalismo e suas formas hegemônicas de vida tendiam a organizar-se de maneira cínica em virtude de sua tendência interna de fragilizar continuamente as formas e as normas que ele mesmo anunciava” (p.18). E este cinismo se dá por não haver mais desejos de imposição de conteúdos normativos privilegiados, mas de socializar o desejo de consumo por seus esforços de desterritorialização, esmaecimento de códigos locais e flexibilização das identidades (que este mesmo desejo de consumo produz).

O controle social, como pontua Foucault (2012) e se estende Deleuze (1992), que antes se dedicava a fixar os indivíduos em instituições disciplinares, passa, portanto, a consumi-los completamente no ritmo das práticas e da socialização produtiva. De forma a acompanhar as

mutações econômicas e, sobretudo, impulsionados por elas, os processos de individuação se transformaram, dando origem à corrente do chamado *freudo-marxismo* (MARCUSE, 1999)⁵¹.

Considerar a articulação entre esses dois saberes, a psicanálise e o marxismo, é em última análise aceitar (e defender) uma relação intrínseca entre a política e a natureza do homem – inter-relacionar, assim, a linguagem universal à particular, cuja imbricação é fundamental à nossa argumentação. É aceitar a luta política, da práxis, do discurso, do poder, como própria condição de nossa existência: experiência do próprio pensar e da formação de um espírito crítico, a dialética presente entre os campos do domínio e da exploração macrossociais com as fragilidades sujeitas às interações dos micropoderes.

Para Marcuse (1999), os processos psíquicos anteriormente autônomos e facilmente identificáveis foram absorvidos por sua existência pública – a dicotomia freudiana liberdade-segurança, do *mal-estar na civilização*, trabalhada por nós no contexto atual do Estado Mínimo: a garantia das liberdades individuais frente à necessidade da ordem coletiva. A ideia de máquina desejante, filha da sociedade capitalista com o inconsciente individual (englobando, portanto, sociedade e sujeitos), que, na pós-modernidade, parece tender ao hedonismo mas esbarra em inúmeras tentativas de domesticação⁵².

Liotard (1988) desenvolve, então, a noção de *economia libidinal*, que também visa a liberação do desejo na micropolítica do cotidiano. As dualidades freudianas do eu-outro e da segurança e liberdade na civilização, com bases na repressão e no recalque, originavam-se no campo da sexualidade tendo como pano de fundo os núcleos familiares. Sofriam forte influência dos sistemas de mediação e das instituições sociais legitimadores de poder e conduta pelo medo – medo dos diretores de consciência, medo do divino, medo da natureza, medo do Estado e dos outros indivíduos; medo de considerar-se culpado pelo fracasso, pelo malfeito.

⁵¹ Corrente de pensamento trazida à tona por Marcuse, ainda na Escola de Frankfurt. Para Safatle (2008), numa versão atualizada, a proposta se dá pela coexistência de uma “reflexão adorniana sobre a ideologia e seus produtos culturais” com uma “teoria social psicanaliticamente orientada, mediada pelas reflexões sobre processos de socialização e individuação presentes na obra de Jacques Lacan” – a construção de uma *racionalidade cínica* (p.20). Os sujeitos agem como *falsas consciências esclarecidas*, na medida em que eles já sabem dos imperativos que determinam as suas ações “reificadas” e, mesmo assim, continuam a agir como sempre, reproduzindo um mundo já desacreditado, numa espécie de automatismo delirante.

⁵² É neste sentido que Deleuze promovia o Anti-Édipo, a pura máquina desejante que o Complexo de Édipo não programou.

É este medo que justifica o empoderamento e o domínio. É a necessidade de imposição da ordem pela salvação do comum. Na latência do *estado de natureza* dos contratualistas, mantemos os muros e os afetos, no sentido de afetar-se e deixar-se afetar: a construção do outro como potencial ameaça, que generaliza a posição de vítima e a supervaloriza: se eu protejo, eu fundamento e me faço lei (VAZ, 2009).

Por esta razão, dos próprios pilares da organização social, Safatle (2015) classifica o medo como o primeiro de nossos afetos fundamentais, deslocando as inseguranças de um homem de rosto e nome bem definidos, porém ajustáveis circunstancialmente, ao centro do debate.

O medo seria, assim, capaz de nos fazer desconsiderar vínculos sociais sensíveis, nos cegando pela lógica dos contratos – uma burocratização já naturalizada das relações sociais que nos tira de um círculo de convívio real para com nossos semelhantes. Não vemos, não ouvimos, não sentimos, mas somos. Somos *o quê*, somos quem?

Os primeiros teóricos do liberalismo já sabiam que era preciso encontrar um sentimento moral fundador, de modo que a sociedade pudesse prescindir de um tirano. Adam Smith postulou, então, que a base da autorregulação seria a *vergonha*, conectando esferas pública e privada de maneira produtiva. Nos estados modernos, ela deveria ter primazia sobre o medo. Deveria sobrepor-se, assim como a assembleia deveria se impor ao soberano hobbesiano. Mas para Vaz (2009), aquilo que se perde com a perda da vergonha não é a privacidade, mas o próprio espaço público, uma vez que a vergonha de Smith se inclina em direção à reflexiva: uma segunda categoria da crítica, aquela em que nos colocamos no lugar do outro e por ele sentimos vergonha; sentimos vergonha por ter sentido vergonha: a condição do progresso e do regime de representação nos estados democráticos.

O que agora tememos no outro não é mais seu julgamento de diretor de consciência, como na sociedade moderna clássica foucaultiana, mas sua capacidade de ter se tornado um *sem vergonha*. No entanto, almejamos perder a nossa própria vergonha, porque é o que a mídia da autoajuda, da inteligência emocional e da resiliência nos prega e é, também, o que o mercado de trabalho exige. O medo social é o sintoma que a falta de vergonha traz, mas como, diariamente, também escolhemos perdê-la, tornamo-nos reféns do medo. Um medo, acima de

tudo, autorregulador. Um medo do qual, possivelmente, Adam Smith gostaria de ter sido testemunha⁵³.

Assim, ao mesmo tempo em que gera desconforto – e é sabido que é o desconforto que nos move – o medo paralisa, atua como um modo de sujeição e de gestão de afetos. É virtual no sentido de que projeta a expectativa de um mal, mas real no sentido de que interfere fortemente em nossas ações cotidianas, relações e perspectivas. Caminemos, pois, em direção à ideia de *amor produtivo*.

Castells (2013) categoriza: “Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo” (p.23). Para ele, esta é a chamada *inteligência afetiva*, cujo gatilho vem justamente da percepção de uma ação injusta ou da identificação do sujeito afetado ao agressor ou à vítima: a raiva permite assumir os riscos, enquanto o medo faz recuar.

É deste mesmo medo que se sustentam os poderes constituídos para prosperar e se reproduzir. Agem “por intimidação ou desestímulo – e, quando necessário, pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada” (id.ib., p.15). Manifestam-se, de acordo com a nossa ótica, pela indignação ou pela compaixão, como trataremos no terceiro e último capítulo deste trabalho – a primeira referindo-se ao perfil das falas oficiais e a segunda, dos estranhos da cidade.

Um diagnóstico lacanianiano de perversão associado às organizações sociais de que dispomos na tendência da hegemonização, por fundar-se precisamente na consciência da ausência de fundamentos substanciais. Há aí não mais uma falsa consciência, mas uma *falsa consciência esclarecida*, cujo transe se constrói pelo cinismo de uma suposta não afetação induzida pelo consumo (SAFATLE, 2008).

Portanto, para nós, somente o *amor produtivo* dos afetos positivos é capaz de orientar uma busca radical ao que Castells (2013) denomina “espaço de autonomia” (p.164) – uma soma de fatores sociais e individuais em diálogo profundo com as propostas freudo-marxistas atualizadas por Safatle (2008): a luta se dá, hoje, no campo subjetivo da linguagem – são as

⁵³ Este é o medo que se enraíza nas entranhas sociais; é o processo, descrito por Foucault em *Vigiar e Punir* (2011), provocado pela epidemia da peste. Mais à frente nesta dissertação articularemos esses dispositivos de poder (a interdição/exclusão, próprios da lepra, e o controle/vigilância, próprios da peste, às nossas formas atuais de regulação social).

narrativas, materializadas no entrelugar público-privado, o midiático, capaz de articular o espaço livre das redes de comunicação ao espaço urbano ocupado, ressignificando-os.

O controle gerencial das emoções, do afeto instrumental e da inteligência emocional, aposta na produção informacional da realidade para através da midiatização, articular os processos tecnológicos às práticas sociais – a tecnointeração, que desvia os atores políticos da postura representativa concreta (de valores ou doutrinas) para a da performance imagética.

Se antes o Estado totalitário pretendia enraizar-se na vida da nação, reunificando (contra o liberalismo) corpo e espírito, agora é a mídia, esse forte dispositivo cinemático, que se enraíza culturalmente na vida social por meio de uma forma simulativa ou espectral de vida (o bios), mobilizando os corpos da cidadania, instituindo um imaginário que se confunde com a realidade da vida nua, natural, de modo a constituir uma nova esfera existencial plenamente afinada com o capital, onde o desejo se imponha preferencialmente como desejo de mercado (SODRÉ, 2006, p.122).

É preciso propor uma nova teoria de valor que opere através da comunicação que entenda os dispositivos de vigilância como o próprio modo de exercício da cidadania na atualidade, uma vez que a produção de “corpos de consumo” (SODRÉ, 2006, p.31) engendra não só a regulação dos desejos, mas, sobretudo, a conformação de um outro regime de visibilidade pública: o testemunho (SARLO, 2014; HARTOG, 2013; RICOEUR, 2012; VAZ, 2009).

2.1 A FALÊNCIA DO PROJETO MODERNO

Para Bruno Latour (1994), modernidade indica, de uma forma ou de outra, a ideia de passagem do tempo. Se transformada em adjetivação, moderno/moderna, assinala novos regimes, aceleração ou quebra de referenciais e mais: implica o embate entre *vencedores* e *vencidos*. Possui atrelada à sua semântica – processo historicamente construído – as noções de melhoria e progresso, quase sempre positivas, definindo por contraste um passado arcaico imediato que fora superado com sucesso.

Não há mais diferenciais claros para *antes* e *depois*. Tampouco faz sentido apelarmos à natureza das coisas⁵⁴, mas aos efeitos sensíveis ao coletivo e aos sujeitos em si: “Não estamos

⁵⁴ Ideia de *Conhecimento*, também em maiúscula, assim como Verdade, estabelece conexão com os saberes fundamentais, a busca pela essência, a razão de ser de tudo o que há.

falando do pensamento instrumental, mas sim da própria matéria de nossas sociedades” (LATOURE, 1994, p.9). Dos suntuosos teoremas matemáticos às nossas vidas comuns, cuja ideia de desenvolvimento anda lado a lado a sistemas dicotômicos. É urgente desnaturalizar o progresso à frente: um desejo de alteridade pelo outro que perde, sai de cena; uma capacidade adquirida (e aprimorada) do deslocar-se, um devir e um ocupar.

A quem ou a quais organizações sociais caberia o julgamento desta época? Embora apresente ponto de origem pouco definido e trajetória recente, suscetível a acontecimentos divisores de água e guinadas político-econômicas significativas, como as revoltas urbanas de maio de 1968 ou a aproximação dos blocos socialista e capitalista com a derrubada do Muro de Berlim em 89, carrega consigo características profundamente vinculadas ao sistema de pensamento iluminista, datado ainda de pelo menos dois séculos atrás.

A distorção de substância menos consistente, portanto, conforme bradam alguns (muitos) ressentidos e reativos às supostas novas atribuições dos operadores *tecno-lógicos*, se desfaz à medida que a investigação avança e revela uma série de heranças constitutivas do homem contemporâneo – acusado de negar as tradições e reduzir as conquistas das gerações que o antecederam a variáveis circunstanciais. Assim como – notem o paralelismo – o incentivo ao rendimento da produção em detrimento do desvelo de suas técnicas, da preocupação excessiva com os resultados e com o funcionamento hermético das engrenagens nos remete a um processo de apropriação cultural alienante e, sim, de esvaziamento de sentido e contexto.

Esta é, então, uma Era sem lei, sem começo ou fim, assombrada pelo fantasma de uma longínqua carta de direitos que insiste em rodeá-la. Uma Era sem tribunais terrenos ou extraterrenos, que peca justamente pela fabricação de juízes de valores e diretores de consciência desmemoriados ou pior, capazes de pender em demasia a rigores que não mais o são.

Os modos de ser, agir e pensar contemporâneos se articulam, em igual intensidade, aos movimentos de ruptura e continuidade, que por sua vez se articulam às estruturas temporais e aos regimes de historicidade. Não se fazem por exclusão, mas por troca e sobreposição.

Da linha tênue entre viver *o* mundo e viver *no* mundo, nos percebemos frutos da experiência, das narrativas que escrevemos e das quais somos atores. Um desafio enigmático, cíclico, tão lúcido quanto obscuro. Um desafio que nos pertence e nos conduz à imensidão do mar das possibilidades.

Jean-François Lyotard (1988) designa como pós-moderno “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos de ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (p.xv). Mas esta passagem, quiçá o prenúncio do período em si, não é

nenhum consenso. Wittgenstein, por exemplo, não hesita: manda calar, um trabalho de luto. Outros autores, como Bauman, o pensam como um esgotamento – a *modernidade tardia*. Baudrillard (1981) traz a ideia do *hiper-real*, dos simulacros.

Nós definimos o contemporâneo – por questões metodológicas, embora saibamos que definição implica necessariamente redução e limitações de diversas naturezas – como um período no qual se suspendem os fluxos contínuo e causal da História Moderna mas cuja noção de tempo, no entanto, não é abolida como pilar determinante da realidade. Um período cuja tecnologia é sua forma característica, é feita poder uma vez que indiferencia teoria e prática: o saber-fazer, umas das mais persistentes singularidades do contemporâneo. Não se *é*, mas se *serve* para. Um mundo cuja única evidência é a virtualidade, terreno fértil para sustentar a paradoxalidade de uma fala sem fim e de um silêncio assustador.

Este Tempo, então, se desmembra: presentista, imediatista e contraído, em conflito com sua versão estática e congelada. O mesmo tempo. É o Tempo das (des)construções e o Tempo do sofrimento. Por isso tão precioso, tão escorregadio.

A Verdade, que já foi paradigma, e como tal resposta e esquecimento da questão a que correspondia, tornou-se subitamente um incontornável bloco de dor: nela dói, e fere, a crise do Ocidente como Paradigma. Abandoná-la por um ato de vontade é simplesmente impossível. Pode-se fazê-lo, mas ao preço de um retorno insidioso, insuspeitado e perverso. A Verdade continua presente, mas sua presença não é mais a da luz, que esclarece, antes é a dor, que lateja. No mundo do sofrimento e da compaixão a verdade é uma latência (AMARAL, 2004, p.38).

Foi o século XIX a consagração do paradigma histórico. Atravessado pela representação, uma singular preferência (talvez uma necessidade conjuntural) pelo mundo das causas: "tratava-se de dar sentido à Crise, mostrando sua naturalidade em termos de uma causalidade no tempo" (AMARAL, 2004, p.70).

A Origem das Espécies, *a Origem da Riqueza das Nações*, *a Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a origem das línguas, a origem do universo. Uma tentativa de reencontros e recuperações com o passado para se ressignificar o presente a fim de projetar o futuro; necessitava-se de um *tempo zero*.

Pois bem. Fracassada ou não, para Lyotard (1988), essa missão histórica *deu o que tinha de dar*, descredibilizou-se, tornou-se incrível – como uma provocação, desacreditada. O que importa agora não são mais as causas, mas seus efeitos – a *eficácia* das coisas, o funcionamento, o rendimento (de custo-benefício): não se trata de planejamento e segurança, mas de aposta e risco – o acaso. A glória hegeliana ou o materialismo de Marx que enfatizavam um desfecho atestam-se saturadas. Nem mesmo o niilismo está a salvo, por arquitetar o trágico como finalidade e não instrumento.

Palavras ao vento, apenas *jogos de linguagem* (LYOTARD, 1988) e perspectivas fatigadas, sem fôlego e em descompasso com o fundamento agonizante. Para os pós-modernos, a História enquanto um metadiscurso que fala a si sobre si própria, deixou de se sustentar – falar em memória e tradição largou de mão o estilo, passou a se caracterizar *interdição*.

Nietzsche (2007), a contragosto dos pós-modernos que execram qualquer ancestralidade, ao introduzir o Super-Homem e a morte de Deus, para nós, prepara o terreno da crise de identidade ocidental – a icônica crise da representação, estendida à política, ao consumo, aos modos de sujeição, às instituições mediadoras do real (família, universidade, Igreja, semântica etc.) e ao Real de fato, em maiúscula, por tratar da vida em seus termos dimensionais.

O pensador alemão esmaga os grandes postulados da filosofia clássica – do método socrático, da instituição platônica, da ética aristotélica – para recuperar a *vontade de potência*: o homem como deus de si próprio, cada um à sua forma e destreza. A “transvaloração de todos os valores” (NIETZSCHE, 2009, p.50). Execra os “valores superiores” criados por Sócrates – o Bom, o Belo, o Justo e o Verdadeiro – como sistemas de submissão da vida. Trava-se, para ele, como uma questão de honra eliminá-los, mostrando sua artificialidade e violência. Ele destrói, também, a distinção entre mundo inteligível e mundo sensível – seria essa uma invenção dos filósofos, teólogos e moralistas a fim de julgar e condenar a vida. Um único mundo, o nosso, o efetivo: o homem sem razão, explicação, causa ou finalidade; simplesmente está no todo, em devir. O Super-Homem – aquele além do humano, do bem e do mal além dos dogmas e das convenções sociais – que, seguindo o axioma do *Eterno Retorno*⁵⁵, deseja na máxima potência da vida a beleza de um tempo cíclico, a repetir infinitas vezes as mesmas conquistas, mas também as mesmas dores, em igual intensidade.

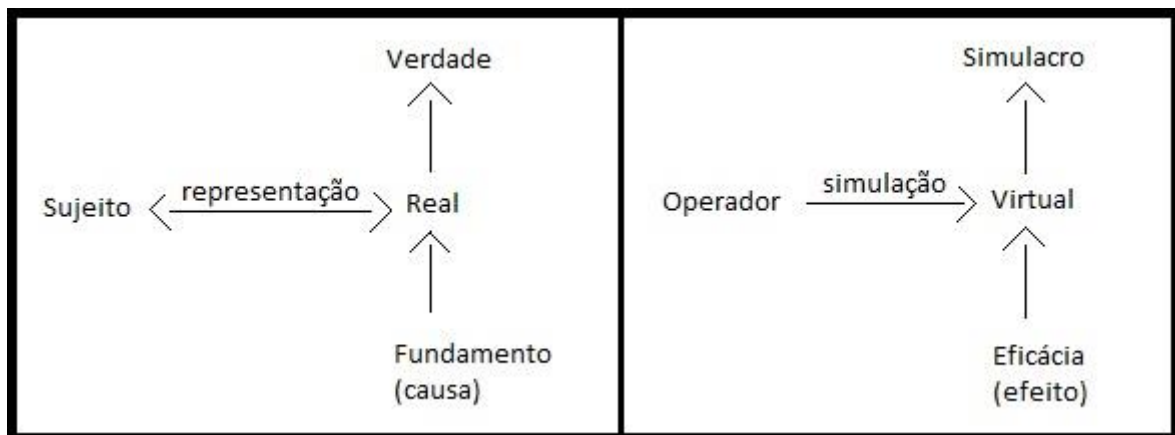
A felicidade nietzschiana, então, se dá na jornada e não como recompensa por uma conduta moral ileso, plena em sua tortuosidade, indicando a morte como o estágio único de ausência de sofrimento, uma vez que nele também se anula toda fonte de prazer – daí, é provável, origine-se a fama pessimista do autor: para nós, uma injúria.

⁵⁵ O *Eterno Retorno* é um conceito não acabado em vida pelo próprio Nietzsche, trabalhado em vários de seus textos ("Assim falou Zaratustra", "A Gaia Ciência", "Além do Bem e do Mal", entre outros), que questiona a ordem das coisas – indica um mundo não feito de polos opostos e inconciliáveis, mas de faces complementares de uma mesma (múltipla, mas única) realidade de instâncias alternadas nunca findas.

Hoje em dia, quando o sofrimento é sempre lembrado como o primeiro argumento contra a existência, como o seu maior ponto de interrogação, é bom recordar as épocas em que se julgava o contrário, porque não se prescindia do *fazer-sofrer*, e via-se nele um encanto de primeira ordem, um verdadeiro *chamariz à vida* (NIETZSCHE, 2007, p.57).

Se os pós-modernos quisessem um pai, provavelmente este seria Nietzsche, que de certa forma anunciou, com o *crepúsculo dos ídolos*, a crise das metanarrativas a ser descrita por Lyotard cem anos mais tarde. Mas para se fazer valer, o discurso do fim da História precisa de um tempo zero. Precisa cortar qualquer vínculo causal com o passado, com as Escolas, com os filósofos anteriores, por mais que alguns deles caminhassem no mesmo sentido de uma recusa reinventiva. É um discurso que se apoia no descrédito para se tornar crível. Analisemos os esquemas abaixo:

FIGURA 6 - MODERNIDADE X PÓS-MODERNIDADE



No modelo moderno (esquema 1), observamos uma relação direta (e causal) entre as noções de Fundamento e Verdade, necessariamente associadas à dimensão do Real. E um sujeito, do ponto de vista de um homem metafísico do século XIX, que acessa esse Real através do processo de representação sob as lentes da transcendência.

No segundo esquema, da dita pós-modernidade, as relações de dependência se deslocam para o campo dos efeitos e da verossimilhança: Eficácia, Virtual e Simulacro. O sujeito, agora operador pós-industrial – pois pode ser também uma máquina – reflete o acesso simulado à hiper-realidade indicada a partir da segunda metade do século XX sob a ótica da técnica (imaneente à coisa com a qual interage) – a *tecno-logia*.

Ao fundamento, o ataque feroz – Deus que carregue a cruz, símbolo maior desse valor moderno que se bastava em si mesmo. Junto se aflige a Verdade, enquanto absoluta – há versões, interpretações. O discurso invariante é distorcido e cai no colo do que hoje chamamos

fundamentalismos – abre-se o caminho para o ódio, para a intolerância, mas disso trataremos mais tarde.

Das quatro causas fundamentais de Aristóteles⁵⁶ – final, formal, material e eficiente – mantém-se pulsante apenas a última, cuja relação se estabelece não mais por condição de existência da coisa em si, mas a favor de sua (re)produção. A questão da técnica angaria fortes aliados na globalização pelo consumo e circulação (e acúmulo) de capital: as identidades fractais, o descarte, os simulacros, a virtualização, o trabalho imaterial, os novos cidadãos e o Estado Mínimo das liberdades individuais.

“Nesta disseminação dos jogos de linguagem, é o próprio sujeito social que parece dissolver-se. O vínculo social é de linguagem (*langagier*), mas ele não é constituído de uma única fibra” (LYOTARD, 1988, p.73). O trazer à luz, antes papel do conhecimento determinista, passa ao cargo da técnica – o dar-se a ver o que estava em retração pela *forma*, não mais por sua *substância*. A lógica das essências dá lugar à lógica da técnica: a tecno-logia – do *logos* e da técnica juntos pelo domínio da *physis*, apequenada ao plano da disponibilidade⁵⁷ (HEIDEGGER, 2002).

Põe-se em xeque a rigidez de um mundo, de uma cultura – das massas, das castas – para que as redes possam emergir. Do uno, imóvel e imutável ao flexível: fora deposto o projeto moderno. “Privado de Deus, o indivíduo democrático vê tremer em suas bases, no fim do século XX, a divindade história: angústia que ele vai ter de conjurar. A essa ameaça da incerteza se une, no seu espírito, o escândalo de um futuro fechado” (HARTOG, 2013, p.20).

O pós-modernismo desembarcou na filosofia com uma mensagem demolidora na mochila: a desconstrução do discurso filosófico ocidental. Quer-se pôr a nu o não-dito, buscar o silenciado. Associado à decadência dos grandes valores, ideias e instituições, como vimos, o discurso pós-moderno ataca veementemente as Escolas do pensamento, àquelas da Filosofia maiúscula, da Filosofia enquanto disciplina. Deus, Ser, Razão, Totalidade, Consciência, Estado, Revolução, Família perdem o fundamento, deixam de ser causas de si mesmos, tornam-se *menos*.

⁵⁶ Livro XII (*Lambda*) da *Metafísica* de Aristóteles. Uma obra sobre a essência, as causas e as noções de Real e representação.

⁵⁷ Sabedoria para permitir que a Lei Natural não nos esmague: contenção e domínio da natureza para torná-la, a nós, *disponível* – o *desencobrimento* do qual decorre a ideia de progresso que nos é familiar.

“O que dá a pensar este cenário? Que mudaram os interlocutores. A filosofia, que quis se converter em meta-ciência das possibilidades da ciência, já não fala a linguagem do mundo – a Referência, falada na ordem do desejo; nem veio falar a linguagem da ciência; e longamente se cala, voltada sobre si mesma e distante, inimaginavelmente distante, da vida. Mas a tecnologia fala: fala com a ciência, e interpela o mundo. E o mundo, convertido à eficácia tecnológica, responde” (AMARAL, 1996, p.16).

Desde a Grécia Clássica, a filosofia se compunha de discursos globais que procuravam os primeiros princípios e os fins últimos para tentar explicar ordenadamente (ou seja, de acordo com determinada lei ou pressuposto) o Universo, a Natureza, o Homem. Mas hoje esses discursos totalizantes não atraem ninguém. A fé na salvação cristã, a crença na ciência e no progresso, a aposta numa sociedade comunista, nada disso pode restar. Quer-se o múltiplo, o fragmento, e o consumo parece ser a única chave de acesso a esta outra realidade. Assim, encontrou-se nos pré-socráticos, do devir, e nos sofistas, da retórica, bons indícios para explicar a trajetória de uma história que escreve seu fim, de um ciclo, de um cachorro perdido que corre atrás (e morde) o próprio rabo. Teremos, também, um novo começo no movimento de retorno às origens?

A suposta Unidade do cosmos, que perdurou por quase 26 séculos de paradigmas, levou à oposição entre homem e natureza, conhecedor e conhecido. Ao mesmo tempo, fragmentou a natureza em campos do saber, sistematizando-a e tornando-a previsível: decretou, principalmente pela matemática, a quantificação do mundo, matando a ideia do futuro incerto – diminuir os riscos para aumentar os lucros, mercantilizando, em última instância, a própria vida.

Conduzidos, produzidos e seduzidos, mundo e homem se estranham numa curiosa proximidade – a que *quase* reduz um às condições do outro -, ou mais gravemente se estranham numa excessivamente longínqua distância, que os faz quase irreconhecíveis um ao outro – esses que já um dia talvez tenham andado misturados com a vida (AMARAL, 1996, p.9).

Neste sentido, diante de um espanto extemporâneo, tão anti-pós-moderno, arriscamos dizer que Sócrates foi, talvez, o primeiro subversivo notável do Ocidente: contracultura. Oriundo de uma minoria movida por valores morais, pilares identitários e de compromisso com a Verdade – aquela absoluta, da adequação e do discurso corretivo – foi condenado à morte sob a acusação de *corromper a juventude* ateniense. Um perseguido político, um mártir do século V a.C., que preferiu a cicuta à renúncia de seus ideais:

Os prazeres que têm a instrução por objeto tiveram todos os seus cuidados, e, tendo dessa maneira ornamentado sua alma, não com ornamentos a ela estranhos, mas com aqueles que são propriamente os seus – temperança, justiça, coragem, liberdade, verdade –, ele espera, assim preparado, a hora da sua viagem para o Hades, pronto para se pôr a caminho apenas o chame o destino (PLATÃO, 2005, p.102-103).

Na Ágora – arena política, esfera pública da democracia direta grega – os homens livres e maiores de 21 anos podiam se manifestar desde que não fossem estrangeiros. Sem censura. A todos que atendessem os critérios enumerados lhes era assegurado o *direito de fala* enquanto cidadãos da pólis – escravos e mulheres não eram cidadãos, independentemente de suas posses. A questão é: numa sociedade essencialmente oral, de práticas de leitura e escrita muitíssimo restritas, fragmentada e hierárquica, quais *lugares de fala* afetavam em real impacto o coletivo? O exercício do poder ficava a cargo da retórica. E dela os sofistas eram mestres, exímios construtores de senso comum.

Crença *versus* Conhecimento. Opinião *versus* Verdade. A persuasão, ferramenta comum aos dois lados da guerra, diferenciava-se na intencionalidade: há preocupação com o que se diz e para quem se diz ou há uma mera investida de convencimento calcada no alcance, sem causas mas efeitos – a desprendida verossimilhança de sentenças perspicazes bem encadeadas. “Fazer política, verdadeiramente, começou assim. Com a presença do povo na praça” (AMARAL, 2015).

Platão, discípulo de Sócrates e responsável por seus registros em diálogos, nos conduziu à primeira opção: seria esta a melhor forma de pensar e viver que implicava haver, num emaranhado de possibilidades, um princípio de inteligibilidade do *logos* humano; do *ethos* ao *pathos* – o sacrifício dos prazeres da carne pelo bem da alma imortal. Destinou à retórica, portanto, a função deturpadora da manipulação, orquestrada, para ele, por mercadores carentes de escrúpulos e autocrítica.

Os valores superiores do homem metafísico não eram cultuados pela sofística, como hoje não o são pelos pós-modernos. Na jornada, importavam os resultados. A *eficácia* política – para nós, a mídia panfletária ou as estratégias de *marketing* para o consumo: produção de desejos e falsa sensação de autonomia gerados por interesses previamente determinados numa disputa de *status* social. Era um trabalho e não uma bandeira, sem razão de ser ou pautas bem definidas. Moldava-se e remoldava-se, quantas vezes fosse preciso, tendo em vista as circunstâncias, os privilégios e a remuneração oferecidos.

Convencidos de que a Verdade se fazia impossível e era nada encantadora, os sofistas engendravam saber (ou parecer saber) o que não sabiam, cooptavam, convenciam, agarravam-se às versões. Através dos *jogos de linguagem* – análogos às premissas de Lyotard sobre a falência das metanarrativas, que à época sequer tinham nascido –, ocasionalmente ludibriavam e atormentavam a lógica pelos sentidos.

Não à toa Platão, discípulo de Sócrates, tratou de separar o plano das ideias do plano sensível com a Alegoria da Caverna. E acrescentou à esfera da vida, os julgamentos da moral e

da ética. Um ataque direto aos sofistas que, de maneira bastante simplória e didática (o perigo, então), dominavam as estratégias argumentativas e recebiam pagamento dos figurões atenienses para angariar um quórum positivo de manobras.

Eram a ponte *da e na* linguagem: uma espécie de lente localizada entre os sujeitos e o real; à medida que distorce, produz ilusórias sensações de proximidade e pertencimento – o vínculo do afeto instrumentalizado (SODRÉ, 2006), cenário que anacronicamente nos é familiar pela cultura de redes midiaticizada na qual nos inserimos no contemporâneo; a saber, o virtual. Górgias, grande sofista, o adversário de Sócrates mais combativo, declara sem titubear:

o fato de por meio da palavra poderem convencer os juízes no tribunal, os senadores no conselho e os cidadãos nas assembleias ou em toda e qualquer reunião política. Com semelhante poder, farás do médico teu escravo, e do pedótriba teu escravo, tornando-se manifesto que o tal economista não acumula riqueza para si próprio, mas para ti, que sabes falar e convencer as multidões (PLATÃO, versão eletrônica⁵⁸, p.7).

Mas esta história não começa com a escalada dos clássicos, data de pelo menos dois séculos para trás. Voltemos às tensões entre unidade e multiplicidade, imutabilidade e devir. Os pré-socráticos – como foram chamados depois de *deixar* a Filosofia das Escolas num processo nada pacífico, um *por-se fora* –, ainda do século VI a.C., apoiavam-se no caos da *physis* para embasar sua busca de saberes.

De acordo com um roteiro linear histórico, que nos provoca a impressão evolutiva do progresso à frente, Parmênides – do uno, imóvel e imutável – foi eternizado em detrimento de Heráclito – do fluxo. O fogo teria sido o norte das experiências de ser do *vencido*, à escolha de um elemento regente deste mundo que, para ele, se dava em constante transformação. Assim, um homem não poderia banhar-se duas vezes nas águas de um mesmo rio, porque nem o homem nem o rio seriam mais iguais em suas conformações dado o próximo instante daquele no qual foram observados.

Parmênides, por outro lado, apostava na *ordem* contra o *caos*, na dimensão ontológica do Ser, na supressão da *doxa* pela *alétheia*. Como razão da *epistème* enaltecida – e da conseqüente fragmentação dos saberes –, foi o grande alicerce do posterior método socrático, da dialética platônica e da lógica aristotélica.

⁵⁸ Texto disponível em: <http://bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/platao-gorgias.pdf>.

Desconsiderou-se, grosso modo, o movimento dinâmico (vezes imprevisível) da própria vida em sua Lei Natural – o embrião da ideia de superação que indicamos ser problematizada por Latour (1994), do *moderno* controlador que aniquila um passado arcaico, da ideia de dominação como melhoramento de algo ou alguém – e se institucionalizou como estrutura de pensamento, como paradigma: a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles. O múltiplo incompatível, a unidade necessária. Um imponente dispositivo de controle.

Platão e os medievais escreviam por motivos diferentes dos que nós temos ou julgamos ter. Não no plano de conteúdos, não só. Sobretudo no plano da legitimidade. A sociedade ateniense amava seus filósofos; pelo menos dava-lhes importância suficiente para, sendo o caso, mandar um deles tomar cicuta. A sociedade medieval temia seus doutores, senhores da doutrina e do anátema. Em resumo, esperava-se deles – os filósofos, os escritores – que falassem e, falando, dissessem a verdade, indicassem o Bom e o Justo (AMARAL, 2004, p.55).

Por cerca de 2.300 anos, do século IV a.C. ao XIX d.C., de Nietzsche, Parmênides triunfou junto às grandes Escolas filosóficas perpetuando modelos de conduta bastante sólidos – as virtudes como concessões divinas, a plenitude pós-morte, a convicção de um diretor de consciência externo ao próprio plano da vida terrena. Mas o alemão da reviravolta teórica, como vimos, acusou os pensadores anteriores de descolar a filosofia do seu exercício ordinário, torná-la, portanto, metafísica: uma afronta das abstrações desencarnadas (NIETZSCHE, 2009) – por isso, o *crepúsculo dos ídolos*, do socorro à estrela que dança.

Escolheu reacender Heráclito e embaraçou-se novamente às *impurezas* da potência da vida: dos prazeres e das dores, o todo, o movimento. Escolheu reacender as multiplicidades, o caos e infringir a ordem, a lei dos homens e a lei de Deus. “O anticristo”, intitulou-se. E trouxe, do cume das montanhas de uma Europa moderna, a ressignificação do profeta Zaratustra para anunciar o iminente declínio dos sistemas de representação e valor apropriados pela Igreja Católica medieval.

A tensão entre *tudo flui e ser é um*, dos paradigmas pré-socráticos da *arché*, volta a nos golpear o juízo – marteladas nietzschianas. A livre experiência *de ser*, sobre tudo o que há, e a doutrinária experiência *do Ser*, dos entes. Através de fragmentos, recuperados também por filólogos alemães, os detalhistas Diels e Kranz, os pré-socráticos emergem à superfície de uma literatura filosófica disciplinar à procura de lacunas.

Em meados do século XX, Heidegger (1999) recupera a experiência da *alétheia*, do não esquecimento, estreitada pelos filósofos clássicos às paredes da ordem do discurso. Problematiza a ideia de Bem Supremo numa sociedade já tecnicista para buscar outras alternativas à experiência pré-socrática de Ser.

Traz à tona a questão da abertura e a complexidade do *Da-sein* – palavra que Heidegger reservava para se referir ao Homem (“o Homem”), sem recair nos humanismos metafísicos –, responsável, em larga fatia, por uma espécie de angústia constitutiva que nos move à medida que nos causa desconforto. Para o pensador, em algum momento da edificação ocidental esqueceu-se do Ser, daquele Ser primário que, mais do que qualquer outra coisa, experimentava; é preciso resgatá-lo: “Os chamados filósofos pré-socráticos não são filósofos. São mais do que isso. São pensadores do Ser” (HEIDEGGER, 1999, p.25). E propõe a redescoberta da vida, do viver em si, como a revelação da *verdade do Ser*: o abrir-se para o nada, para a possibilidade.

Escravo da Verdade, por fim, o Ocidente quis governar sua existência pela razão, que supostamente se encontra mergulhada na essência das coisas, que traça uma moral racional e exclui instinto, emoção, imaginação, paixão e tragédia. É por isso que Heidegger não hesita em apelar à arte, ao poeta, como a grande saída do contemporâneo: se o que fizemos antes não deu certo, que seja a arte, enraizada no presente mas aberta ao futuro, embriagada pelos sentidos, que nos conduza a partir de agora – o melhor de si, de cada um, como obra de arte.

Para além de matar as diferenças em identidades, o *logos* fora acusado de cometer uma segunda violência: hierarquizar os elementos da vida comum, do cotidiano, do afeto que se quer esconder, valorar, medir. Assim, fazendo uma espécie de *mea culpa* pós-moderna, pode-se entrar em guerra com a tradição ocidental para injetar novos estímulos, impulsionar de fato a diferença contra a identidade, a desordem contra a hierarquia, a poesia contra a lógica num meditar minoritário contra a noção de normalidade que, acima de tudo, busca interditar. Para nós, uma ponta de esperança e, não menos, um último suspiro de engajamento social.

2.2 PRESENTISMO: PASSADO E FUTURO EM CONTRAÇÃO

Pensar a temporalidade exige pensar o tempo como experiência social. Perceber de que maneira as atividades humanas se inserem em determinadas épocas e identificar a presença (ou ausência) de características próprias de cada período, associando-as em conjunto às condutas particulares e aos modelos instaurados na esfera pública – para Elias (1998), estas são as *arquiteturas temporais* que simbolicamente nos orientam no fluxo incessante do devir, sobre o qual não temos nenhum controle. O *por-se do homem no tempo*, um desafio por si só.

Esta sede de representação faz com que temporalizemos a história e historicizemos o tempo, talvez um resquício pragmático daquele princípio de inteligibilidade platônico. São os sistemas que conhecemos e dominamos, não o tempo. Nele e dele somos apenas inscrições.

A necessidade de instrumentalizá-lo, portanto, vem de uma busca por sentido e direção: os *centros de perspectiva*, uma ação de integração entre nós, os sujeitos, as imagens que produzimos acerca de nós mesmos no mundo, as marcas de um quadro de referências comuns, e o próprio mundo, alheio, autônomo e muito maior do que todo o resto.

Elias (1998) diria que a distância entre dois ponteiros do relógio *é* o tempo, atribuindo à grandeza em questão a ideia de percurso: espaço-tempo. Para ser compreendido, verificado, necessita, então, de ao menos uma pessoa e um deslocamento – uma evolução que para ele pode ser pensada como progresso ou retrocesso, uma medida. Pela descrição de seu *processo civilizador*, quanto mais ampla, interdependente e complexa for a ação humana, maior será sua dependência do tempo.

Consciência, emoções e subjetividade são, portanto, fortemente afetadas pela forma com que determinada sociedade percebe e se relaciona com as suas arquiteturas temporais. Na sociedade moderna, que como vimos rompe com a sociedade medieval em inúmeras convenções (as liberdades individuais, a propriedade, os Estados-nação, o discurso científico etc.), nota-se paulatinamente um aumento da pontualidade à medida que as indústrias e as cidades se desenvolvem – uma escala subordinativa simbólica típica de civilizações de muitos estímulos, interferências, sujeitos e convenções; sociedades em rede.

São os padrões *crono-lógicos*⁵⁹, portanto, que nos afetam e exercem importante função reguladora em nossos círculos de convivência e níveis de organização social – da fuga do caos, os elementos regentes, estruturantes. Marcamos inícios, prazos, e permitimos que nos alcance, então, o medo do fim, de um fim ainda estranho e pouco nítido, mas que sabemos bem estar lá à espreita, à espera da manifestação de nossas fragilidades (imanes e incontornáveis) – “a angústia de cada um diante de sua própria precariedade” (ELIAS, 1998, p.104). O *tempo social*, o que de fato nos diz respeito e entendemos por instituição-guia⁶⁰.

É considerando este pesar que Agnes Heller (2008) propõe o *agora* como *intensidade*. Uma vida simultânea, compartilhada, conjuntiva, que eterniza os sujeitos ao passo que os

⁵⁹ Pela história da Filosofia, podemos apontar outras cinco experiências de tempo pré-socráticas que não a cronológica. Referentes ao caos das multiplicidades do mundo, foram banidas à medida que *physis* e *logos* se dissociaram por explicitar a importância ínfima – para não dizer fugaz – de nossa existência vil. São elas: *aiôn*, do acaso; *kairós*, da oportunidade; *ethos*, da demora, permanência; *simultaneidade* e *aevum*, de uma continuidade dinâmica.

⁶⁰ Não à toa, Nietzsche propõe o Eterno Retorno como sendo o grande projeto da humanidade.

estende à existência de seus semelhantes: passado e futuro no instante, no poder das sombras e dos projetos – o outro que foi e o outro que será coexistindo no eu que sou hoje. Os três tempos constituindo um, o nosso tempo, expressões que representam não apenas uma sucessão de acontecimentos, mas a peculiar capacidade de realizar sínteses – no simultâneo, um ímpar e mesmo conceito.

Para Sarlo (2014), o presente é o único tempo possível na cidade – nele correm juntos passado e futuro, presos ao instante. De modo similar, seguem o chamado *regime de historicidade presentista* de Hartog (2013) ou a ideia de tempo autista e amnésico de Barbero (2000), que procuram reinstalar a própria noção de processo histórico e conceber uma nova condição de experiência de tempo ao contemporâneo, cuja articulação e intervalo entre os seus três estágios clássicos não seja mais evidente.

Amaral (1996) não hesita: é um labirinto. “A lógica do tempo cronológico não é a lógica do tempo real; e o tempo real virtualiza. Nesse intervalo indecível, portanto cheio de esperança e expectativa, joga-se o destino da consistência do mundo, quer dizer, do desejo de mais” (p.13). Para ele, a atualidade trabalha *sobre e contra* o tempo, um tempo *contrativo* que agrupa e tensiona os impossíveis do moderno e do contemporâneo.

Estaríamos vivendo uma contagem de presente alongado, sob a qual a noção de risco parece nos atingir muito mais que a consciência de uma linha em retrospectiva ou o compromisso de se resumir a planos e previsões estáticos:

contra o passado, que é também a morte coloca-se na frente a vida e o presente. (...) Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente (HARTOG, 1997, p.11-13).

Instaurado após a crise da Modernidade, período no qual o progresso ditava as formas de ver, sentir e analisar o mundo, o *presentismo*, que começa a se formar ainda nos anos 1960⁶¹, tendo como marco a queda do Muro de Berlim, reitera a força da lógica do consumo, conferindo-lhe a capacidade de produzir, além das identidades socioculturais, o próprio tempo: um presente monstro; é tudo e quase nada, nos engole e se deixa engolir ele mesmo.

⁶¹ Na década de 1960, eclode uma série de manifestações populares nas ruas, mundo a fora, em busca de marcos para as minorias representativas. O ano de 1968 tornou-se emblemático com a conquista de direitos civis, liberação sexual e reconhecimento dos movimentos estudantis. Na América Latina, as vozes gritaram pelo fim da repressão política, conforme situamos na primeira parte desta dissertação.

A partir de meados do século XX, dentro de uma nova forma de se perceber o tempo, se valorizam os agentes da lembrança, ou talvez os *lugares de memória*, como sugere Pierre Nora (1993) – espaços destinados a recuperar variadas versões daquilo que já passou, mas ainda assim precisa ser trazido à tona em um impulso de dar sentido e segurança ao indivíduo arfante de incertezas e inseguranças; ônus de viver em um mundo que já não o é, que está deixando de ser.

Para Barbero (2000), estamos sob a gerência de um tempo dual, que em simultâneo quer esquecer e lembrar. Um *desejo de passado no hoje*, ao que atribuímos o valor de uma *memória virtual* (JUSTEN, 2015, p.8), cuja imagem gerada se dá pelos anseios de um sujeito que ressignifica o fato (e, portanto, o simula) na intenção, ainda que não assimilada, de legitimar o contexto no qual se insere.

É este mesmo presentismo, então, que encoraja e protege o *espaço de autonomia* de Castells, incumbindo às narrativas a tarefa mais difícil das múltiplas vozes: reinventar (e revalorar) as inferências de uma tradição remanescente, tanto despota quanto solitária, no terreno dos afetos instrumentalizados e descartáveis. “Entre memória e história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha” (HARTOG, 2013, p.25) – para Lyotard (1988), o que nos resta são relatos⁶².

Contrariando a ideia de *memória disciplinar* (ou disciplinada) da historiografia como um todo, de uma espécie de perícia técnica sobre o passado, a *memória virtual* do presentismo corresponde muito mais às narrativas míticas do que às documentais. Os que falam, os donos dos relatos, as testemunhas, contam suas próprias histórias para que se construa, a partir delas, um cenário global interpretativo – sendo assim, tratamos aqui de um processo interativo que precisa de um outro para se fazer valer; de um outro que traga consigo toda sua bagagem simbólica de imaginário social e subjetividades.

Esta memória virtual é, destarte, tanto um processo psíquico como social, já que se compõe de aspectos individuais para alcançar uma perspectiva geral de mundo, próxima do que

⁶² Michel de Certeau, já a partir dos anos 1970, se debruça sobre essa temática nos trazendo importantes contribuições para o debate, como “A escrita da História” e “A invenção do cotidiano”: qual é a fronteira da alteridade? Não se quer ressuscitar os que passaram, mas fazer aparecer a verdade de suas vidas passadas naqueles que vivem hoje.

definimos anteriormente na sofística como senso comum. Um freudo-marxismo atualizado, conforme pontua Safatle (2008), interessado nos *jogos de linguagem* (LYOTARD, 1988) para organizar uma nova sociedade no agora: sem nenhuma pretensão de nos trazer desfechos, mas ao contrário, aberturas – o *devenir*.

Da ditadura das incertezas, advém o prazer da indeterminação deste homem em crise – um desejo, quase uma necessidade. Por isso e não por outra coisa, para Baudrillard (1981) estamos na “era da simulação” (p.9), que parte, na contramão da utopia, do princípio de equivalência: todos podem o que quiserem poder querer, não há roteiros ou impedimentos – longe disso, o *show do eu*⁶³, de um sujeito descentralizado, cuja identidade torna-se uma “celebração móvel” (HALL, 2006, p.12).

Sem essência perde-se o sentido da coisa original em favor das cópias, diversas, recriadas. Sem essência perde-se o valor do factual enquanto registro, quer-se buscar as versões, os personagens, os pormenores. E a questão da legitimidade discursiva vai à forra: erguem-se as vítimas num tribunal sem juízes, um debate entre autoridade, veracidade e confiabilidade.

Para Ricoeur (2000), cabe ao historiador do presente compreender sem culpar ou desculpar. Ao judiciário, poder de justiça institucionalizado e em tese representativo, condenar ou absolver e ao cidadão, o dever de militar contra o esquecimento e pela igualdade da memória. O problema, todavia, para o qual alertamos o leitor, é: como definir o judiciário, o historiador e o cidadão, quando todos parecem exercer as mesmas funções sociais – ou pior, nenhuma delas?

Radicalismos à parte, a resposta mais plausível nos parece tangenciar a cultura midiática, cuja caracterização simultânea de *produtor de presente* (BARBERO, 2000) e de *memória virtual* vem bem a calhar. É a mídia, seja ela tradicional ou independente, como veremos, quem narra a história no contemporâneo. E a narra à medida que ela ocorre; um narrador personagem, portanto, e profundamente colado ao tempo a que se refere, em permanente (des)construção – o estar na história, o fazer da história e o fazer história na e pela linguagem.

Pensamos que, acima de todas as suas outras características, é a mídia quem detém o monopólio da imagem. Quase-presença, quase-coisa. Está e não está, é e não é. Simulacro. A

⁶³ SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

imagem tem lugar num entremundo real-ficção, onde se jogam nossas liberdades mas também nossas servidões. Torna possível a aparição material de uma imaterialidade, de um sentimento, e, neste sentido, vira alvo do bem e do mal, da mágica e do horror. A imagem projetada adquire, então, mais importância do que possui o próprio objeto que a origina – por vezes o anula ou o reconstrói.

Para Sodré (2009), há uma clara conversa entre a mídia contemporânea e as doutrinas religiosas esfaceladas pelo pós-modernismo numa possível relação de substituição percebida por três aspectos fundamentais costumeiramente atribuídos aos meios de comunicação: simultaneidade, instantaneidade, ubiquidade. A sacralização dos telejornais, por exemplo. Os mitos da imparcialidade e da objetividade, do deslocamento (e congelamento) dos fatos às residências da audiência em sua fiel *reprodução*.

Baudrillard (2004) vê aí uma “desencarnação” (p.82): “é ao preço desta desencarnação que a imagem ganha essa potência de fascinação, que ela se torna *medium* da objetualidade pura, que ela se torna transparente a uma forma de sedução mais sutil” (id. ib.). Isto implica as instâncias do visível, do invisível e de um olhar capaz de sintetizá-los. Uma mediação imprescindível entre o mundo e ele mesmo, senão entre o indivíduo e ele mesmo.

Socialmente, fora do âmbito do mistério e, portanto, fora de qualquer pretensão a uma incorporação institucional, a imagem torna-se instrumento da consciência de artistas ou de cidadãos, não necessariamente para tornar presente a ausência sagrada, o invisível do mistério, e sim para mostrar o que não foi visto na esfera do visível da comunidade (SODRÉ, 2009, p.127).

O “germe do *medium* contemporâneo” (SODRÉ, 2009, p.127) seria, destarte, a duplicação fotográfica ao modo televisivo ou de imagens sintéticas, já que é através dessa desmaterialização da realidade que se materializa uma outra, a midiática. Uma visibilidade programada que prega em uníssono, como vimos, o evangelho do mercado. É mais do que um dispositivo técnico ou um sistema de gramática própria, o *medium* de hoje é o desdobramento dos sujeitos em si, é o aparato de controle das relações sociais e das novas subjetividades: a confecção de um verdadeiro *bios*, que se cristaliza ao ser arrancado do fluxo contínuo da história e ao mesmo tempo se distingue, móvel, em narrativas pelo poder do enunciável.

2.3 RISCO E VÍTIMA NA CULTURA MIDIÁTICA

O sentimento de uma *memória esfacelada*, como coloca Nora (1993), próprio de nossa época, é conflituoso justamente por despertar aos pedaços o problema de sua encarnação agregada: as rupturas e os resíduos, que trazem consigo por um lado o valor de uma certa tradição positiva, mas por outro enraízam a toxicidade daquilo de que se quer livrar.

Com o fim dessa ideia geral de memória, como apresentamos, das decadentes *sociedades-memória* ou *ideologias-memória*, calcadas em dispositivos de controle repressivos e de transmissão hierárquica de conduta social, a prática do lembrar adquire sentido localmente (NORA, 1993). O testemunho, majoritariamente de caráter individual, assume o lugar do coletivo antes desempenhado pelos sistemas de mediação habituais – Igreja, família, Estado – para ressignificar a experiência de um resgate histórico findo numa narrativa continuada e de múltiplas vozes: “o contemporâneo dirige-se ao futuro para fazer diferente, enquanto o moderno se dirige ao passado para ser diferente” (AMARAL, 1996, p.18).

Este cenário, então, começa a mudar a partir da difusão dos chamados *acontecimentos-catástrofe* em meados do século XX, que podem ser tanto de ordem natural (terremotos, furacões, erupções vulcânicas, enchentes etc.) quanto de ação humana, onde os crimes contra a vida são carro-chefe. A questão aqui é como e em que medida o sofrimento pode ser (ou poderia ter sido) evitado ou amenizado. Falemos então do Holocausto, o catalisador moderno das manifestações simbólicas espiraladas, ponte para as transformações da questão da culpa e do castigo – fenômeno que instaura a crise da *política da piedade*⁶⁴, “condição de emergência da figura da vítima” (VAZ; RONY, 2011, p.219).

Para se categorizar o sofrimento, necessariamente deve-se caracterizar aquele que sofre e, não obstante, quem ou o quê lhe causa sofrimento – um outro imoral e ameaçador: o risco. O julgamento de Adolf Eichmann – tenente-coronel da Tropa de Proteção da Alemanha nazista (SS), encarregado de toda a logística de transporte dos judeus para os Campos de Concentração e Extermínio –, em 1961, personalizou o deslocamento de foco da documentação dos crimes

⁶⁴ Esta crise da política da piedade é mais um sintoma da crise da Modernidade, período no qual se adicionou como objeto da política o reconhecimento do sofrimento do outro a partir das premissas da Revolução Francesa – principal argumento da esquerda opositora nos séculos XIX e XX (VAZ, 2009).

cometidos para os relatos dos sobreviventes, dando base para o que Hannah Arendt (1999) conceituou como *banalidade do mal*.

Problematizando sobretudo a incapacidade de pensar, Arendt (1999) descreveu uma espécie de heteronomia que automatiza e inibe qualquer intenção de racionalidade crítica sobre ações repetitivas de manutenção da ordem, ainda que extremamente violentas. O sujeito acometido por essa banalização estaria inserido num contexto onde o mal deixou de ser mal em essência e passou a ser um mero efeito colateral da realização de um projeto sistêmico maior – frequentemente justificado pela lógica do bem comum num afetar-se instrumentalizado, como no caso do reerguimento da nação ariana.

Assim, assumindo a forma de uma engrenagem funcional, o criminoso se esquivaria da posição de agente do crime cometido por não ter plena consciência da consequência de seus atos – um ser alienado que encontra álibi em suas próprias faculdades cognitivas deficientes; a banalidade de seus atos em igual proporção à banalidade de seu poder de reflexão crítica: um profundo processo de reificação humana, articulado ao modelo de consumo e descarte, que pode se dar sob a forma de um extermínio planejado – a *eficácia* acima dos fundamentos e da verdade, que derruba (ou relativiza) a dialética certo-errado⁶⁵.

A lógica dos regimes totalitários, apta a decretar o que pode e deve viver, foi paulatinamente alicerçada pelo discurso científico, o que lhe confere um eventual caráter *fundamentalista*. Um bom exemplo é a apresentação assombrosa da bomba atômica, quando a destruição em massa foi fator de comprovação de rendimento de um novo aparato bélico: como num jogo de tabuleiro, alcançou-se o objetivo previsto com o mínimo de movimentos e recursos; às mortes, uma pena, desagradáveis mas necessárias, um efeito circunstancial – a verdade, quantitativa e resoluta, posta à prova de fluxogramas; a Segunda Guerra Mundial nos vem como divisor de águas.

O julgamento de Eichmann, portanto, traz de volta ao debate a relevância da ética e da moral largadas às ruínas. Na contramão da ditadura da eficácia, a bandeira dos Direitos Humanos entra em cena e, em 1944, aponta para uma nova corrente da criminologia moderna

⁶⁵ Vale lembrar que enquanto vigorou o registro da adequação, da justiça e do novo, a verdade foi o oposto rigoroso da simulação; o ato verdadeiro o contrário de um simulacro; e o convencimento racional que a verdade produz pela sua simples e luminosa evidência, o avesso de uma sedução. No entanto, a cultura moderna vem produzindo, desde os séculos dezoito e dezenove, uma crise nesse aparentemente inabalável paradigma (AMARAL, 1996).

acerca dos direitos individuais: para além do desrespeito aos direitos do cidadão, já gravíssimo, a definição de genocídio – crime contra a humanidade, que atenta deliberadamente para o extermínio total ou parcial de uma comunidade religiosa, um grupo nacional, étnico ou racial.

Dizia-se que os judeus teriam se deixado “abater como ovelhas” e que aqueles que sobreviveram, para sobreviver, talvez tivessem sido coniventes com os nazistas. Ao recordar a longa história de perseguição e os sofrimentos experimentados, os testemunhos mostraram que os judeus foram vítimas dos nazistas não pelo que fizeram, mas pelo que eram (VAZ; RONY, 2011, p.219).

A insígnia de sobrevivente do Holocausto, então, transfere o lugar social da vítima de pecador para herói, daquele que carrega consigo narrativas de força e superação e por isso *merece* ser visto, na intenção de que horror semelhante nunca mais ocorra. Os créditos de uma sociedade confessanda, como estipula Foucault (1999) sobre o poder-saber dos séculos XVII e XVIII, que se restringiam a não somente interditar a existência dos *desviantes*, mas ainda fazê-los desaparecer às suas menores manifestações, estariam esgotados. Um calar público no silêncio do privado que fora sobrepujado.

A confissão, acusativa e arrancada à força daquele que peca no âmbito das interações particulares por um diretor de consciência, dá espaço à construção dos testemunhos, espontâneos e públicos: quer-se agora falar; uma exposição livre e subjetiva de reviver o sofrimento em coletivo pelo exercício narrativo, para se recuperar a verdade da vítima perante o agressor – um processo de (re)construção de memórias sociais baseado no relato público como propulsor de afetações individuais e de constituição de identidades; uma estranha meritocracia da dor, que funciona ao compasso de dois pesos e duas medidas, como veremos à frente.

Não mais passiva, a vítima passou a aparecer constantemente atrelada a denúncias e a políticas de autoafirmação a partir da década de 70 como por exemplo os movimentos de minorias – LGBT, afrodescendentes, feministas, indígenas, pessoas com deficiências etc. Numa ressignificação análoga aos *anormais* foucaultianos, reivindicavam a não segregação social pelo preconceito ao *diferente*.

Aproximadamente duas décadas depois da Guerra, então, mais um ponto de virada: os esforços começam a se dar agora não apenas na direção de se fazer ver, mas além; cobra-se do Estado medidas punitivas contra os discursos de ódio e intolerância, violência física e discriminação de qualquer natureza – injustiças, portanto, derivadas da desigualdade de tratamento e condições oferecidas; já se pressupõe aqui uma origem comum.

Para Vaz e Rony (2011), há aí uma inversão clara dos poderes e intenções, cujos impactos influenciam profundamente na sociabilidade contemporânea: se os direitos humanos foram criados para proteger indivíduos do arbítrio de Estados totalitários, os movimentos de

minorias pedem a intervenção do Estado (Mínimo) para protegê-los de outros indivíduos – em tese, iguais àqueles que os denunciam: depois de se apontar o lugar do preconceituoso, a referência é “à negligência e incompetência dos agentes de Estado, as ‘autoridades’ ou os ‘políticos’. E o sentido da mobilização é por aumento do rigor penal e pela punição jurídica dos responsáveis” (p.221). A lei existe mas não é cumprida com rigor, o que motiva uma postura de *vingança social*⁶⁶.

Uma outra clara modificação de contexto, e não menos importante para nossa argumentação, atenta para o *bios virtual* ou *midiático* – fenômeno justaposto à ascensão de uma cultura assinalada pelo acelerado avanço técnico das telecomunicações, relativas à interatividade e ao multimídia; a passagem de uma cultura de massa *mediada* para uma cultura em rede *mediatizada*. A mediação seria, neste cenário, uma ordem sensível de mediações socialmente realizadas num processo de comunicação estendida, informacional, a reboque de organizações empresariais, tendo como roupagem as próteses tecnológicas. Uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em prática social (SODRÉ, 2002, p11-82).

Em vez do valor virtuoso, o valor do capital – seja ele material ou não – implicando uma qualificação particular da vida, dos sujeitos e dos modos de presença no mundo: todos, o mesmo, ainda que o Um se mostre ramificado nos muitos possíveis valores agregados que se diferenciam, assim como a rigor da lei, a rigor das posses.

Sem o forte embargo das instituições mediadoras, a competência analítica moderna tende a ser substituída por uma indiferenciação entre o homem e sua própria imagem, trazendo o corrente *status* da não reflexão e por conseguinte do não reconhecimento – este segundo estímulo requer identificação e é absolutamente consciente e assimilado pela ação das emoções. O preconceituoso, denunciado pelos movimentos de minorias, passa a ser o grande vilão social por indispor da habilidade de respeitar e sobretudo perceber-se no outro – seu semelhante. Não

⁶⁶ Apenas na primeira metade de 2014, 50 casos de linchamento foram registrados no país – uma manifestação extrema do que entendemos como o fenômeno da *vingança social*. Texto de referência: “O linchamento como sintoma”, publicado na Revista Fórum em 8 de julho deste ano. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/07/o-linchamento-como-sintoma>.

tendo direito imediato à condição de vítima por opressão, às *vítimas sociais naturais*⁶⁷, faz-se vítima pela pressão sofrida por não mais poder ser ele mesmo livremente.

“A mídia é, como a velha retórica, uma técnica política de linguagem” (SODRÉ, 2002, p.26) capaz de formar ou intervir nos processos da consciência humana “para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado” (id. ib.). É o que faz prevalecer novamente o terreno do opinativo e que permite a distorção constante de juízos e pontos de vista: agressor e vítima numa mutação de perspectiva exaustiva que, pelo relativismo e somente através de sua ótica, dispõem de um leque de justificativas e pareceres infinitos de legitimação individuais frente ao coletivo: a “vítima virtual” (VAZ, 2009, p.53).

Sobre a *possibilidade de sofrer*, Vaz (2009) afirma que a limitação forçada das oportunidades de prazer é a razão da indignação e, portanto, convite para um indivíduo qualquer (e feliz) conceber-se como podendo ser vítima por interdição de suas liberdades e opiniões. Uma vítima em potencial e desse modo virtual: não o é, mas pode vir a ser de maneira aleatória e imediata.

Instaura-se a *política da vítima*, cuja solidariedade seletiva é seu grande cartaz – num mundo onde todos podem ser vítimas, a preocupação do poder normativo foca em como selecioná-las: a disputa da legitimação do (in)visível, emotiva e excludente.

O indivíduo que recebe um apelo de solidariedade, portanto, está sob pressão de duas ameaças: se recusar a gravidade do sofrimento, será denunciado como um crente na hierarquia; se recusar a inocência do sofredor, será denunciado como preconceituoso. Pela pressão, todo sofrimento tende a ser grave e imerecido. Ao menos segundo a herança cristã, essa postura gera um problema de contabilidade moral. Se sofrimento é castigo, todo sofredor seria imoral e a inocência asseguraria a felicidade, senão nessa vida, ao menos naquela após a morte. Mas se todo indivíduo é inocente, e quem pensar o contrário é preconceituoso, como explicar que continue a haver sofrimento? (VAZ, 2009, p.90)

No lugar, portanto, de uma comunidade argumentativa e consensual, para Sodré (2006), emerge uma outra, afetiva e de base estética, “onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividade das interações” (p.66). O novo homem-máquina, empreendedor de si e

⁶⁷ Para Paulo Vaz (2009), a pobreza e suas variações relacionais, como a desigualdade de renda ou oportunidades, foi a primeira e mais importante forma de questão social na Modernidade. Segundo o filósofo, a década de 1980, no Brasil, marca o limite desta hegemonia da crença na estrutura social como causa maior do sofrimento por vir: ascende a política da *vítima virtual*.

negociador do outro, gestor de modos de sujeição compartilhados sob a égide do desejo produzido de comum – ou melhor, dos efeitos de desejo de comum.

De acordo com Malaguti (2010), criou-se um “senso-comum criminológico que, da direita fascista à esquerda punitiva, se ajoelha no altar do dogma da pena” (p.4). Para ela, “o importante é a fé na purificação pelo castigo” (p.4), um resquício claro da sociedade confessanda de Foucault (1999), com a diferença de que a culpa hoje é exposta na e para a esfera pública – uma espetacularização do discurso jurídico à sombra da Igreja ortodoxa, uma forma eficiente de aplicação dos afetos regulados.

Historicizar o que foi naturalizado pelas forças da ordem nos parece, então, ser o grande desafio, pois no âmbito do discurso pós-moderno atribui-se à face da violência urbana um perverso recurso de controle social. Uma vez questionado o nexos entre pobreza e crime, de acordo com os recentes critérios de vitimização virtuais, por um lado livramo-nos do estigma de que todo pobre infringe a lei, mas por outro legitimamos uma série de práticas discriminatórias das políticas públicas, como o abuso policial ou a falta de assistência básica: se o perigo ameaça a todos igualmente, a eles não devemos maior atenção.

Conforme alerta o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo (2010)⁶⁸, essas práticas endossadas de segregação e exclusão se refletem na própria ocupação do espaço urbano, que priva os cidadãos de baixa renda do acesso à cidade e os restringe aos chamados *bolsões de pobreza*. Aos olhos da solidariedade seletiva, o direito à cidade e seus usos devem ser, portanto, um *benefício* àqueles que deles forem merecedores, já que em igual posição de risco há uma igual chance de conquistas.

Embora a garantia da felicidade associe a noção de justiça a um lugar comum, este “indivíduo qualquer é representado por figuras que têm cor e renda, como mostra o privilégio discursivo nas notícias de crime dado às vítimas da elite e da classe média” (VAZ, 2009, p.67). Se, para Hartog (2001), “uma testemunha, hoje, é antes de mais nada a voz e o rosto de uma vítima, de um sobrevivente que se escuta, que se faz falar, que se registra e que se filma” (p.21), e esta testemunha é socialmente selecionada, criamos a memória cíclica de um *passado que não passa*.

⁶⁸ MARTINS, Maria Lucia; LEITÃO, Karina; RODRIGUES, Roberta; FERRARA, Luciana; NETO, Gustavo. *Política urbana e acesso à habitação social em regiões metropolitanas da América Latina e Europa*. Revista Iberoamericana de Urbanismo, n.3, 2010.

Condenamos, congelados a um presente de privações, a calejada metade de nós mesmos. Seguimos hemiplégicos com penitenciárias superlotadas, operando com capacidade aumentada em cerca de 66% da máxima recomendada, em cidades de todos os estados brasileiros – talvez o único projeto público de habitação na *gestão da miséria* que dominamos: não à toa, ocupamos a quarta posição mundial em matéria de países com as maiores populações carcerárias, ficando, de acordo com o Ministério da Justiça (2014), atrás apenas dos Estados Unidos, Rússia e China, nesta ordem⁶⁹; a crise da segurança em resposta à crise da representação política, que reserva bilhões de reais por ano às obras de ampliação e modernização dos nossos presídios.

Para Amaral (1996), essa pode ser a resposta a uma sociedade que de tantos anseios, nada deseja. Nada é genuíno. Seria desordeiro e da desordem quer-se distanciar. “É possível, no modo da referência indiferenciada, gerar um mundo autárquico e regulado. Mas será um mundo sem homem. O caos [...] não é o mundo quem produz: é a presença do homem, que diferencia (p.16).” Dura contradição: anular-se e autoafirmar-se, censurar-se e lutar contra a tal *vergonha reflexiva*. Das bandeiras desta crise, tão profunda quanto estrutural, saem tragédias anunciadas.

No contexto dos cidadãos-consumidores, da eficácia e da simulação, até mesmo a luta social passa, por vezes e propositalmente, pelo status de “deprecação-espetáculo” (SOLANO, 2014, p.72). Em entrevista à pesquisadora da Unifesp Esther Solano⁷⁰, adeptos da tática *Black Bloc* declararam não fazer violência, mas teatro. Uma violência performática que pretende chamar a atenção pela conquista do poder simbólico; uma violência realizada sob os holofotes da mídia nas grandes cidades, justamente com o objetivo de escandalizar.

Muitos dos protestos Black Bloc parecem cerimônias, seguindo suas formalidades, seus protocolos, suas violências em lugares e momentos determinados, cada um cumprindo seu papel. O policial em seu personagem. O manifestante no seu. O fotógrafo onipresente, como insaciável, captando o momento da predada ou da bomba de efeito moral. Toda uma mise-en-scène que atrai flashes, capas, manchetes... Podia ser de outra forma numa sociedade que deglute os acontecimentos como se fossem meros espetáculos (SOLANO, 2015, p.77)?

⁶⁹ Dados obtidos a partir do jornal *A Nova Democracia*, Ano XIV, n. 154, segundo quinzena de julho de 2015: “Em vez de ‘país da impunidade’, Brasil é país da punição”. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-154/6022-em-vez-de-pais-da-impunidade-brasil-e-pais-da-punicao>. Último acesso: 24/07/15, às 23h24.

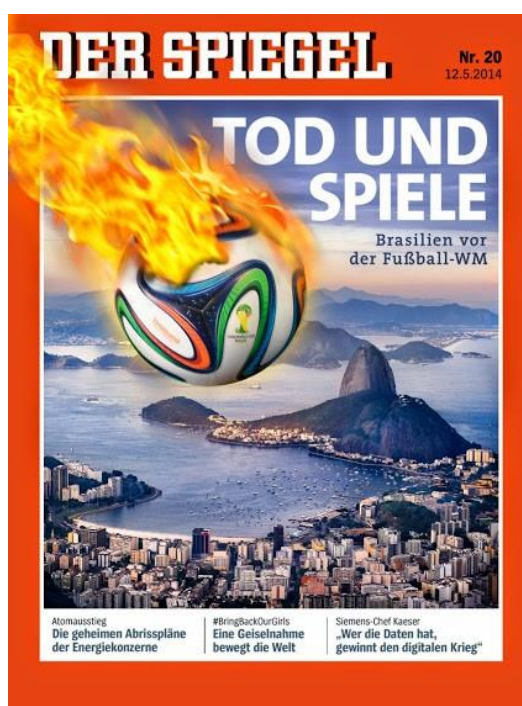
⁷⁰ SOLANO, Esther. *Mascarados – A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014, p.72-82.

A interpretação aqui é simples: os jovens defendem essa ação direta na intenção de provocar reações (institucionais, inclusive). A violência é considerada uma forma ímpar de expressão, de diálogo com um poder negligente, alheio, que não atende às reivindicações de forma pacífica. Uma violência, portanto, comunicativa, que exterioriza a crença de que os canais convencionais são inúteis, fracassaram.

Um jogo perigoso no qual o *Black Bloc* utiliza a imprensa para expor o despreparo da polícia e das políticas públicas; a imprensa utiliza o *Black Bloc*, política e comercialmente, para desestabilizar o movimento e abalar sua credibilidade frente à opinião pública. Um duelo de titãs. E nós? Pivôs. O *show-business* da barbárie é bom para a audiência.

Em reportagem de capa, há um mês dos jogos do Mundial de Futebol de 2014, o semanário *Der Spiegel* – a revista de informação de maior circulação na Alemanha – apresentava um retrato dos atrasos em obras, da insatisfação dos brasileiros com os altos custos do evento e dos prováveis embates nas ruas das cidades-sede: “protestos, greves e tiroteios em vez de festa”.

FIGURA 7 - REVISTA *DER SPIEGEL*: “MORTE E JOGOS – O BRASIL DIANTE DO CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL”; MAIO-2014



O repórter da rede britânica BBC é taxativo: “parece uma guerra”. E era. E é. Mas se a violência vende, por que escolhemos mostrar 60, 70 *mascarados* (200 nas maiores manifestações) e escolhemos esconder os mais de 50 mil mortos por homicídios que temos por ano no país? Esses não dão capa, não vendem.

FIGURA 8 - BBC NEWS, JUNHO-2014: “COPA DO MUNDO NO BRASIL: CONFRONTOS NOS PROTESTOS DE SÃO PAULO E RIO

The image is a screenshot of the BBC News website. At the top, there is a navigation bar with the BBC logo, a 'Sign in' button, and links for News, Sport, Weather, Shop, Earth, Travel, and More. Below this is a red banner with the word 'NEWS' in white. Underneath the banner are more navigation links: Home, Video, World, UK, Business, Tech, Science, Magazine, Entertainment & Arts, Health, World News TV, and More. A secondary navigation bar lists regional categories: World, Africa, Asia, Australia, Europe, Latin America (highlighted), Middle East, and US & Canada. The main headline reads 'Brazil World Cup: Clashes at Sao Paulo and Rio protests', dated 13 June 2014, under the 'Latin America & Caribbean' category. Below the headline is a video player showing riot police using tear gas and rubber truncheons to disperse protesters. To the right, there are two sections: 'Top Stories' with three items (US blizzard, Greece boats, Syria air strip) and 'Features & Analysis' with one item (Lithvinenko murder report).

BBC Sign in News Sport Weather Shop Earth Travel More Search

NEWS

Home Video World UK Business Tech Science Magazine Entertainment & Arts Health World News TV More

World Africa Asia Australia Europe Latin America Middle East US & Canada

Brazil World Cup: Clashes at Sao Paulo and Rio protests

13 June 2014 | Latin America & Caribbean

Riot police using tear gas and rubber truncheons to disperse about 50 protesters near a metro station on the route to the Arena Corinthians

Top Stories

Millions in path of huge US blizzard
18 minutes ago

Dozens drown as boats sink off Greece
1 hour ago

'US expanding air strip' in north Syria
48 minutes ago

Features & Analysis

Ridiculed in Russia
UK's Litvinenko murder report met with derision

Enquanto uma violência é ostensiva, exposta, programada, a outra é silenciosa, invisível e diária. A primeira ganha o mundo, a segunda vive nas sombras das cidades brasileiras e de seus habitantes. E este, sem dúvida, nos parece ser o maior recado daqueles que cobrem seus rostos para se dissipar na multidão – tecido preto por questões estéticas, pela garantia do anonimato mas, sobretudo, para indicar a adesão a um outro conceito de *direito à cidade* sem deixar passar o *basta*. Uma metamorfose absolutamente simbólica que empodera pela noção de pertencimento: antes, jovens indistintos, estranhos a eles mesmos, a seus vizinhos e ao meio; depois, um coletivo padronizado, homogêneo, visibilizando sua opção ideológica e bandeira de luta.

Entre o visível e o comunicável, então, buscam as linhas de fuga sociais foucaultianas (2011): aquilo que não é (e não pode ser) tecnocratizável. E, nas lacunas, são aceitos, fazendo tremer as bases das consagradas tecnologias de poder da segregação e da vigilância. Da lepra, de exclusões sistemáticas, e da peste, de controle intramuros por toda a extensão urbana, aos chamados *Black Blocs*, que, simultaneamente, provocam as duas posturas. Uma epidemia de difícil gerenciamento.

Diante de um gigantesco esmagamento das manifestações de junho por meio de uma força física institucional muito superior, superviolenta e superarmada, a revolta ganhou corpo. A repressão não só acelerou e incitou novos protestos, como expôs o problemático modelo da



nossa segurança pública: guerra contra o mal, caça ao inimigo e execução sumária. Expôs, ainda, a brutalidade de uma mídia corporativa que não só faz parte desse processo como o impulsiona.

FIGURA 9 - RIO DE JANEIRO, 9 DE OUTUBRO DE 2013 / FONTE: REVISTA VICE

À brutalidade de ação direta, foram acrescentados serviços de inteligência: classificação, análise, estatísticas e mapeamento de redes sociais, por exemplo. Escanear dados em busca de erradicação da *doença* que se alastra, extrapolando a punição pura e simples. Quer-se conter, desmobilizar e, para isso, quer-se contar com o apoio da própria população – a peste!

– fiscalizadora. Vândalos, baderneiros. Denúncias. Estão postos o ódio... e o medo. A face moral do poder, da salvação.

A repressão direta não evitou os sintomas da lepra. Tampouco dos sujeitos que se viam, hoje, os ínfimos e infames do poder. No entanto a repressão que recruta soldados civis provenientes da contaminação da opinião pública pela imprensa, aquela que não se concentra nos aparelhos do Estado mas se ramifica pelo discurso a largas fatias da sociedade, requer mais cuidado. É como um câncer, monstruoso, desforme. No crescimento, se descentraliza, perde o líder. Sucedem-se fluxos: ideias, identidades, temporalidades. Na mudança de foco, um riso irônico de quem começou a briga e dela se esquivou impune, mais uma vez. Restam presos políticos, jornalistas feridos e uma histeria de pautas não atendidas. “Desce cassetete neles [*nos manifestantes*]. Coloca todo o mundo na cadeia e joga a chave no fundo de um poço!”, brada um sujeito enquanto assiste a depredação de uma concessionária durante protesto do

Movimento Passe Livre, em São Paulo⁷¹. Poderíamos substituir a fala por “bandido bom é bandido morto”, o sentido permaneceria o mesmo. E, então, quem é a vítima?

⁷¹ Depoimento retirado do livro *Mascarados*, conferido à pesquisadora Esther Solano no dia 19 de junho de 2014.

3 NARRATIVAS EM QUESTÃO: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E TESTEMUNHO

3 NARRATIVAS EM QUESTÃO: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E TESTEMUNHO

*A esperança não vem do mar nem das antenas de TV
A arte de viver da fé, só não se sabe fé em quê
(Paralamas do Sucesso)⁷²*

Sem pudores, fazemo-nos *na* e *através* da imagem – a nossa própria, a idealizada, a distorcida: somos aquilo que projetamos e/ou projetam de nós. Inseridos numa sociedade regida pelo *bios midiático*, em consonância ao discurso pós-moderno, buscamos a espetacularização da vida, a simulação do real e a sedução de sujeitos e valores (SODRÉ, 2006; BAUDRILLARD, 1981) por apenas compreendemos e alcançarmos, no nosso tempo, a lógica da existência por esses prismas – ou ao menos antevendo-os.

Convertemos o ordinário em um *show* contínuo e assumimos papéis de espectadores permanentes. O espectador é, então, quem vê mas também quem anseia por novas imagens fragmentárias para consumir. Mergulhados na cultura da informação, motivamos o controle social pela espera ao mesmo tempo em que estetizamos, glamourizamos e aliviamos a banalidade cotidiana: procuramos passivos-ativos nas ruas e nos rostos, as cores das revistas e da televisão.

Esse esboço, como vimos, contraria em absoluto o arquétipo do burguês moderno. De senhor da razão, da liberdade e da criação fora embargado: a psicanálise revelou-o escravo de seu inconsciente, o marxismo deu-o como escravo de sua classe social e a linguística prendeu-o ao discurso. O indivíduo burguês, que se supunha dono de si, atrelado a uma identidade fixa, a princípios e valores morais intransponíveis, foi obrigado a caricaturar seu retrato em direção à dissolução, à dessubstancialização perante o virtual para sobreviver.

O narcisismo de que dispomos hoje, do individualismo exacerbado, divide espaço com a melancolia da desmobilização e do desengajamento político e de causas sociais. Talvez um último grau de apatia, sem laços ou fortes impressões a não ser de si mesmo para com o mercado. A tal da *falsa consciência esclarecida*, de Safatle (2008). Absorto e nostálgico. Presentista, tão logo quer o novo e a memória no agora. É sincrético, de natureza confusa, demônio terminal e anjo anunciador.

⁷² Música: *Alagados*. Composição: Bi Ribeiro, João Barone e Herbert Vianna (1986).

Seria, portanto, bastante plausível deduzir que os mesmos sujeitos tidos como niilistas, conformistas e desinteressados são aqueles que, de súbito, se organizam, tomam as ruas e reivindicam seus direitos de cidadãos: o direito à cidade, seus usos e acessos. Uma contradição tipicamente contemporânea, do tempo que se faz um não-lugar moderno/pós-moderno. As Jornadas de Junho são um exemplo emblemático desta postura no Brasil, seja pelo seu impacto no espaço urbano e em seus habitantes, pela magnitude de repercussão (nacional e internacional) ou pela efemeridade e intensidade de seus acontecimentos.

Uma mobilização que começou com o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo denunciando as altíssimas taxas cobradas por um sistema de transporte de massa precário, tanto rodoviário quanto metroviário, e se alastrou para outras 388 cidades brasileiras que terminaram por reivindicar mais saúde, educação e transparência dos gastos públicos. Tornou-se palco de expressão máxima de angústias e ansiedades escancarando um arcabouço institucional violento, munido de ameaças e sanções colecionadas ano após ano – neste sentido, a veia sintomática em sobressalto cabe à ação truculenta da polícia, que evidencia, para além de um claro despreparo tático, a sede insaciável das autoridades pela manutenção da ordem gerenciada pela vinculação do medo (a ele subjugam-se ou se supera, não sem confronto direto).

Fundamentos foram negados. “Sem partidos”, clamavam as bandeiras ao acusar as ruínas de uma democracia em frangalhos. Todavia, fundamentos também foram exigidos, quase em fatias proporcionais, por aqueles mais reacionários que viam justo na força do movimento sua maior fraqueza. “Não há pautas”, esbravejavam os ataques contra a falta de programas e lideranças. Não à toa, os objetivos indefinidos, generalizados, eram em simultâneo fator de atração e repulsa num misto de desilusão e denúncia.

“Eles não nos representam”, gritavam aos quatro ventos os militantes sobre seus governantes. Eleitos? Sim. Representativos? Não, estavam deixando de ser. A mediação política teria, então, sucumbido junto às instituições e suas ações não corresponderiam mais às demandas e reivindicações de um corpo social que se planejava organizar de maneira linear, sem líderes ou partidos – também são afetados por esse significativo descrédito os movimentos sociais tradicionais comentados por nós anteriormente no contexto do neoliberalismo, como a UNE, o MST e a CUT ou o próprio PT, que vem perdendo vertiginosamente a adesão popular desde este último mandato (de posse em janeiro de 2015) assolado por campanhas a favor do impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Prima-se, aqui, pelo chamado *princípio da rotatividade dos responsáveis*⁷³ para evitar a cristalização de estruturas de poder e buscar a autorregulação sem chefias ou porta-vozes. Por isso, a voz das ruas não era uníssona, tampouco seu comportamento – era contra a sua razão de ser, antinatural: elementos progressistas e libertários, mas também conservadores e de brutalidade provocavam cisões entre os próprios segmentos de luta na multidão que se (des)encontrava. O movimento negro, o LGBT, os professores, as feministas, os profissionais da saúde etc. Cada grupo social, à sua maneira e com as suas bandeiras particulares, engrossava o coro por respeito ao mesmo tempo em que divergia sobre as estratégias de abordagem e difusão das pautas adotadas em busca de um múltiplo comum – a questão dos transportes é transversal (e fundamental) ao acesso e a garantia de todos os outros direitos que compõem o grande conjunto direito à cidade e, por isso, assumiu caráter de mola propulsora das insatisfações: moradia, rede de esgoto, atendimento médico, emprego, educação, entre outros; sem mobilidade urbana não há começo, meio ou fim, não há fluxo (MPL, 2013); era a única variável capaz de proporcioná-los visibilidade na graça da união pela diferença.

Aqueles que chegavam das regiões mais periféricas da cidade de São Paulo, por exemplo, sem um sólido respaldo ideológico e motivados pela massiva exposição midiática, aderiram ao movimento *Black Bloc* atraídos pela performance. Acabavam por elevar ainda mais a intensidade dos episódios de violência, daquela violência-espetáculo, encarando o enfrentamento com a polícia como um rito de passagem (SOLANO, 2014). Para a antropóloga, o bloco dos adeptos à tática foi formado basicamente por outros três segmentos que não necessariamente concordavam entre si: os anarquistas, os que buscavam notoriedade social e os interessados em atacar membros específicos do poder Executivo.

“Naquele momento a minha raiva era maior que o medo” (p.217), declara uma adepta da tática em entrevista a Esther Solano. Talvez a única constante seja a percepção de um inimigo corporativo, personificado pelos “esculachos” (p.203) frequentes ou pela costumeira “averiguação” (p.185) que, não raro, os acompanhavam.

⁷³ Expressão utilizada pelo cientista político Nildo Avelino (PUC-PB), integrante do Centro de Cultura Social de São Paulo na tentativa de elucidar as manifestações urbanas brasileiras. Ele aponta, ainda, fortes similaridades entre o que viu nas ruas em 2013 e o que aconteceu em julho de 1917, quando uma greve geral de base anarquista mobilizou 100 mil na capital paulista contra o alto custo de vida e especulação imobiliária na região. Conferir: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, n. 95, p.36-39.

Jovens ativos, cansados da violência policial e que não suportavam seguir em marcha lenta pelas ruas de São Paulo. Criou-se um vínculo afetivo entre os adeptos da tática. Com isso, uma união para a criação de manifestações-shows, quebraadeiras, ameaças e repercussão. Para isso, existia uma performance que exigia um ritual de transformação. O temor da mídia e da população com os jovens de preto foi muito potencializado, já que não eram mais de setenta garotos e garotas na linha de frente (SOLANO, 2014, p.209).

As cenas do coronel Reynaldo Simões Rossi sendo agredido a socos, pontapés e golpes com pedaços de madeira em meio à gritaria das manifestações contra a Copa do Mundo (“Copa pra quem?”), no centro da capital paulista, talvez componham a maior expressão de ódio contra o sistema vista nas ruas em 2013. No calor das barricadas e na circulação dos registros, tomou-se a farda pelo homem, representante da carne de uma corporação inteira. Para o grupo, o entendimento era simples: “De um lado os vândalos, com rosto coberto, sem identificação, usando táticas covardes e um ódio infundado capaz de os transformar em bestas que atacam o que estiver à frente... do outro o Black Bloc”⁷⁴.

Para o oficial ferido, um despropósito já que as ações da corporação “são pautadas pela legalidade e uso moderado e proporcional da força”. Os casos relatados pelos manifestantes, dos constantes abusos sofridos principalmente nas regiões mais pobres, não passariam de “situações isoladas”⁷⁵. Nesta análise, ficam de fora jovens militantes e jornalistas vítimas de cassetetes, *spray* de pimenta, gás lacrimogêneo, balas de borracha e detenções arbitrárias⁷⁶. O então governador de São Paulo Geraldo Alckmin, sob pressão popular depois de um fotógrafo paulista perder a visão a trabalho, chegou a suspender o uso das balas de borracha; mas, meses depois, por intervenção do desembargador do Tribunal de Justiça do estado Ronaldo Andrade, a munição voltou a circular.

Em nota, o desembargador atentou para a “não comprovação de abusos em profusão que justificam a intervenção judicial”: “O que se tem nos autos são casos isolados de violência e a tentativa policial de manter a ordem e evitar que manifestações pacíficas perdessem essa característica e se fossem tomadas pela violência. A utilização de armas letais e não letais é

⁷⁴ Conteúdo publicado no *Facebook*, na página *Black Bloc Brasil*, em 1 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/Black-Bloc-Brasil-353035154737576/>. Último acesso: 09/02/2016, às 19h38.

⁷⁵ Obra *Mascados*, p.228-253.

⁷⁶ Em um levantamento dos casos nos últimos três anos, a *Ponte Jornalismo* analisa a violência do Estado brasileiro. Texto disponível em: <http://ponte.org/estado-e-culpado-por-cegar-com-bala-de-borracha-alex-sergio-e-dayane/>. Último acesso: 3/02/2016, às 20h56.

admitida para preservação da vida e integridade física dos policiais”⁷⁷ – entra em questão aqui uma desumana matemática: a de contagem de vidas, a supervalorização de umas em detrimento de outras; 70 policiais militares *versus* 234 manifestantes civis⁷⁸.

Interessante é perceber que muitos desses garotos e garotas dispostos ao embate, com energia e destempero suficientes para vencer o medo, começaram a se aproximar das manifestações sem sequer conhecer o movimento que ganhava as ruas em junho. Muitos deles apenas se decidiram pela tática depois de muita observação e estudo. “O povo sempre cai no discurso da direita, usando Deus e a família. É preciso perder a paciência para as mudanças acontecerem”⁷⁹, diz Ralf, que até então sonhava em ser um pequeno empresário, frequentava a Igreja Universal com sua avó e hoje se declara “preparado para a guerra”.

A participação através de sua expressão mais radical, a ação direta, a autogestão e as novas maneiras de se fazer (se pensar e propor) política tomaram as ruas como a manifestação da revolta e da indignação. Mas isto não é novidade, pelo menos não desde que os primeiros grupos autônomos de autodefesa tomaram as ruas da Alemanha ocidental nos anos 80. Os *Autonomen*, como se intitulavam, formavam linhas de frente para enfrentar a repressão policial no país e organizavam cordões de isolamento para impedir a infiltração de agitadores em passeatas – movimentação bastante corriqueira às vésperas da queda do Muro de Berlim.

O *Black Bloc*, este *modus operandi* que extrapola fronteiras territoriais, atingiu seu contorno atual nos Estados Unidos durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em 1999. Os adeptos, inspirados em Gandhi e Martin Luther King Jr., alegavam não ser mais *eficiente* a tradição da desobediência civil não violenta. A tática, que consistia em desobedecer uma lei considerada injusta e não reagir à violência do Estado em sua defesa, deixou de atrair a imprensa – órgão que usualmente divulgava imagens de manifestantes

⁷⁷ Informações disponíveis em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/justica-cassa-liminar-que-proibia-uso-de-bala-de-borracha-pela-policia>. Último acesso: 12/02/2016, às 16h48.

⁷⁸ SOLANO, Esther. *Mascarados* – A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração, 2014, p.251. De acordo com a pesquisadora, no dia 12 de junho de 2014 havia cerca de 40 manifestantes para centenas de policiais nas proximidades da estação Vila Carrão, do metrô de São Paulo; no dia 2 de julho do mesmo ano, na Praça Roosevelt, concentravam-se a Tropa de Choque, a Cavalaria, Rocam e a Força Tática para controlar e dispersar menos de 60 pessoas.

⁷⁹ Obra *Mascarados*, p.197-204.

de uma causa justa sofrendo sanções exageradas, gerando indignação da opinião pública que acabava, por fim, pressionando o poder pelo fim da segregação imposta.

A década de 1990 trouxe consigo um sentimento de apaziguamento, como com panos quentes e cuidados paliativos sobre os escancarados conflitos urbanos que se somavam no ocidente: aparentemente o recurso da chamada de holofotes havia se esgotado – desde a ampla conquista dos direitos civis com os Panteras Negras, as estratégias não funcionavam mais em escalas massivas. A imprensa norte-americana havia se tornado incapaz, quase constitutivamente, de noticiar (ou classificar) atos de repressão policial como violência e com ela parecia assentir a audiência: eles apenas são o que são. Nos EUA dos anos 90, num processo de grandes retrocessos, manifestantes não violentos puderam voltar a ser brutalizados, torturados e mesmo mortos sem qualquer objeção relevante das elites política ou econômica (SOLANO, 2014).

Isto porque o modelo dos meios de comunicação admitido por lá, importado por nós e por boa parte do resto do mundo, foi o de jornais-empresa⁸⁰, profundamente vinculado a concessão de interesses e cargos. Sem uma imprensa livre e comprometida com a garantia de direitos democráticos, os ativistas iques propuseram, então, ressignificar as táticas dos *Autonomen* germânicos: concentraram a sua ação numa modalidade de desobediência que era a destruição seletiva de propriedade privada. Por um lado resgatava-se a atenção da mídia, por outro transmitia-se uma mensagem de oposição à liberalização econômica e aos acordos de livre comércio.

Não estive muito bem informado quem procurou saber sobre a reunião nos canais mais tradicionais: *CNN*, *ABC*, *NBC*. Todos reportavam comunicados produzidos pela agência de notícias do *World Trade Center*, sede da OMC. Vez em nunca, uma corrida alusão aos protestos

⁸⁰ Visando ampliar o público, que até então se dividia de acordo com o posicionamento político do impresso, adotou-se, no fazer jornalístico norte-americano, os preceitos de objetividade e imparcialidade para defender a produção de um discurso neutro e direto, próximo do científico, isento de quaisquer interpretações secundárias, preocupado exclusivamente em transmitir a imagem do fato como espelho fiel da realidade. Instaurou-se o modelo clássico da *indústria da informação*, que salvo raras exceções como a francesa (até hoje declaradamente opinativa), ganhou o mundo junto com a lógica do consumo e a regulação de bens de capital na passagem do século XIX para o XX. O processo, no Brasil, se intensificou com a chamada *revolução gráfica* dos anos 1950, impondo restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estrutura do texto na busca de uma maior uniformidade nas redações (JUSTEN, 2013, p.37-43).

que aconteciam do lado de fora do prédio, para além das fronteiras criadas pelas câmeras institucionais. Para Malini e Antoun (2013), esta “gritante ausência” (p.135) foi o sintoma mais evidente da produção de uma dupla ótica um tanto quanto mal intencionada: ou os protestos eram apresentados “como críticas corporativistas à liberdade comercial” ou “badernas de anarcopunks e delinquentes afins” (id.ib.).

FIGURA 10 - SEATTLE, 30 DE NOVEMBRO DE 1990: PROTESTOS ANTI-GLOBALIZAÇÃO / FONTE: OCCUPY.COM



No dia 30 de novembro daquele ano, o prefeito de Seattle colocou a cidade em estado de emergência e outras imagens foram praticamente forçadas a aparecer na cobertura do evento: latas de lixo queimando, vidraças quebradas e os tais mascarados vestidos de preto. Dizia-se que a sessão fora cancelada porque uma minoria radical não soube se comportar *civilizadamente*. Em resposta, a criação do alternativo *Independent Media Center* (IMC), sediado sobretudo na internet, que deixou o episódio internacionalmente conhecido como

*Batalha de Seattle*⁸¹, e estremeceu as escolas de jornalismo – o endereço eletrônico⁸² chegou a atingir a marca de dois milhões de conexões, além de disponibilizar documentários em vídeo e um jornal em formato digital gratuitamente.

Construído a partir do conceito de mídia sob demanda, o IMC se propunha a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando um democrático sistema de edição aberta (*open-publishing*) e atuando como uma câmara de compensação de informações para jornalistas, recolhendo e disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft* através de seu *website*. Cobrir o acontecimento para o IMC significava participar ativamente de sua elaboração e não apenas noticiar as ações que se desenrolavam quando de sua manifestação (MALINI; ANTOUN, 2013, p.137).

Há, de fato, uma ilegalidade na quebradeira de vitrines de lojas e bancos, mas é justamente a ineficácia em causar prejuízo econômico real às empresas ou ao governo a variável responsável pelo caráter expressivo ou estético da ação, aproximando-a muito mais de uma interface arte-política do que crime-política. Vale destacar seu principal mandamento: é vetado o ataque a pequenos comércios e as ações diretas, em tese, não podem resultar na agressão de pessoas ou animais; uma violência, então, absolutamente simbólica, a violência *espetacular*.

O impacto midiático do movimento foi tão grande em Seattle que a tática ganhou nova roupagem no repertório de movimentos sociais do mundo inteiro, chegando ao Brasil nos anos 2000 durante os protestos contra a ALCA⁸³: se ambientam os *Black Blocs* e os *Centros de Mídia Independente* (CMI), absolutamente vinculados aos problemas da vida local. Podemos citar, ainda, o *Occupy Wall Street*, as insurreições do Egito e da Turquia, *Los Indignados* na Espanha ou os protestos na Grécia mais recentemente contra as exigências do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia.

O tema da ocupação no sentido do controle do espaço encontrou forte ressonância emocional: um alheamento que parecia generalizado em relação aos processos decisórios e da

⁸¹ Em anexos (p.140), conferir: “Como nasceu a militância pela internet livre”, Observatório de Privacidade e Vigilância - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPoPAI-USP); “Vídeo de uma hora de serviço de notícias alternativo é um sucesso”, *The New York Times* (p.143).

⁸² *Independent Media Center*: <https://www.indymedia.org>. Para a cobertura em vídeo dos protestos de Seattle: [https://archive.org/details/deepdishtv?&and\[\]=showdown%20in%20seattle](https://archive.org/details/deepdishtv?&and[]=showdown%20in%20seattle). Último acesso: 02/02/2016, às 20h07.

⁸³ Ver anexos (p.150): “Protesto contra a ALCA na a. Paulista acaba em confronto com a PM”, Folha de S. Paulo.

falta de canais dialógicos entre parte significativa da população e o poder público pôs em xeque o sistema de monopólio da informação sustentado pela grande mídia. O clima, esquentado nas manifestações, extrapola e se nutre de um clima não menos impetuoso nas redes, como se o espaço virtual fosse uma continuidade do espaço urbano, com os seus mesmos conflitos, inclusive sobredimensionados: “Na rua, a manifestação tem hora de começo, hora de confronto e hora final. Na rede social, é uma manifestação ininterrupta, prolongada no dia a dia, que vai servindo de combustível até o momento do próximo encontro” (SOLANO, 2014, p.36).

No vazio de uma agenda social silenciada, a juventude insatisfeita assume a face da reforma da velha democracia liberal. A marca, para muitos deles, era a figura idealizada de Guy Fawkes, um inglês do século XVII que tentou incendiar o parlamento e assassinar o rei para transformar sua sociedade – mais conhecido como “V de Vingança” pelo cinema hollywoodiano, vindo a ser símbolo do coletivo *Anonymous*⁸⁴, famoso por ser um dos primeiros a conquistar milhares de seguidores nas Américas e na Europa.

FIGURA 11 - RIO DE JANEIRO, JUNHO-2013 / FONTE: ANONYMOUS BRASIL



⁸⁴ Comunidade *online*, descentralizada, criada em 2003. Link: www.anonymousbrasil.com/. Último acesso: 14/02/2016, às 3h46.

Assim, as ações diretas, nas ruas, vieram acompanhadas por um outro arcabouço midiático, o das narrativas colaborativas postas *on time* e *online* nas redes sociais: elas aprendem como “enxamear e dispersar, penetrar e romper ou eludir e evadir” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.67). É o que anuncia o recente campo de atuação da *guerra em rede* (do inglês, *netwar*), uma espécie de luta de baixa intensidade – em comparação à *guerra do controle* (*cyberwar*) travada entre dois Estados com alta tecnologia militar, como na Guerra do Golfo – , assimétrica, articulada por grupos autônomos através das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais, como a internet.

“A partilha de princípios e práticas condutores aceitos profundamente pelos membros pode fazer deles ‘uma única mente’ mesmo que estejam dispersos e dedicados a diferentes tarefas”, conferindo-lhes coerência ideacional, estratégica e, por vezes, doutrinária (id. ib., p.71). São esses processos disruptivos, capazes de deslocar-se do medo à euforia em manifestações massivas, que se produzem por contágio social e privilegiam a experiência da insurgência em fluxo – vale dizer que em apenas um ano após o surgimento do IMC, outros 30 centros foram fundados acompanhando os processos das agências gestoras do controle da globalização (FMI, BM, FEM, G8 etc.); hoje somam 140, estando 19 deles alocados na América Latina⁸⁵.

O midialivrismo é tipicamente a manifestação de uma monstruosidade comunicacional: são desenvolvidos por uma ‘pessoa qualquer’ ou por pequenos ‘coletivos’ que, por produzir intensa diferença nos modos típicos de narração da mídia de massa sobre os acontecimentos, logo se alçam como pequenas celebridades de nicho, tendo, deste modo, de arcar com uma dupla dificuldade: produzir diferença e evitar, constantemente, a captura espetacular de sua forma de vida (MALINI; ANTOUN, 2013, p.24).

Isto pode explicar o medo da mudança, a resistência associada incessantemente aos esforços de quebra das regras de uma cultura milenar engendrada pelo patriarcado, pela dominação servil e pela ideia da supervisão divina, cujas raízes vêm imbuídas de desigualdade e preconceito. Parafraseando Foucault (2012), nos termos para os quais nos orienta o debate proposto pelo capítulo anterior, o poder faz existir o perigo para se colocar no lugar daquele que protege, desenha o mal e o antídoto, para que possa inflar e se consolidar socialmente.

⁸⁵ São elas: Argentina, Bolívia, Chiapas, Chile, Chile Sur, CMI Brasil, CMI Sucre, Colômbia, Equador, México, Peru, Porto Rico, Gollasuyu, Rosário, Santiago, Tijuana, Uruguai, Val Paraíso e Venezuela.

Porto Alegre foi o primeiro caso em que as manifestações conseguiram barrar o reajuste da tarifa das passagens de ônibus, reduzindo o valor em 20 centavos – de R\$ 3,05 para R\$ 2,85. O estímulo foi tamanho que os limites do movimento se alastraram para além dos fins econômicos estritos, como argumentavam as faixas: “Não é só pelos 20 centavos. É por direitos”. E o embate com o braço armado do Estado tornou-se cada vez mais frequente e acirrado: “Pouco importa o que a mídia diz. Nossa manifestação é legítima!”, publicava o *Coletivo de Mídia Autônoma de POA* no dia 21⁸⁶; “vivemos num estado de precariedade, exploração e dependência” (id. ib.).

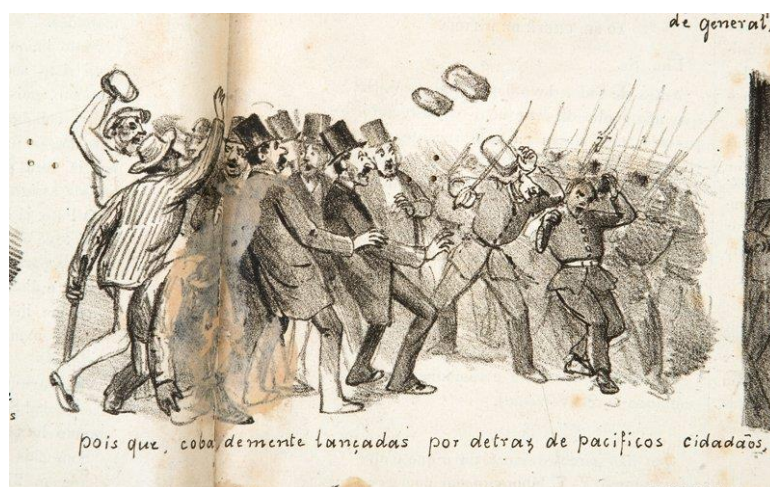
De acordo com Solano (2014), o perfil dos militantes pioneiros se fazia de meninos e meninas de seus 20 a 24 anos, em média; a maioria trabalhava e muitos estudavam. Havia alguns já formados, outros ainda em universidades – boa parte particulares, financiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A maior parte era de classe média baixa, usuários dos transportes coletivos, do SUS e das redes de ensino municipal e estadual. Já no dia 17 de junho, no quinto ato, segundo a *Folha de S. Paulo*, 71% estreavam em matéria de participação em protestos e 84% não apresentavam preferência partidária. A maioria se mantinha com menos de 25 anos (53%), mas o índice de pessoas com nível superior já atingia os 77%.

A experiência das *novas mídias* possibilitou que aparelhos de telefone celular, os modernos *smartphones* (com câmeras de alta resolução e conexão rápida a redes sociais integradas), microcomputadores e *tablets* ocupassem postos de fiscais e delatores, fazendo das plataformas *online* (*Youtube*, *blogs*, *Facebook* e *Twitter*, por exemplo) seus mais eficazes meios de compartilhamento. “Eu vejo, eu mostro”, este era o lema dos relatos, que começaram a brotar no mundo virtual sob a égide da credibilidade de testemunhos. Verdadeiras comunidades autopoieticas, nascidas no ciberespaço (embora não se restrinjam a ele), que não tentam apenas contrapor as velhas mídias, mas acreditam que a novidade de um meio só ganha expressão através da atividade que dele se apropria e nele se desenvolve.

⁸⁶ Manifesto disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/06/520365.shtml>. Último acesso: 12/02/2016, às 19h38.

A *Revolta do Vinagre* – nome de batismo conferido ao movimento pelos envolvidos, já que o vinagre era a única substância capaz de amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo lançado pelos policiais contra os manifestantes – incorporou ares de revolução, atingindo não só os símbolos físicos do poder político-econômico vigente – Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, agências bancárias e lojas de departamentos – com os *Black Blocs*⁸⁷, mas também e, principalmente, os símbolos abstratos das rédeas da contemporaneidade: sedes de emissoras de televisão e dos jornalões, que, ao longo deste período, vêm sendo questionados e, por vezes, *desmentidos*.

FIGURA 12 - REVOLTA DO VINTÉM, 1879: CHARGE PUBLICADA NA GAZETA DA NOITE / ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL



Ambas as posturas, tanto do Estado quanto da imprensa, são formas de criminalização dos movimentos sociais historicamente construídas (JUSTEN, 2013). Estão aí todas

as rebeliões coloniais, do Brasil Império ou republicanas para nos lembrar: a autonomia, a terra. No caso particular da reivindicação pelo transporte público acessível e de qualidade, podemos citar a Revolta do Vintém, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro ainda em 1879: quando cinco mil pessoas se reuniram no campo de São Cristóvão para entregar a D. Pedro II uma petição solicitando a revogação de uma taxa de 20 réis (um vintém) sobre o serviço dos bondes puxados a burros – fez-se uma tríade conturbada de poder do Estado, manifestantes e Gazeta da Noite,

⁸⁷ Normalmente equipados com roupas impermeáveis, máscaras de gás, gorros, capacetes e escudos, o grupo que faz uso da tática “Black Bloc” se destaca do resto dos manifestantes. Quando há confronto direto com a polícia, eles tomam a frente do grupo, empunham pedaços de madeira, pedras e lançam coquetéis *molotov*. Com origem no fim da década de 1980, na Europa, o *bloco negro* ganhou força com a crise do capitalismo neoliberal, na virada dos anos 2000.

estrutura que segue, ainda que abalada, orquestrando as nossas formas de pensar modelos de cidadania e participação democrática.

Assim, como bem pontuaram Malini e Antoun (2013) sobre a nova cara da militância, para o ativismo resistir não é mais apenas necessário sofrer a paixão do embate com o poder atual do Estado e seus dispositivos de governo. Resistir tornou-se também, ou sobretudo, inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e gerir a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente: a construção de pautas, propostas e atores genuinamente públicos.

3.1 AS FASES DAS JORNADAS DE JUNHO

Metodologicamente, as manifestações de junho de 2013, no Brasil, podem ser divididas em duas fases bastante distintas com relação ao comportamento midiático e a consequente adesão (ou rejeição) da opinião pública: chamemos aqui de *compaixão à barbárie* (fase 1)⁸⁸ e *indignação automática*⁸⁹ (fase 2), transitando da vociferação aos aplausos, sobre os quais discorreremos à frente. “Quando um grupo de jovens se reuniu no dia 6 de junho na Avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo ninguém poderia imaginar que aquele seria o marco zero da maior sequência de protestos no país desde o Fora Collor” (FOLHA, dezembro de 2013)⁹⁰.

Apesar do aumento nas tarifas ter sido “abaixo do valor da inflação” (id. ib.), o Movimento Passe Livre (MPL) fez-se catalisador de bandeiras que extrapolavam em muito os 20 centavos reclamados, seguido pelo Fórum de Lutas e pela Assembleia Popular Horizontal. O coração da reforma urbana, para Maricato (2013), é a questão fundiária, o “nó da terra”, como ela costuma dizer. No entanto, a urbanista reconhece que é com a condição dos transportes que

⁸⁸ A fase 1, batizada de *compaixão à barbárie*, apresenta uma triste afinidade com a repressão policial violenta, criminaliza o movimento pela redução das tarifas nos transportes públicos e intensifica os estímulos à segregação (física, afetiva e simbólica) dos estranhos da cidade.

⁸⁹ A fase 2, intitulada *indignação automática*, evidencia o poder de manipulação da grande mídia pela súbita adesão popular ao movimento – uma transformação brutal da postura da opinião pública; no entanto, percebe-se uma adesão alienada, acrítica e descontextualizada, que em nada tem a ver com as motivações primeiras da mobilização orquestrada pelo MPL.

⁹⁰ Matéria disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>. Último acesso: 06/02/2016, às 13h20.

as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios de seus moradores – e embora a piora de mobilidade seja geral, sabemos que sobra para as camadas de renda mais baixas o maior prejuízo.

Para efeitos de comparação, em 2007, o tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos. Em 2012, a velocidade média medida entre às 17h e às 20h caiu para os 7,6km/h – quase igual a de uma caminhada a pé. Os congestionamentos de tráfego na cidade, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros de vias⁹¹, mas, ainda assim, há mais subsídios para a manutenção (e aumento) dessa frota – incluindo oferta de combustível, facilidade de crédito e redução de impostos para montadoras – do que investimentos na melhoria do transporte público. De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), de janeiro a maio de 2013 foram vendidos 1,4 milhão de carros, 8,8% a mais do que no mesmo período no ano anterior.

A prioridade do transporte individual é complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas (MARICATO, 2013, p.25).

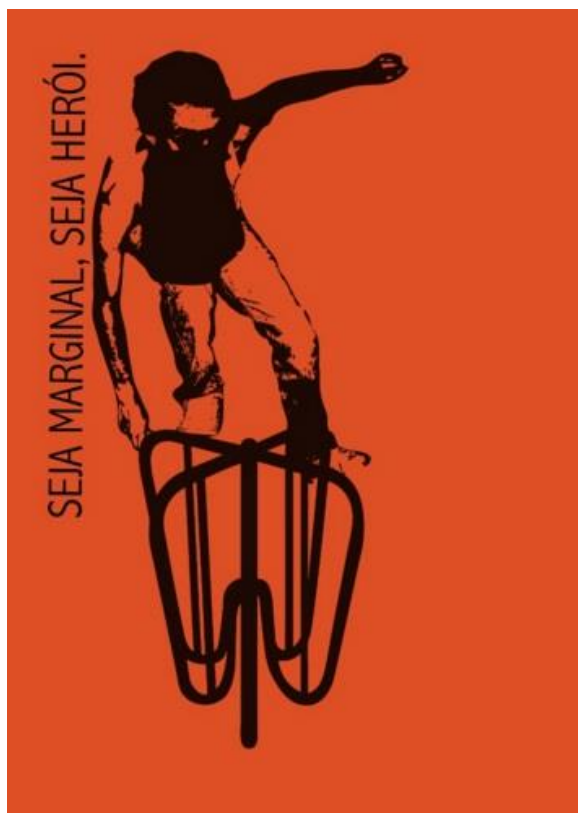
Para o MPL-SP (2013), o problema dos transportes é como um fantasma preso à construção de nosso espaço e memória, tanto individual quanto coletivo: bondes virados, trens apedrejados, ônibus incendiados, catracas⁹². “Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor” (p.11). É a precariedade da mobilidade urbana quem escancara as contradições do sistema e também quem suscita os processos de resistência. Interditar ou dificultar o direito de ir e vir de um cidadão (no caso, da maioria) pela cobrança de preços abusivos nos serviços públicos é uma violência primária, fator de seleção e exclusão social institucionalizado – interdição do acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, produzida por seu próprio

⁹¹ Companhia do Metropolitano de São Paulo – Pesquisa: origem e destino, 2007. Disponível em: www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/pesquisa-origem-destino-2007.aspx. Último acesso: 06/02/2016, às 13h21.

⁹² O catracaço é a implementação prática da Tarifa Zero, defendida pelo Movimento. Ele pode ser feito com a abertura das portas traseiras dos ônibus ou pulando as catracas.

trabalho⁹³. Impactam as possibilidades do mercado de trabalho, do estudo e do lazer, priorizando ou não a interação social: uma ferida aberta sobre o *habitar* lefebvriano, em cuja defesa sairemos sempre que possível⁹⁴.

Neste sentido, as Jornadas de Junho foram a tomada das ruas de maior visibilidade no cenário político brasileiro atual, mas não foram a primeira nem serão a última. Em agosto de



2003, também em resposta a um aumento de tarifas nos transportes públicos, iniciou-se em Salvador a chamada *Revolta do Buzu*⁹⁵, angariando cerca de 40 mil pessoas: estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros num processo descentralizado organizado a partir de assembleias montadas nas próprias barricadas.

FIGURA 13 - RELEITURA DE HÉLIO OITICICA (1968), POR DOUGLAS LUDDENS / FONTE: MPL-SP

Em 2004, em Florianópolis, a *Revolta da Catraca*⁹⁶ ocupou terminais rodoviários e bloqueou a ponte que dá acesso à ilha, forçando o governo a revogar o aumento das passagens. Podemos citar, ainda, as experiências de Vitória

⁹³ Na cidade do Rio de Janeiro, este ano, 33 rotas de ônibus serão extintas e outras 21 encurtadas. Todas conectam a zona norte ou a zona oeste à região mais rica da cidade, a zona sul. A meta é fazer com que cerca de 700 ônibus deixem de circular até as Olimpíadas. Dados disponíveis em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-19/rio-vai-eliminar-33-linhas-de-onibus-a-partir-de-outubro.html>. Último acesso: 06/02/2013, às 17h10.

⁹⁴ A Tarifa Zero se justifica, em termos econômicos, se o preço total dos impactos sociais positivos for tomado como a base para o pagamento público das tarifas de cada usuário. Dentre os impactos positivos está a drástica diminuição dos custos sociais relacionados à poluição e ao trânsito quando o meio de transporte principal é o automóvel individual. Em cidades de pelo menos 18 países no mundo, incluindo o Brasil, houve experiências bem sucedidas de transporte público gratuito. A organização Free Public Transports traz uma lista de casos em: <http://freepublictransports.com/city>. Último acesso: 19/02/2016, às 19h27.

⁹⁵ MANOLO, Teses sobre a Revolta do Buzu (2011). Disponível em: www.passapalavra.info/2011/09/46384. Último acesso: 06/02/2016, às 16h29. PRONZATO, Revolta do Buzu (documentário). Disponível em: www.youtu.be/1BjRhZfeLHA. Último acesso: 06/02/2016, às 16h34.

⁹⁶ Leo Vinicius, *A guerra da tarifa* (São Paulo, Faísca, 2005).

(2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) e, mais recentemente, em outubro do mesmo ano, o ato *Existe amor em São Paulo*⁹⁷, que reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça Roosevelt, no centro. A bandeira que unia os manifestantes era a própria ocupação do espaço público. Em todas elas, e as Jornadas de Junho aqui se inserem, uma característica comum e em destaque: a recusa do sistema político-econômico tradicional, a necessidade de se reinventar. A vida que pulsava, enfim, transbordou.

O direito à cidade é um grito, uma demanda, mas só é ouvido e só tem força quando existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda serão feitos reais, conectados a sujeitos, coisas, tempo e território. Ao reclamar o espaço em público e para o público, ao ressignificá-lo, os próprios grupos sociais tornam-se públicos. Impõem sua forma e seu sentido de pensar e fazer o mundo. Da lógica do direito conquistado, o direito à cidade apenas faz-se inalienável quando quem o reivindica se liberta da condição de alienado social. Foi o que nossos mascarados fizeram. E, de certa forma, obrigaram a mídia a reconhecer e dar vazão, ainda que por seus afluentes estreitos, à querela profunda que seus ataques a uma normalidade negligente desvelavam. Analisemos os mecanismos:

- a) **Fase 1:** pouco ou nenhum apoio da grande mídia com viralização dos coletivos independentes; pequena participação popular; confrontos violentos entre a polícia e os manifestantes; construção de imagens sobre a desordem com evidente objetivo de desmobilização: *vandalismo, baderna, depredação de patrimônio público, arruaça*⁹⁸; foco no reajuste das tarifas do transporte e nas vestimentas pretas. Tem início em 2 de junho de 2013 estendendo-se ao dia 13, considerado o ponto de virada.

⁹⁷ Vídeo elaborado pelos manifestantes disponível em: <http://youtu.be/7cxOK7SOI2k>. Último acesso: 06/02/2016, às 16h46; BESSI, Bruna. Manifestações culturais espontâneas transformam a cidade de São Paulo (IG, 19 de maio de 2012). Disponível em: www.delas.ig.com.br/casa/arquitetura/2013-05-19/manifestacoes-culturais-espontaneas-transformam-a-cidade-de-sao-paulo.html. Último acesso: 06/02/2016, às 16h52.

⁹⁸ “Eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo. Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria no não. Eu votaria no não. Precisa colocar a polícia atrás desses caras”, declara José Luiz Datena no programa Brasil Urgente no dia 13 de junho de 2013. Juntamente aos apresentadores Marcelo Rezende (Record), Rachel Sheherazade (SBT) e Caco Barcellos (Globo), Datena foi convidado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em abril de 2015, para integrar uma audiência pública designada a avaliar a PEC da redução da maioria penal. Como justificativa oficial, o caráter de *formadores de opinião*, concedendo-os o posto de *conhecedores dessa realidade*. Confira: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/29/comissao-da-maioridade-convidado-rezende-datena-sheherazade-e-barcelos.htm>. Último acesso: 10/02/2016, às 01h02.

- b) **Fase 2:** ampla divulgação e apoio dos jornais-empresa com repercussão internacional; massiva adesão popular, chegando aos 81% de simpatizantes ao movimento⁹⁹; menor repressão policial; possibilidades de diálogo com o governo; pluralização das pautas e de flâmulas verde-amarelas. Tem início em 14 de junho de 2013, estendendo-se pela Copa das Confederações à última semana do mês – destaque para o dia 17.

De maneira bastante clara, até o dia 13, e, portanto, durante toda a fase 1, entre o negro algemado e a mãe pobre que abandonara seu filho na lata do lixo por falta de recurso ou zelo, a imprensa (principalmente a sensacionalista) passeava, de vez em quando, pelo estudante que insistia em frear o sacro direito de ir e vir dos *cidadãos de bem* – este, em tese, pertencente ao grupos dos *direitos invioláveis*. O então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, não poupou generalizações: “um clima de confusão e baderna, mas viva a democracia, né?”, evidenciando sua posição debochada quanto à frente popular numa coletiva de imprensa no dia 10 de junho¹⁰⁰. E completou: “a população sabe perceber isso”, buscando com toda demagogia orientar as impressões acerca dos últimos acontecimentos. O governador do estado de São Paulo, tucano, e o governador de Brasília, petista, disputavam para ver quem reprimia mais brutalmente os primeiros atos contra o aumento das passagens. Rezava o *script* de que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é *violência* (seletiva, óbvio).

“Pânico no Centro”, alardeava a Rede Globo nas chamadas de seu telejornal local noturno sobre o segundo ato contra o aumento das passagens na capital carioca, no dia 10¹⁰¹. “Da Rua Primeiro de Março, os manifestantes *fugiram* da polícia pela Avenida Presidente Vargas, que chegou a ser totalmente interditada – as quatro pistas. Lá, houve novo confronto”, prosseguia a reportagem, que contabilizava 50 policiais militares para aproximadamente 300 manifestantes – destes, 34 foram detidos sendo nove menores de idade. Sob os “olhares assustados” dos comerciantes que fechavam suas lojas “às pressas” e das pessoas que

⁹⁹ Pesquisa *Data Folha* divulgada em 29 de junho de 2013. Dados disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/116497-8-em-cada-10-brasileiros-apoiam-protestos.shtml>. Último acesso: 07/02/2016, às 18h41.

¹⁰⁰ Informações disponíveis em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/manifestacao-tem-confronto-no-centro-do-rio-4715.html>. Último acesso: 14/02/2016, às 3h38.

¹⁰¹ Vídeo disponível no Portal G1: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/depois-de-confronto-com-policia-manifestantes-sao-detidos-no-rio.html>. Último acesso: 10/02/2016, às 0h47.

“passavam pelo local na saída do expediente”, soldados do Batalhão de Choque foram deslocados para “conter o tumulto” e “dispersar a multidão”. Com uma única fala de menos de 30 segundos, foi possível desqualificar, desacreditar e incriminar um movimento social legítimo que dava ainda seus primeiros passos: *nós*, sujeitos decentes que pagamos os impostos sem atrasos, e *eles*, os sujeitos oportunistas e desocupados.

O comportamento se repetia nos programas de informação dos canais abertos e nos duplicados em TV por assinatura (*Globo News, Band News, Record News*). Os impressos davam pouco espaço aos acontecimentos e as revistas semanais de maior circulação mantinham-se omissas. “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”, era o que anunciava a faixa estendida pelo MPL na Marginal Pinheiros, numa direta provocação à equação *política supraclássista e suprapartidária + mobilização social dos descontentes desfavorecidos economicamente = repressão policial*. E as vias mais importantes da cidade foram, então, interceptadas em pleno horário de pico¹⁰².

Se considerarmos a máxima marxista “entre direitos iguais quem decide é a força”¹⁰³, percebemos haver a sedução pela técnica e a sedução pela emoção quando o assunto é a difusão midiática e o apelo à produção de opinião pública interessada. E daqui, não escapam nem a velha nem a nova mídia, ambas a procura de seu sustento, de sua audiência apesar de trazerem motivações, *a priori*, deveras divergentes. A primeira, dotada de recursos de captura e edição de ponta, para além de pessoal qualificado e mão-de-obra orientada disponível; a segunda, fazendo de seu amadorismo o alibi para o cinema-verdade, com personagens e encontros sem maquiagem.

“Enquanto era possível ignorar os manifestantes, espancá-los ou manipulá-los, tudo podia continuar igual, para além de discursos vazios em veículos controlados” (CASTELLS, 2013, p.185). Porém, quase como numa estratégia de guerrilha urbana pela disputa da opinião pública, a mais alta autoridade institucional do país foi à televisão, em horário nobre, declarar que “tinha a obrigação de escutar a voz das ruas”¹⁰⁴ ao mesmo tempo em que jornalistas

¹⁰² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292952-passe-livre-poe-faixa-na-marginal-pinheiros-e-anuncia-novo-protesto-em-sp.shtml>. Último acesso: 10/02/2016, às 01h32.

¹⁰³ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I, p.309.

¹⁰⁴ Pronunciamento oficial da presidente: <https://www.youtube.com/watch?v=ahEY59WxWRE>. Último acesso: 14/02/2016, às 3h36.

começaram, também, sem diferenciação profissional alguma, a serem alvos da truculência policial quando em campo¹⁰⁵. Tem início a fase 2, cuja cobertura dos protestos não só deixa de ser exclusividade da mídia independente como assume posto de carro-chefe na programação e nas pautas da mídia tradicional.

Segundo o *Ibope Media*, no período de 3 a 21 de junho, a temática provocou uma média de 7,43 pontos de audiência domiciliar – 8,62 no maior registro (21), estando 27% acima em comparação à sexta-feira anterior, quando os protestos ainda não tinham tomado grandes proporções. Nas redes sociais, os telejornais foram citados mais de 73 mil vezes em apenas 19 dias de monitoramento. De 17 a 23 de junho, período, portanto, já inscrito na fase 2, a quantidade de mensagens e referências sobre as manifestações foi cinco vezes maior do que o número registrado na semana anterior, ainda fase 1. Durante todo o mês, os campeões de público foram os programas de jornalismo policial, tendo *Brasil Urgente*, com Datena, e *Cidade Alerta*, com Marcelo Rezende, as medições mais expressivas¹⁰⁶.

Os jovens do MPL-SP começaram isolados, sob o julgamento e o risco dos holofotes às avessas, assim como de boa parte da população. As primeiras passeatas, nos dias 6 e 8, ficaram restritas à capital paulista. Foram, aos poucos, ganhando destaque nas televisões e redes sociais e, no dia 13, o mais violento e de maior abuso policial, a massa já era engrossada em Porto Alegre, no Rio e em Natal. A tática *Black Bloc* correspondeu às expectativas de ganhar a vez pela sua performance de espetáculo. No dia 17, o marco da fase 2, já eram 21 cidades com as ruas tomadas – cem mil pessoas na Avenida Rio Branco, 65 mil na Avenida Paulista. Com a redução das passagens, o clima se intensificou: pelo menos 150 cidades brasileiras registraram atos públicos no dia 20.

As demandas começaram a efervescer de acordo com a realidade local, apesar da grande mídia, que agora reforçava o coro do “vem pra rua!”, retratar o quadro de maneira uniforme – a criação de um outro real, *hiper-real*, homogêneo. No município de Picos, no Piauí, os

¹⁰⁵ Conferir anexos (p.151): “Do jeito em que as liberdades individuais andam por aqui, trabalhar em redação jornalística passará a ser, em breve, formação de quadrilha. (...) Mais do que um país sem memória e com pouca Justiça, temos diante de nós um Brasil conivente com a violência como principal instrumento de ação policial.” (SAKAMOTO, 12/06/2013).

¹⁰⁶ Dados disponíveis em: <http://convergecom.com.br/telaviva/27/06/2013/cobertura-das-manifestacoes-eleva-audiencia-do-jornalismo-da-tv-aberta/?noticiario=TL>. Último acesso: 11/02/2016, às 01h36.

protestos foram contra a ação de pistoleiros. A população de Coxim, no Mato Grosso do Sul, foi às ruas para pedir melhores condições no asfalto esburacado e a destituição de cargo do secretário de obras. No total, mais de um milhão de pessoas em todo o país. As demandas se diversificaram, assim como os manifestantes; no entanto, mais uma vez, a vista grossa da cobertura tradicional teimava em reduzir e superficializar importantes debates¹⁰⁷.

O *Portal G1*, por exemplo, faz-se um bom caso dentre a coleção de retrospectivas estatística dos protestos disponíveis nos arquivos dos grandes jornais. O documento atrai e se destaca pelos gráficos imponentes e pela interface interativa, a questão do consumo. Porém ele considera o movimento ativo apenas a partir do dia 17 de junho, trazendo somente uma pequena menção, com asterisco e em letras miúdas, de alerta ao leitor sobre o recorte temporal: “A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês”¹⁰⁸ (o trecho encontra-se destacado, em vermelho, na imagem de reprodução do *site* – p.17). Traz um mapa sistematizado em ordem cronológica com um apanhado das cidades brasileiras em que houve mobilização popular considerando como fator condicionante de visibilidade a estimativa do número de manifestantes/dia divulgada pela Polícia Militar. Para o jornal, as cidades assumem, então, mais ou menos importância conforme se desenham fontes potenciais, igualmente maiores ou menores, de público e não pelas problemáticas apresentadas.

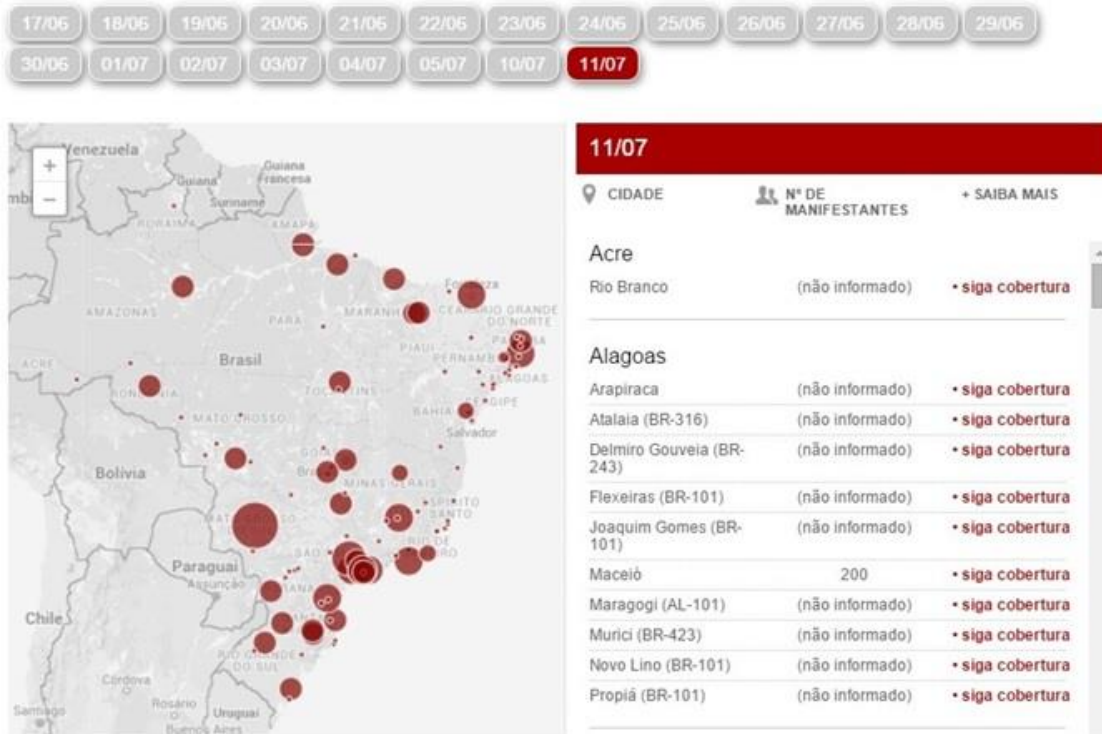
De maneira comparativa, o Portal apresenta, ainda, listas de tarifas de transporte público pelo mundo contrapondo-as à realidade nacional. A análise é feita somente ponderando os valores absolutos, sem levar em conta as necessidades singulares das localidades em questão e de seus habitantes. Ao fim da experiência de navegação virtual, nota-se que muito se supõe e muito pouco se conhece (e se oferece) de fato: um simulacro perfeito, aparentemente recheado de informações de *qualidade* que, através de sua linguagem neutra, onipresente e objetiva seduz pelo suposto empoderamento de saberes e controles sociais. Um sorriso de quem protesta por tudo e não arrisca nada. A separação entre pacíficos e baderneiros servia, então, à reposição da

¹⁰⁷ Conferir anexo: “Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos”, *Folha de S. Paulo* (p.153).

¹⁰⁸ Retrospectiva disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Último acesso: 06/02/2016, às 13h25.

ordem, garantindo a justificativa do entrave à sobrevida cotidiana que nos arrasta de casa para o trabalho e do trabalho de volta para casa.

FIGURA 14 - PORTAL G1: RETROSPECTIVA DAS JORNADAS DE JUNHO



Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



Um dia após Rio e SP baixarem as tarifas do transporte público, mais de 100 cidades brasileiras tiveram manifestações (em sua maioria pacíficas)

*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês. Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NITrans

Preço das passagens de ônibus pelo mundo

Moradores de SP e Rio trabalham mais para pagar o bilhete



Na fase 2, a variedade de cartazes foi tamanha, que os próprios integrantes do MPL anunciaram sua retirada das ruas em São Paulo. Integrantes de partidos de esquerda foram expulsos dos protestos, hostilizados: das cenas pretas e vermelhas às verde-amarelas. Pintou-se o rosto. Cantou-se o hino e refrões patrióticos num ufanismo nacionalista por vezes radical e acrítico. Pediu-se a volta da ditadura militar e falou-se de grupos *skinheads*.

A pauta massificada reduz, nasce de baixo apenas aparentemente. O ataque a jornalistas, sobre os quais nos debruçaremos no próximo tópico, e a um movimento com a aparente composição social de classe média¹⁰⁹ pode ter facilitado a solidariedade aos atos. Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes, desde que à sua maneira, em seus recortes e abordagens. O decisivo, destarte, não foi a violência – esta já naturalizada contra trabalhadores organizados – mas a sua *apropriação* pela imprensa.



FIGURA 15 - CHARGE DE ARNALDO BRANCO / FONTE: PORTAL UOL DE NOTÍCIAS

Como estratégia de análise, traçamos um panorama sobre como se deu a cobertura midiática das Jornadas de Junho nos jornais impressos (e em suas versões digitais) de maior circulação nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* –, a partir do qual nos arriscamos a apontar as técnicas de ocultação/descrédibilização, estímulo e apaziguamento utilizadas entre as fases 1 e 2 (conferir tabela 3, p.115):

¹⁰⁹ Arnaldo Jabour declarou no editorial do *Jornal Nacional*, no dia 12 de junho de 2013, que a revolta não poderia ser por causa de 20 centavos: “A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não!”. Vídeo disponível em: <http://youtu.be/o-CduMlugRI>. Último acesso: 14/02/2016, às 3h31. Às ofensas gratuitas se seguiram pedidos de desculpas igualmente tresloucados, tendo em vista a necessidade de instrumentalização do movimento para os interesses da Rede Globo.

- 1) **Ocultação/Descrédibilização:** os dias 3 e 6 abrigaram os dois primeiros atos contra o aumento das passagens, realizados logo após o anúncio oficial do reajuste (01/06), e cujo protagonismo ficava por conta do MPL; as menções limitam-se à seção do trânsito e se restringiam às cidades-sede das publicações, tratando o problema de maneira fragmentada e como uma afronta ao bom fluxo das atividades cotidianas; as capas que se seguiram pela fase 1 versavam em torno de vandalismo e interdição de vias fundamentais, com destaque para os pedidos de maior rigidez e repressão por parte da força do Estado contra as organizações sociais agora profundamente criminalizadas: “manifestantes causam medo”, “quebra-quebra no Rio”, “a marcha da insensatez”.
- 2) **Estímulo:** já na fase 2, identificamos a epidemia do *gigante que acorda*, principalmente nas capas dos dias 18 e 20 correspondentes à revogação do reajuste nas tarifas; com tom esperançoso, os jornais criam um clima de ineditismo sobre as mobilizações populares no país, construindo a falsa imagem de povo historicamente passivo, pacífico e desarticulado; a ideia era fazer-nos reféns de uma suposta informação verdadeira, monopolizada, dependente da liderança inquestionáveis das páginas formadoras de opinião, na tentativa de estruturar uma retomada de controle social pela desqualificação da política e de seus atores; há um deslocamento da postura *apartidária* para outra *antipartidária*, insistindo na pauta da corrupção como um desvio focal (e causal) para todas as mazelas do país: “o Brasil nas ruas”, “protestos derrubam aumento”, “políticos viram alvo”, “milhares contra tudo”; a direita radical vai às ruas.
- 3) **Apaziguamento:** no final da fase 2, já em meados da Copa das Confederações, os jornais propõem uma efusiva fragmentação das pautas descontextualizando-as de sua motivação primária para vender ao mundo o projeto país-da-festa-e-do-futebol – é o momento do desligamento do MPL; as propostas de reforma política são paulatinamente distanciadas do movimento popular para dar lugar aos jogadores titulares da seleção, à reforma dos estádios e aos saldos de gol; as chamadas de capa para o primeiro caderno já aparecem sem imagens das ruas, substituídas na maioria das vezes por colagens verde-amarelas; pouco se falou em corrupção na FIFA ou nas cobranças por transparência de gastos públicos com os megaeventos esportivos, apesar destas serem questões exaustivamente abordadas nas manifestações que se estenderam por todo o mês, prolongando-se até junho de 2014 com a Copa do Mundo.

TABELA 3 - FASES DAS JORNADAS DE JUNHO

		<i>Folha</i>	<i>Estadão</i>	<i>Globo</i>
01/06/2013	Fase 1 <i>(compaixão à barbárie)</i>			
02/06/2013				
03/06/2013		menção	menção	menção
04/06/2013				
05/06/2013		menção		
06/06/2013		menção	menção	menção
07/06/2013		capa	capa	capa
08/06/2013		capa	capa	
09/06/2013		menção		
10/06/2013		menção		menção
11/06/2013		capa	capa	menção
12/06/2013		capa	capa	capa
13/06/2013		capa	menção	menção
14/06/2013	Fase 2 <i>(indignação automática)</i>	capa	capa	capa
15/06/2013		capa	capa	capa
16/06/2013		capa	capa	menção
17/06/2013		capa	capa	menção
18/06/2013		capa	capa	capa
19/06/2013		capa	capa	capa
20/06/2013		capa	capa	capa
21/06/2013		capa	capa	capa
22/06/2013		capa	capa	capa
23/06/2013		capa	capa	capa
24/06/2013		capa	capa	menção
25/06/2013		menção	menção	menção
26/06/2013		menção	menção	menção
27/06/2013		menção	capa	menção
28/06/2013		menção	capa	menção
29/06/2013		menção	menção	menção
30/06/2013		menção	menção	menção
TOTAL				

FIGURA 16 - COMPILAÇÃO DE CAPAS, JUNHO-2013

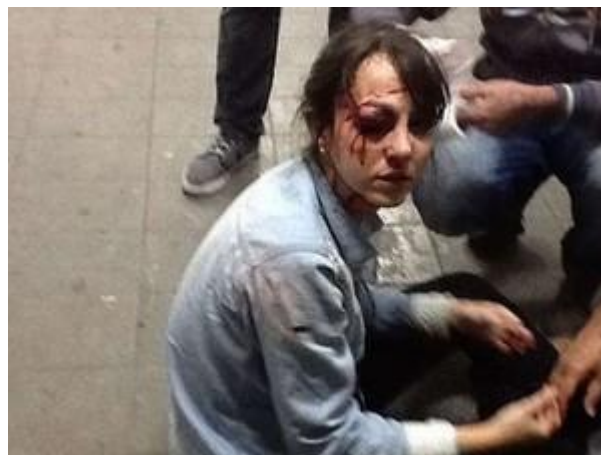


Num universo de simulacros desprendidos de suas bases, sem mediações visíveis, os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política. A crítica se generaliza e se personaliza: o problema é o político X ou Y, é a corrupção, é o PT; perde-se o questionamento ao *modo de produção da política* atual. O protesto sustentado pelo capital monopolista, refletido na suspeita postura hiperestimulante dos meios de comunicação de massa, não vai além de um *flash mob*. Sem os vândalos, a passeata torna-se mais que aceitável: passa a ser provocada. Apesar da internet, os temas continuam sendo discutidos (e levantados) pela velha mídia: consolida-se um outro espaço de mercado de consumo, o *online*.

Aí reside, para nós, a violência do movimento pacificado: não em vitrines quebradas ou latas de lixo incendiadas, mas no freio brusco de uma ordem (in)fundada que permanece intacta; no genocídio de quem, mesmo com a economia de vinte centavos, talvez não dê mais nenhum passo.

3.2 OS NOSSOS POEMAS-VIDA: RETRATOS CONTRADITÓRIOS DE RIO E SÃO PAULO

FIGURA 17 - GIULIANA VALLONE, REPÓRTER DA FOLHA: “ELES JÁ TINHAM MIRADO EM MIM OUTRAS VEZES, MAS JAMAIS ACHEI QUE ELE FOSSE ATIRAR”



Na noite de 13 de junho de 2013, data do quarto ato contra o aumento das tarifas nos transportes, 14 jornalistas saíram feridos das ruas de São Paulo ao final da cobertura dos protestos. Seis repórteres do *Grupo Folha* foram alvejados à queima-roupa por um policial da Rota, com disparos de balas de borracha, na Rua Augusta. Dois dos profissionais foram feridos nos olhos. Um jornalista da *Carta Capital* chegou a ser detido, sendo solto algumas horas depois – outros 240 manifestantes não tiveram sua *sorte* e permaneceram sob custódia para interrogatório; a somatória no país ultrapassa a de incríveis 400 prisões¹¹⁰; quatro pessoas foram indiciadas por formação de quadrilha, crime inafiançável, sem direito a maiores investigações ou julgamentos posteriores.

Sérgio Silva, fotógrafo, teve o olho esquerdo substituído por uma prótese. Casado e pai de três filhos, Sérgio passou três meses sem trabalhar. A perda da visão comprometeu seu ofício pois agora suas noções de profundidade de campo, foco e luminosidade – aspectos básicos da fotografia profissional – não atendem às exigências padrão. Ele e a família arcaram com todas as despesas médicas. Até hoje, Sérgio nunca recebeu qualquer explicação ou pedido de desculpas oficial. Vinícius Duarte, artista e estudante universitário, teve a mandíbula e o nariz quebrados e perdeu quatro dentes depois de apanhar brutalmente de policiais militares com seus cassetetes. Ele não recebeu atendimento médico por mais de duas horas. Houve, ainda, registros de invasão de hotéis, restaurantes e hospitais¹¹¹, onde foram disparadas balas de borracha e

¹¹⁰ Segundo a ONG Artigo 19, foram detidas 2.608 pessoas, em 2013, ao longo dos 696 protestos contabilizados em todo o país.

¹¹¹ No Rio de Janeiro, foram confirmadas invasões de policiais armados no Hospital Souza Aguiar e na Casa de Saúde Pinheiro Machado.

bombas de gás lacrimogêneo, mesmo que em ambientes fechados e controlados. Segundo a Anistia Internacional, há fortes indícios, também, de uso de arma de fogo nas ruas ocupadas¹¹².

Na manhã deste mesmo dia, marco de maior expressão da truculência policial nas Jornadas, os editoriais dos principais jornais paulistas – *Folha* e *Estadão* – publicavam editoriais¹¹³ exigindo uma postura *mais dura* da PMESP.

- “Chegou a hora do basta”, *O Estado de S. Paulo*:

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo (...) A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades. (...) De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

- “Retomar a Paulista”, *Folha de S. Paulo*:

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista. (...) No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei.

Já no dia 16 de junho, a *Folha* endossa a posição de três de seus colunistas (Gilberto Dimenstein, Luis Felipe Pondé e Contargo Calligaris) – apenas explicitadas neste momento, vale dizer – ao qualificar as manifestações como “uma resposta ao vandalismo metropolitano diário”, condição sob a qual “a educação, a saúde e o transporte não funcionam como deveriam”: ela estaria revelando “um saudável hábito de reclamar das coisas”. E mais: “a Tropa

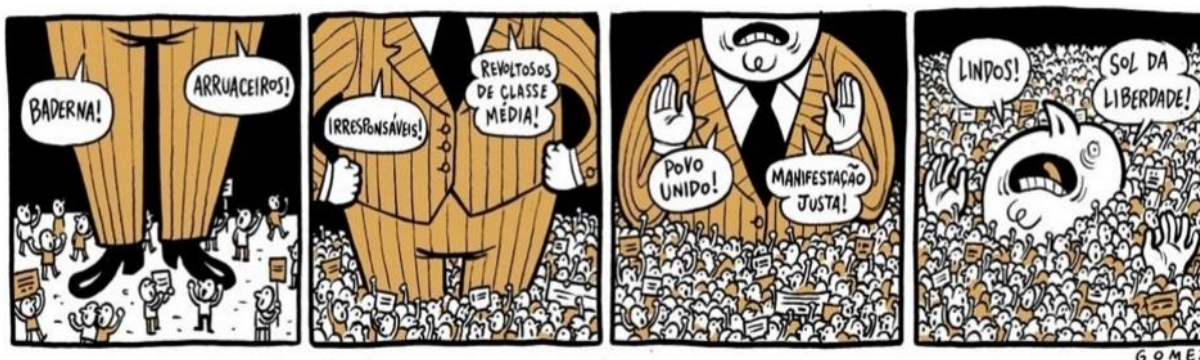
¹¹² Relatório “*Eles usam a estratégia do medo*” – *Proteção do direito ao protesto no Brasil*. Disponível em: https://issuu.com/anistiabrasil/docs/ai_br_campaign_digest_19_005_2014_f. Último acesso: 14/02/2016, às 2h03.

¹¹³ Conferir anexos (p.155-158).

de Choque não foi feita para dialogar”, declara em tom de crítica¹¹⁴. Uma mudança brutal de postura e enquadramento, porém pouco profunda e descontextualizada, sinalizando sua saída da *compaixão à barbárie* (fase 1) e entrada na *indignação automática* (fase 2), carregando consigo muitos leitores.

A essas, seguiram-se outras duas chamadas que merecem o registro: “Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas” (23) e “Dilma inicia pela saúde plano para estancar atos”. O *Estadão* acompanhou a dinâmica clamando pela reforma política e o fim da corrupção, indicando, ainda, a necessidade do “descarte do Choque” (17). A charge do cartunista Gomez, publicada pelo Diário do Centro do Mundo (18), ilustra, com ironia, os quadros descritos:

FIGURA 18 - CHARGE DE GOMEZ, JUNHO-2013



No Rio, o tom também começa a mudar após a noite mais violenta: “Protesto era pacífico até às 20h45. Manifestantes sentaram em cruzamento; Choque jogou bombas”, anuncia *O Globo*¹¹⁵. E afirma que “em resposta às bombas de efeito moral, escudos e cães policiais”, manifestantes “jogaram flores nos agentes”. No centro da cidade, um estudante de 20 anos também teve o olho acertado por uma bala de borracha. A diferenciação entre o querido e o intolerável fazia-se cada vez mais nítida: “A maioria [dos manifestantes] foi pacífica, mostrando

¹¹⁴ ‘Jamais achei que ele fosse atirar’, diz repórter da Folha atingida em protesto’ (16/06/2013). Publicação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-fose-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>. Último acesso: 12/02/2016, às 22h30.

¹¹⁵ “No Rio, protesto contra aumento da tarifa de ônibus tem confronto”, 13/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/no-rio-protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-tem-confronto.html>. Último acesso: 12/02/2016, às 23h20.

a cara. Mas esses que vieram de máscara, casaco preto e bandeira vermelha é que começaram a confusão”.

“Acabei de vir do centro do Rio, o bicho tá pegando lá! Manifestantes sendo cercados pelo Choque, pelo Bope e pela Força Nacional”, alertava uma internauta ao *Facebook* na noite do dia 20¹¹⁶ – manifestação, esta, classificada como pacífica e democrática pelos jornais locais, na qual, supostamente, manifestantes pulavam e dançavam ao som de marchinhas de carnaval adaptadas com cartazes criativos, vuvuzelas, camisas e bandeiras do Brasil. “Presenciamos uma estratégia fascista do estado ontem. E não tinha um único canal transmitindo isso ao vivo”, completava a menina que não quis ser identificada.

Cerca de 700 manifestantes se abrigaram nos prédios da Faculdade Nacional de Direito (FND) e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) só conseguindo sair dos *campi* após a presença de representantes de ambas as Escolas e do secretário de Segurança Pública do Estado, José Mariano Beltrame¹¹⁷. Houve, ainda, escolta de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), que os conduziram até as estações de metrô mais próximas. Um jogo de versões, de *linguagens* para citar Lyotard (1988), bastante controverso.

Na última década, a noção de *empreendimento urbano* (MARICATO, 2015)¹¹⁸ ganhou força no Brasil, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação. A financeirização do espaço, aliada à sociabilidade virtualizada e ao capital humano, encontrou na prática dos jornais-empresa seu reduto, deixando abertura para os coletivos independentes apenas durante o calor dos acontecimentos. Quando revisitados, os conflitos urbanos se mostram esvaziados de tensões. *Desmancham-se no ar*. Servindo de acervo documental, o caráter de arquivo¹¹⁹

¹¹⁶ Depoimento disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/policia-esmaga-protesto-de-1-milhao-de-pessoas-no-rio-videos/#.Vr-8mfkrLIU>. Último acesso: 14/02/2016, às 2h30.

¹¹⁷ Ver anexos (p.159): UFRJ condena violência policial em manifestações, publicado em 26 de junho de 2013.

¹¹⁸ Aula “A produção capitalista do espaço urbano”, Curso “A cidade do capital e o direito à cidade”, oferecido entre os dias 24 e 28 de agosto de 2015, no Instituto Pólis-SP. Disponível em: <http://polis.org.br/noticias/curso-a-cidade-do-capital-e-do-direito-a-cidade-tera-transmissao-online/>. Último acesso: 25/09/2015, às 3h42.

¹¹⁹ “Arquivo: 1. Conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos etc. produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada, us. Inicialmente como instrumentos

ainda é profundamente vinculado ao poder normativo, ou seja, ao lugar de fala de autoridade. E, neste caso, onde está a autoridade senão no discurso midiático tradicional? Aniquilar, em um debate de ideias, a oposição é aniquilar o próprio debate, exteriorizando o conflito de si mesmo – já que este se dá ao passo que se expõem e se defendem pontos essencialmente contrários; resta a conveniente história dos *vencedores*.

Da linguística, a sinédoque. Palavra estranha para designar a tomada da parte pelo todo. Ironicamente um *recurso de linguagem*¹²⁰, que pode se configurar como a grande estrela da constelação de objetos apresentada. Questionamos a crise da representação política, mas retroalimentamos a representação social: o bandido, o policial, o vagabundo, o arruaceiro. Da imagem que projetamos ou que projetam de nós, acima de tudo, parecem vingar os estereótipos, principalmente aqueles associados à classe, à cor de pele ou a uma determinada organização carregada de poder simbólico – é o caso da Polícia Militar, assim como é o caso do Movimento dos Sem-Terra, por exemplo, ou dos índios que buscam seu lugar nas metrópoles brasileiras.

LIBERDADE



FIGURA 19 - LIBERDADE PARA RAFAEL BRAGA / FONTE: FRENTE INDEPENDENTE POPULAR

Rafael Braga Vieira, 25 anos, é negro, morador de rua, catador de latinhas e usuário de crack. No dia 20 de junho de 2013, ele foi preso em flagrante por portar consigo duas garrafas de produtos de limpeza: uma água sanitária e um desinfetante Pinho Sol, considerados “artefatos explosivos ou incendiários” pelos soldados no local e, posteriormente, corroborado pelo juiz designado.

Rafael foi (e continua sendo) o único preso por crime relacionado a protestos no país, apesar de

de trabalho e posteriormente conservados como prova e evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais ou informativos; 2. Conjunto de documentos relativos à história de um país, região, cidade, instituição, família, pessoa etc.” (Dicionário Houaiss Online, 2015). Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Último acesso: 18/10/2015, às 19h31.

¹²⁰ Figuras de linguagem, figuras de estilo ou figuras de retórica são estratégias que o orador (ou escritor) pode aplicar ao texto para conseguir um determinado efeito na interpretação do ouvinte (ou leitor). Podem se relacionar com aspectos semânticos, fonológicos ou sintáticos das palavras afetadas. Sinédoque: um tipo de metonímia; consiste-se na atribuição da parte pelo todo ou do todo pela parte.

ter afirmado inúmeras vezes sua não participação nas Jornadas e negar qualquer contato com manifestantes – Rafael sequer dizia saber o que era um *coquetel molotov*. Em dezembro de 2013, o rapaz foi condenado a cinco anos de prisão. O laudo pericial do caso concluiu que os produtos químicos que ele portava não poderiam ser usados como explosivos, mas o tribunal desconsiderou essa constatação em seu veredicto. Na penitenciária de segurança máxima Bangu 5, no Rio, ele divide cela com outros 70 detentos, tendo direito, por dia, a apenas duas horas de sol no pátio do presídio¹²¹.

Em contravenção às leis brasileiras e às normas internacionais, a polícia militar prendeu manifestantes mesmo sem evidência de que estivessem envolvidos em atividades criminosas, levando-os a delegacias de polícia e detendo-os temporariamente para interrogatório e verificação de antecedentes criminais. O simples ato de carregar bandeiras, cartazes, tinta ou vinagre (usado para atenuar os efeitos do gás lacrimogêneo) era suficiente para que as pessoas fossem detidas. (...) Indivíduos que participaram de protestos foram presos com base na Lei sobre Organizações Criminosas (Lei N. 12.850, de 2 de agosto de 2013), uma lei que tem como alvo o crime organizado (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014, p.13).

A Anistia Internacional interveio e produziu a campanha *#CliqueProtestoNãoÉCrime!*¹²², divulgando imagens de outros possíveis abusos de poder. Esquecemos que antes do rótulo, do *marketing* (seja ele positivo ou negativo) que fazemos ou fazem de nós, somos pessoas. Atentemos aos seguintes depoimentos:

Se eu tô me sentindo violentado pela forma como sou tratado, se tô sendo atacado porque eu tô embaixo, sou eu que tenho que ser o pacífico? Ninguém tem cancha pra dizer como eu tenho que me manifestar, porque ninguém aprende pela minha pele. Só eu sei pelo que tenho passado pela falta de grana. Com a passagem subindo eu perco meu direito de ir e vir, e não tem lei que proíba a gente de passar fome.
(Manifestante: CMI, 21/06/2013)¹²³

No front, companheiros, sabemos todos nós policiais, no front não há raciocínio. “A determinação é desocupar a avenida.” Um sentimento de dever nos une e a determinação será cumprida. Deve ser cumprida. Por nós, que pegamos ônibus e metrô, e somos pouquíssimos partidários dos governos igualmente.
(Policial: PMESP, 14/06/2013)¹²⁴

¹²¹ Informações disponíveis em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-e-rafael-braga-vieira-o-unico-presos-por-crime-relacionado-a-protestos-no-brasil-ele-portava-pinho-sol/>. Último acesso: 14/02/2016, às 2h. Em regime aberto desde dezembro de 2015, Rafael Braga foi preso novamente, no Morro da Vila Cruzeiro, no Rio, acusado de portar 0,6g de maconha, nove gramas de cocaína e um morteiro. Sua defesa segue por conta da Defensoria Pública. Mais informações disponíveis em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/14/politica/1452803872_078619.html. Último acesso: 14/02/2016, às 2h34.

¹²² Fonte: Organização Anistia Internacional Brasil. Documento disponível em: https://issuu.com/anistiabrasil/docs/ai_br_campaign_digest_19_005_2014_f. Último acesso: 14/02/2016, às 01h27.

¹²³ Conferir anexos (p.161).

¹²⁴ Conferir anexos (p.165).

Vencedor do Prêmio Esso de Fotojornalismo em 2013 (p.28), este retrato nos vem bem a calhar. Publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 13 de junho, estampando o editorial do *basta conservador*, o registro congela, e, portanto, eterniza, o momento em que um policial, ferido na cabeça, imobiliza um manifestante e aponta a arma para o grupo que havia acabado de agredi-lo. Não importam nossos esforços, é o que fica. É a este movimento de tensas implicações entre simulação e re-identificação simbólica que atribuímos a recente insurgência do fenômeno *memória virtual* (JUSTEN, 2015, p.8), absolutamente pautado em simulacros que se reproduzem e se reafirmam na zona da visibilidade urbana: uma aposta na imagem espectral como resposta à crise da representação, que lança mão de uma memória esfacelada (NORA, 1993) não como lástima, mas trunfo – para o bem e para o mal.

FIGURA 20 - PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA 2013, POR VICTOR DRAGONETTI TAVARES / DIVULGAÇÃO: FOLHA



Muito pouco sobra aos *estranhos da cidade*, estejam eles fardados ou de rostos cobertos por bandanas negras. O diferencial não está no time que se joga, mas na estratégia que se escolhe para jogar. A posição social, a ingerência sobre a sua própria vida e dos demais. O controle. Do fragmento aos nós de rede, sua energia vital, numa postura não reativa e não ressentida frente a um novo paradigma que pulsa a batidas cada vez mais graves. Clama um sujeito que emita, interpele, apreenda, interprete e retransmita; que seja autor, personagem, canal e audiência de sua própria história, à medida que se faz primordial para o entendimento e a escrita da história de um outro. Estamos interligados, queiramos ou não. A procura de um não-lugar permissivo

da ordem, que se perde na efervescência dos enunciados e se autorreferencia na suspensão de um *frame* congelado.

Descolada de contexto, quantas versões verossímeis seriam perfeitamente possíveis de serem criadas e relacionadas a essa mesma imagem? É esta *memória virtual*, contrastada à memória disciplinar da historiografia moderna, que ao se justapor à falência das metanarrativas e dos fundamentos (BAUDRILLARD, 1981; LYOTARD, 1988), provoca deformações positivas sobre a tarefa mais desafiadora da polifonia: reinventar e revalorar o senso comum, superar o império do medo em direção à construção dos “espaços de autonomia” (CASTELLS, 2013, p.164). Implica novas inferências a uma tradição reminescente no terreno dos afetos instrumentalizados ou descartáveis, no esforço, ainda que não assimilado, de autorrealização através de uma comunhão induzida com o real e o vigor do agora embebido de ontem – um grito por sentido e segurança, ônus de um mundo presentista que já não o é, que está deixando de ser.

Quer-se dar a ver os simulacros como potenciais armas políticas para o (des)engajamento individual de causas coletivas numa alternativa ao fim da História pós-moderno. Uma dupla violência, do grito e do sufocamento. Para Malini e Antoun (2013), “se na totalidade moderna o ‘futuro’ batia às nossas portas e precisávamos estar preparados para enfrentar os seus desafios, na globalidade contemporânea ‘o futuro já começou’ – nós o trazemos em nossos genes, em nossos vícios e em nossas dívidas” (p.141). Devemos, então, decidir consensualmente pela eliminação do risco: “esses seres aí sem-teto, sem-terra, sem-proteína, sem-capital, sem-crédito, sem-saúde, sem-emprego, sem-raça, sem-língua, sem-rumo e sem-pátria que não podem ser absorvidos pela lógica da antecipação do mundo globalizado” (p.142)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser menos discutida do que as reformas política, agrária e tributária, a questão urbana tem voltado à agenda política nacional nos últimos anos. Não à toa, o debate sobre a democratização da mídia também. Meio ambiente, transporte, saneamento, educação e saúde são algumas das pautas sociais mais caras à reforma urbana e que, na atualidade, passam, invariavelmente, pela atuação, postura e alcance dos meios de comunicação. Neste sentido, dois pontos, aqui, nos soam primordiais e um tanto quanto imbricados, sobre os quais argumentaremos no desfecho desta dissertação:

- 1) a regionalização de conteúdos;
- 2) a regulação da internet.

Apesar da reestruturação produtiva, globalização, financeirização e ideário neoliberal, o viés patrimonialista assegurou às elites brasileiras, como vimos, uma relação vantajosa diante dos interesses capitalistas internacionais na produção das cidades, apostando sua prerrogativa na captura da renda fundiária ou imobiliária. São essas mesmas elites, então, donas da terra e da ocupação privilegiada do espaço urbano, as donas da informação – ou, ao menos, de seus mecanismos de difusão tradicionais. São elas que engolem as mais largas fatias de recursos técnicos, de capital (material e imaterial), fontes, acesso às instituições privadas e estatais e, conseqüentemente, de público. Em última instância, são elas que legitimam a segregação e a exclusão de precisas parcelas da população do coração do espaço público, restringindo-as a bairros periféricos ou municípios-dormitórios¹²⁵ – os *estranhos da cidade* (SARLO, 2014), estranhamente a ela fundamentais.

A grande mídia mantém seu arcabouço prático sólido e ativo pelo argumento da garantia de liberdade de expressão, ao passo em que censura o mesmo direito dos sujeitos e das organizações que de seu ponto de vista divergirem. O efeito silenciador vem do próprio discurso, seguindo as ideias foucaultianas de saber e poder. As vias da normalidade, antes

¹²⁵ Municípios-dormitórios são aqueles em que as atividades existentes não são suficientes para empregar e fixar a sua população ativa, o que leva a maioria dos moradores a se deslocarem diariamente para a cidade mais próxima (em geral, a capital do estado ou uma cidade populosa) para trabalhar. Muitas vezes não têm escolas ou hospitais adequados, centros esportivos ou culturais.

expressas pelas instituições e dispositivos disciplinares (a escola, o hospital, a fábrica, a família, o panóptico), assumem, na sociedade de controle de hoje, um viés majoritariamente comunicacional: é através da (des)legitimação midiática de determinadas narrativas – e aqui entendemos narrativa como a manifestação de um sujeito histórico e, portanto, vinculado às experiências afetivas e sensoriais de um tempo e de um espaço específicos (RICOEUR, 2012) – que se dá a ordem de ocupação das áreas urbanas.

Um morador de rua, muito provavelmente, também não poderá fazer sua voz ser ouvida no jornal, porque não será entrevistado numa matéria sobre direito à cidade. Terão como fontes um especialista, um acadêmico e um pedestre que tem onde morar. Também vai ser difícil algum programa de TV querer saber o que um jovem da periferia pensa sobre a violência e se ele concorda ou não com a redução da maioria penal. O silenciamento de alguns grupos ou indivíduos é uma forma de criminalização. É lhe negar o direito à expressão, e muito mais. Negar-lhe o direito à própria cidadania, já que sem representatividade você não existe para reivindicar um espaço na sociedade. Isso também caracteriza o direito à comunicação (Intervozes, 2015)¹²⁶.

O mecanismo de aliança entre o discurso conservador da velha mídia e a formação de uma opinião pública propensa a acreditar na negligência e incompetência dos agentes do Estado se dá para mobilizar, por pressão social, aumentos no rigor penal e na punição jurídica: uma postura de vingança e não de compaixão (VAZ, 2009, 2011; MALAGUTI, 2010). Um senso comum criminológico sobre o qual só há a ótica da purificação pelo castigo e que atribui ao nexos entre pobreza e crime um perverso recurso de administração do direito à cidade. A violência torna-se visível e previsível, reconhece classe e cor.

Em São Paulo, por exemplo, cerca de dois milhões de pessoas moram em encostas íngremes, mangues ou Áreas de Proteção de Mananciais (APMs). E isso não se dá por falta de leis de proteção ambiental, mas pelo desinteresse do mercado imobiliário frente a legislação proibitiva. São as áreas que sobram para os que não têm lugar na cidade formal: áreas de proteção ambiental e áreas de risco de desmoronamento – na capital paulista, mais de 80% do déficit habitacional está nas faixas entre zero e três salários mínimos (MARICATO, 2014)¹²⁷.

¹²⁶ “O que o direito à comunicação tem a ver com você?”, publicado em 21 de outubro de 2015. Artigo disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29353>. Último acesso: 18/02/2016, às 23h36.

¹²⁷ Entrevista concedida à Rede Brasil Atual em 01/10/2014. Texto disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/padrao-brasil/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-333.html>. Último acesso: 18/02/2016, às 01h45.

Não se quer prevenir ou propor alternativas a essas pessoas e ocupações, quer-se utilizar-se delas a serviço do zoneamento de lotes urbanos e, de tempos em tempos, da cobertura sensacionalista de tragédias anunciadas. A manobra dá capa, estimula a adesão à *indignação automática* de que tratamos no terceiro capítulo.

Às vésperas da Copa das Confederações e já na reta final dos preparativos para o Mundial de Futebol de 2016, quando alcançamos o recorte temporal do estudo de caso deste trabalho, devemos atentar, para além da repressão que nos parece clara, às transformações que esses megaeventos imprimem em nossas cidades, assim como a respectiva concepção de cidade a que eles se referem. Sob a égide do Consenso de Washington, que, como vimos, trouxe da década de 1990 para cá o modelo de cidade-empresa para a América Latina – onerando aos próprios conglomerados urbanos a disputa por atração de capital de investimento –, instalou-se a guerra fiscal como uma das principais formas da urbanidade global e nós a adotamos: a oferta de recursos públicos por receitas de investimentos privados teria extrapolado sua cota¹²⁸.

As Jornadas de Junho foram, então, a maior expressão antibarbárie da história recente dos movimentos sociais urbanos no Brasil¹²⁹, pois evidenciaram a violência cotidiana, a cobrar pela livre ocupação do espaço público, justamente nas armas do sufocamento: a quebra da ordem. “Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência” (*Folha S.Paulo*, 13 de junho de 2013). A velha mídia enlouqueceu ao provar de seu próprio veneno. Foi pega pela rapidez com que os atos contra o reajuste das tarifas dos transportes coletivos se espraiaram, pelas multidões que os abarcaram e pela diversidade de temas e problemas que os evocaram.

Na era dos simulacros, como não poderia ser diferente, a luta pelo direito à cidade atravessa a maré das performances, seja com seus atores – os *black blocs* e a *violência-estética*, para nos aproximar da discussão – ou em suas conformações sob as nuances do *urbanismo do*

¹²⁸ Para o urbanista francês François Ascher (2001), assim se dá o “urbanismo *ad hoc*”: “O neourbanismo privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma”. *Les nouveaux principes de l’urbanisme. La fin des villes n’est pas à l’ordre du jour*. Paris: Éditions de l’Aube, p.84 – tradução livre.

¹²⁹ Nos últimos dez ou vinte anos, vimos os movimentos sociais rurais dominarem as pautas da arena política dos movimentos populares: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a resistência de populações tradicionais à destruição de seus meios e modo de vida.

espetáculo (SOLANO, 2014; MARICATO, 2015). Em tempos de falência das metanarrativas, das grandes causas e discursos, ficam os testemunhos, as experiências, os *jogos de linguagem* (LYOTARD, 1988). A rebelião das vozes negadas é, neste contexto, ainda mais exacerbada¹³⁰. Para aqueles que saem às ruas, a verdadeira violência é a do sistema, uma violência política, econômica e social, mas, sobretudo, de caráter corporativo, uma violência organizada, hierarquizada e institucionalizada – palavra contra palavra.

As populações mais pobres se veem confrontadas por um gigantesco esforço de limpeza étnica e social das áreas receptoras dos maiores investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade – vimos o caso do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, mas poderiam ter entrado na lista a Comunidade Vila Autódromo, ainda na capital carioca, a reintegração de posse no Pinheirinho, no interior de São Paulo¹³¹, as comunidades do entorno do cais José Estelita, no Recife, entre outros. Os indesejáveis são deslocados para as periferias distantes, a duas, três, quatro horas ou mais de seus locais de trabalho, a custos absurdos e condições precárias. Um mercado altamente especulativo e um apartheid territorial, que remete habitantes para fora de suas próprias cidades, são assustadoramente partes de uma mesma moeda.

Para o Brasil, um país de dimensões continentais e de demandas igualmente singulares conforme a localidade ou o contexto histórico aos quais respondem, um quadro de monopólio da informação – acesso, captura e difusão –, que trata de maneira superficial e homogênea realidades tão plurais, é uma segunda violência, igualmente grave. Um colosso que parece ter permanecido impávido desde o fim da ditadura militar: apenas dez grupos econômicos e de origem familiar, profundamente vinculados a partidos e candidatos, seguem repartindo o

¹³⁰ “A violência transmite muito sobre as questões íntimas do conjunto social, suas trevas, suas sombras, as que não ficam expostas ou se exibindo ostensivamente, mas determinam muito de seus comportamentos” (SOLANO, 2014, p.58). “Na ausência de iniciativas políticas, as reclamações sociais continuam e, claro, não dá para pretender que sejam delicadas ou serenas. Acumular omissões é uma atitude suicida, e leva à violência como um caminho natural dos que se cansam de esperar” (id.ib., p.61).

¹³¹ O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo divulgou, em 2013, um relatório com mais de 1,8 mil denúncias de violações de direitos humanos que teriam ocorrido durante o despejo em Pinheirinho. São relatos de ameaças, agressão física, humilhação e problemas nos alojamentos temporários. A Defensoria Pública move cerca de 1 mil ações pedindo indenização. Mais informações em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/01/ex-moradores-do-pinheirinho-fazem-ato-para-lembrar-dois-anos-de-despejo>. Último acesso: 18/02/2016, às 21h51.

mercado da comunicação de massa no país¹³² (ver anexos, p.167); o chamado *coronelismo eletrônico*¹³³, que compromete as relações entre os poderes público e privado pela dita *política do favor*.

De acordo com o *Observatório do Direito à Comunicação*¹³⁴, o tempo médio dedicado à exibição de programas produzidos localmente na TV aberta alcança apenas 10,83% da grade horária total. São as emissoras públicas as mais preocupadas em veicular programas regionais: em média, 25,5%. Mas na contramão das emissoras educativas, as tevês de cunho comercial estão abaixo da média nacional disponibilizando somente 9,14% para as produções locais. E, como se a situação pudesse ainda ficar pior, as emissoras próprias das cabeças-de-rede – aquelas geradoras de programação nacional - localizadas em grandes centros, como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, concedem aos conteúdos regionais espaços insignificantes.

Esta atual estrutura vertical do modelo de afiliação, pelo qual centenas de emissoras locais se submetem às ordens das grandes redes de TV, reduz drasticamente a possibilidade de se fomentar produções regionais que valorizem a cultura por meio de produções das próprias emissoras locais ou de conteúdos independentes.

Na outra frente de luta pela democratização da mídia, está a regulação da internet. Há alguns anos organizações que defendem o amplo direito à comunicação vêm defendendo que a banda larga deve ser prestada em regime público, hoje restrito ao telefone fixo. Mas o governo

¹³² A Constituição Federal de 88 apresenta, pelo menos, três artigos relativos à Comunicação que seguem não regulamentos ou inaplicáveis: 1) artigo 220 – proíbe o monopólio e o oligopólio nas comunicações e diz que cabe ao Estado estabelecer os meios legais para garantir a defesa de programas ou propagandas nocivas à saúde e ao meio ambiente; 2) artigo 221 – define as finalidades da programação de rádio e TV; 3) artigo 5º - sobre a previsão do direito de resposta. A Advocacia Geral da União (AGU), no entanto, considera suficientes o cumprimento de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a lei do V-Chip, dispositivo que permite o bloqueio de canais nos aparelhos de TV. Fonte: Coletivo Intervozes. Informações disponíveis em: <http://intervozes.org.br/ministerio-publico-e-favoravel-a-regulacao-da-midia/>. Último acesso: 17/02/2016, às 22h50.

¹³³ A pesquisadora Suzy dos Santos (2008) define coronelismo eletrônico como “o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação” (p.225). *Os prazos de validade dos coronelismos: transição no coronelismo e no coronelismo eletrônico* (conferir referências).

¹³⁴ Estudo “Produção Regional da TV Aberta Brasileira”, *Observatório do Direito à Comunicação*. Informações disponíveis em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/>. Último acesso: 18/02/2016, às 22h50.

federal nunca incluiu essa possibilidade no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)¹³⁵, criado ainda em 2010, com o intuito de massificar o acesso à internet rápida no país. Para o Ministério das Comunicações, caso fosse alterada a natureza do serviço, não haveriam empresas interessadas na nova modalidade – hoje, existem cerca de 2.700 empresas que prestam o serviço de banda larga, sendo que as cinco maiores detêm aproximadamente 95% do mercado¹³⁶.

Quanto ao Marco Civil da Internet, em vigor desde junho de 2014, um dos pontos mais sensíveis da lei é a neutralidade da rede, princípio que estabelece que todo o conteúdo que trafega na rede mundial de computadores deve ser tratado igualmente. Na prática, contudo, ações empresariais colocam em questão o caráter livre e aberto da nova plataforma. Bons exemplos são os contratos que possibilitam acesso ilimitado e sem uso de franquia a determinados aplicativos, como faz a *TIM* em parceria com o *WhatsApp* ou a *Claro* com o *Twitter* e o *Facebook*.

A proteção à privacidade dos usuários também requer atenção. O Marco garante o sigilo dos dados pessoais, proíbe a venda e restringe o acesso por empresas privadas. Essas manobras apenas poderão ser feitas, agora, mediante autorização expressa do internauta ou apresentação de ordem judicial. No entanto, muito pouco se veicula a respeito do arquivamento desses dados, sobre os processos de segurança e sigilo. A linha para o precedente da vigilância em massa dos usuários é bastante tênue.

Apesar de a maioria dos jovens manifestantes das Jornadas de Junho, como vimos, usar a internet para organizar os protestos e debater suas pautas e desdobramentos, os grandes temas continuavam (e continuam) sendo provocados pelos monopólios de comunicação. Por mais revolucionária que possa parecer, a internet é, ainda, no Brasil, um outro espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela inteligência dos governos.

¹³⁵ Informações sobre o Programa disponíveis em: <http://www.mc.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>. Último acesso: 19/02/2016, às 0h52.

¹³⁶ De acordo com o coletivo Intervezes, dos 57 milhões de lares existentes no país, apenas 18 milhões estão conectados; a região sudeste concentra 63% das conexões. Como para o governo a prestação do serviço em regime privado não é o fator determinante para a baixa penetração da banda larga no país, suas políticas vêm tentando fazer com que as grandes concessionárias invistam em redes nos locais mais pobres. Uma das mais recentes foi a decisão de conceder benefícios fiscais para as teles, cujos projetos poderão ser isentos de PIS e Cofins. Para os representantes da campanha pela universalização da internet (que hoje já soma 101 coletivos), além da criação de regras e imposições às teles, seria fundamental garantir aportes para uma atuação mais abrangente da Telebras.

Embora interligados pelas redes sociais, esses jovens seguem dependentes da velha mídia para alcançar visibilidade pública e retroalimentar o movimento, garantindo sua própria continuidade; para se inserirem, por fim, no espaço formador da opinião pública e a ela sensibilizarem.

Este trabalho não começa nem termina nas páginas que o delimitam. É um exercício, um esforço diário e conjunto dentre as muitas facetas de um *nós* presentista, fragmentado, carente de causas e respostas: o pesquisador, o jornalista, o cidadão, o inquieto; um amontoado de identidades que não se anulam ou enfraquecem, mas se somam na beleza da dúvida ao contribuir, cada um à sua maneira, à análise da problemática interface discurso midiático e configuração urbana no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento* – Fragmentos filosóficos: A Indústria Cultural. São Paulo: Zahar, 1985.

AMARAL, Marcio d'. *Os gregos: a verdade e a praça*. Texto publicado no Jornal O Globo, em 11 de julho de 2015. Disponível: <http://oglobo.globo.com/cultura/os-gregos-verdade-a-praca-16727713>.

_____. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. *O vigor da igr da cultura comunicacional: O paradoxo moderno contemporâneo*. In: AMARAL, Marcio (Org.). *Contemporaneidade e Novas Tecnologias*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 1996.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUDRILLARD, Jean. *Le pacte de lucidité ou l'intelligence du mal*. Paris: Galilée, 2004.

_____. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBERO, Jesus-Martin. *Dislocaciones del tiempo y nueva topografía de la memória*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de; REZENDE, Beatriz (orgs.). *Artelatina: cultura, globalização e identidades*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas* – Vol. I: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?* Aula magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Brasília: 4 de dezembro de 1990.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. São Paulo: Campus, 2004.

_____. *O modelo jusnaturalista*. In: *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CANCLINI, Nestor García. (Org.). (1995). *Cultura y pospolítica. El debate sobre la modernidad en América Latina*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: ED. Usp, 1990.

CARMAN, María. *Las trampas de la naturaleza*. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica/CLACSO, 2011.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança - Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. *Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAHÁS, Nashla. *Miragens de democracia*. In: Dossiê Redemocratização. Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 10, n.114, março de 2015.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum*. Sobre as sociedades de controle. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *O Panoptismo*. In: Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2011, p.186-214.

_____. *A sociedade disciplinar em crise, 1978*. In: Ditos e escritos. Estratégia, Poder-Saber. Vol. IV. MOTTA, Manoel Barros (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.267-269.

_____. *Precisões sobre o Poder*. Respostas a certas críticas, 1978. In: Ditos e escritos. Estratégia, Poder-Saber. Vol. IV. MOTTA, Manoel Barros (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.270-280.

_____. *A vida dos homens infames*. 1977. In: Ditos e escritos. Estratégia, Poder-Saber. Vol. IV. MOTTA, Manoel Barros (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

_____. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mecanismo psíquico do esquecimento*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. *Lembranças encobridoras*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.

_____. *Les usages politiques du passé*. Paris: Editions de l'Ecole des hautes études en sciences sociales, 2001.

_____. *O tempo desorientado*. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.7, julho de 1997.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, Martin. *A questão da técnica*. In: Ensaio e Conferências. Coleção Pensamento Humano. Petrópolis: Vozes, 2002, p.11-38.

_____. *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KRISCHKE, Paulo (Org.). *O contrato social ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1993.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1968.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MALAGUTI, Vera. *Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro*, 2010. In: O olho da História, n.14, Salvador (BA), junho de 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua – ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica da pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular: São Paulo, 2015.

_____. *O panorama das cidades doentes*. Entrevista concedida à Revista Fórum, publicada em 25 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog>.

_____. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. In: CASTRIOTA, L.B. (org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: Arte, 2003, p.78-96.

_____. *Erradicar o analfabetismo urbanístico*. Revista Fase: São Paulo, 2002.

MARTINS, Maria Lucia; LEITÃO, Karina; RODRIGUES, Roberta; FERRARA, Luciana; NETO, Gustavo. *Política urbana e acesso à habitação social em regiões metropolitanas da América Latina e Europa*. Revista Iberoamericana de Urbanismo, n.3, 2010.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *O trabalho da multidão e o êxodo constituinte*. In: PACHECO, A.; COCCO, G.; VAZ, P. (Orgs.). *O trabalho da multidão – Império e Resistências*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 15-26.

NIETZSCHE, Friederich. *O Crepúsculo dos Ídolos*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

_____. *Genealogia da moral – Uma polêmica*. São Paulo: Schwarcz, 2007.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Revista Eletrônica da PUC-SP: Projeto História, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, Agência e Estado: Teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina*. In: MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *The rule of law and the unprivileged in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1998.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *O Sofista*. E-Book: eBooksBrasil.com, 2003.

_____. *Górgias*. Versão eletrônica: <http://bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/platao-gorgias.pdf>.

PERELMAN, Mariano. *Repensando la segregación urbana en la ciudad de Buenos Aires*. Revista del Área de Estudios Urbanos del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA). Quid 16, n.1., 2011, p.114-119.

RICOUER, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*. Annales HSS, n.4, juillet-août, 2000.

SAFATLE, Vladimir. *A lógica do condomínio*. Palestra oferecida pelo Café Filosófico. São Paulo: CPFL Cultura, 29 de maio de 2015. Disponível no YouTube.

_____. *Cinismo e Falência da Crítica*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2008.

SARLO, Beatriz. *A cidade vista – Mercadorias e culturas urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SODRÉ, Muniz. *TV: uma ambígua identidade*. In: AMARAL, Marcio (Org.). *As Ideias no Lugar – Tecnologia, mística e alteridade na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p.123-131.

_____. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, Vozes, 2006.

_____. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Suzy dos. *Os prazos de validade dos coronelismos: transição no coronelismo e no coronelismo eletrônico*. In: SARAIVA, E; MARTINS, P.E.; PIERANTI, O (orgs.). *Democracia*

e regulação dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, v.1, p. 223-241.

VARGAS, Julio Celso. *O fenômeno da centralidade – teoria e prática* (em Porto Alegre). Anais do X Encontro de História e Teoria da Arquitetura – RS – Cidades Gaúchas, 2006.

VAZ, Paulo. *A compaixão, moderna e atual*. In: *Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2014, p.73-97.

_____. RONY, Gaelle. *Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais*. Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, vol.18, n.1, p.212-234, janeiro/abril de 2011.

_____. *Vítima virtual e mídia*. Curitiba: PUCPR; Revista Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, p. 51-69, 2009.

ZAVERUCHA, Jorge. *Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988*. In: *O que resta da ditadura*. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 - COMO NASCEU A MILITÂNCIA PELA INTERNET LIVRE

(Carta Capital, por Observatório da Privacidade e Vigilância (USP) – 02/12/2015)

Há 16 anos surgiam os coletivos que se tornaram expoentes do ativismo por liberdade e privacidade na rede

A última segunda-feira marcou os 16 anos do protesto que ficou mundialmente conhecido como N30, ou a Batalha de Seattle, quando, no dia 30 de novembro de 1999, mais de 40 mil ativistas “antiglobalização” (entre membros de ONGs, anarquistas, sindicalistas, ambientalistas) se organizaram de maneira descentralizada para protestar contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). Na cidade norte-americana, a OMC dava início à rodada do milênio para negociar maior abertura do comércio mundial, no auge do neoliberalismo. A manifestação foi violentamente reprimida, mas terminou vitoriosa com o cancelamento da rodada.

A Batalha de Seattle é um dos marcos iniciais do uso da internet como ferramenta política e espaço de disputa: os manifestantes usaram uma improvisada rede de comunicação, com celulares, rádios e notebooks, para publicar na rede imagens e relatos – prática que é hoje protocolar em qualquer organização política – inaugurando um formato de publicação que mais tarde se converteria e popularizaria nos blogs.

Essa percepção da internet como ferramenta, mas também como espaço de disputa, levaria ao surgimento de uma militância responsável justamente por desenvolver e aplicar ferramentas para a utilização de criptografia, navegação anônima e outros mecanismos de segurança na internet, em um esforço de garantir a liberdade e a comunicação segura de organizações e movimentos sociais – são os chamados coletivos técnicos radicais.

“Nós já sabíamos que a polícia invadia as contas de e-mail de ativistas e, além disso, já que protestávamos contra grandes corporações, não queríamos depender delas para nos comunicar”, conta Micah Anderson, americano nascido em Seattle e membro-fundador do coletivo americano Rise Up, criado em 1999, durante os protestos.

Desde então, o Rise Up funciona como um servidor autônomo que oferece serviços gratuitos de e-mail, listas de discussão, serviços de mensagens instantâneas, hospedagem de servidores, (todos seguros e criptografados), para movimentos sociais e ativistas. “Naquele momento

estávamos mais preocupados em criar alternativas seguras e eficientes para nos comunicar na internet, do que com espionagem massiva”, relembra.

No mesmo período, junto com o surgimento dos coletivos técnicos radicais, surgiam também os coletivos de mídia independentes. Anderson também participou da criação da rede Indymedia, que se espalhou em diversos coletivos locais pelo mundo, e chegou ao Brasil na forma do CMI, o Centro de Mídia Independente. Foi de dentro do CMI que, em 2005, inspirado pelo Rise Up e outros coletivos que atuavam de maneira semelhante, nasceu o Saravá.

Segundo seus porta-vozes, o coletivo Saravá se mantém organizado em torno destas questões, as quais denominam “tecnopolíticas”. Eles explicam que “o escopo dos movimentos antiglobalização não era exclusivamente a defesa da internet livre ou do direito à privacidade”, mas que essas pautas sempre foram e ainda são necessárias para todos os coletivos que lutam por transformação social. A atuação do Saravá e do Rise Up fornece, portanto, bases tecnológicas para as atividades políticas destes grupos.

Micah Anderson conta que se no início a preocupação central da atuação do Rise Up sempre foi essa: “tornou-se muito óbvio, muito rápido, que a vigilância chegaria a ter o alcance que sabemos que hoje ela tem”, referindo-se às revelações de espionagem internacional massiva feitas pelo ex-consultor da NSA (Agência Nacional de Segurança, dos EUA), Edward Snowden, em 2013.

Distopias pós-Snowden

Anderson recorda que quando viram a rápida ascensão de ferramentas como o Google, se deram conta do perigo que as possibilidades de espionagem e monitoramento na internet representavam. “Percebemos que as grandes corporações haviam descoberto como a espionagem poderia ser economicamente rentável, e, há cerca de 10 anos, começamos um esforço de debater e divulgar o perigo que isso representava”, conta Anderson.

“Se, por um lado, Snowden nos ajudou a ter acesso a uma série de documentos que comprovam a vigilância por parte das agências governamentais, ainda precisamos destrinchar os meandros da vigilância corporativa, que funciona como um modelo de negócio”, afirma.

O Saravá cita o Facebook – que está em negociações com o Estado Brasileiro para o fornecimento de serviços de internet em regiões ainda desprovidas de conexão no País através

do Internet.org – como um exemplo bem acabado das estruturas de poder que operam na internet através da vigilância: “o Facebook não inovou as comunicações, ele criou bolhas de participação política, social e econômica. Além de ser uma ferramenta abrangente de marketing e de publicidade, capaz de vigiar e analisar as tendências das pessoas em tempo real”, explicam.

Para Anderson, a internet surgiu como uma “utopia maluca e anárquica” de liberdade de organização e expressão que, no entanto, não se concretizou, pois “foi encapsulada pelas mesmas estruturas de poder que estavam fora dela”.

Apesar de ambos os coletivos observarem que há um interesse maior na militância pelo direito à privacidade e à segurança como resposta ao “cenário distópico” comprovado pelas revelações de Snowden, o Saravá nota que as pessoas têm muita dificuldade de aprender e levar adiante a utilização de ferramentas seguras de comunicação, porque “qualquer preocupação com a segurança da sua comunicação é acompanhada de algum nível de perda de conforto”, e ferramentas como Google e Facebook, que “capturaram a diversidade da internet em múltiplas bolhas”, exercem uma espécie de “encantamento” por conta de sua eficiência e alcance.

Tanto Anderson quanto os membros do Saravá acreditam que enquanto as pessoas não se dispuserem a sair de sua zona de conforto para encarar o fato de que, além do Estado, empresas extraem enormes lucros de seus dados pessoais, nós “não conseguiremos nem fazer cócegas na estrutura da vigilância em massa”.

ANEXO 2 - VÍDEO DE UMA HORA DE SERVIÇO DE NOTÍCIAS ALTERNATIVO É UM SUCESSO

(*NY Times, Alternative News Service's Hourlong WTO Video a Hit – 23/12/1999*)

Artigo em tradução livre

Jeff Perlstein não tinha uma previsão exata para a semana do WTO. Mas o ativista midiático sabia que incontáveis grupos estavam se direcionando a Seattle, cada um com suas mensagens, mensagens que ele sabia que em sua maior parte não chegariam às notícias *mainstream*.

Então ele decidiu lançar um serviço de notícias alternativo: "uma redação ativista 24 horas" para visitantes de mesma opinião. "Aqui estavam pessoas brilhantes e talentosas vindas de todo o mundo. Mas essas pessoas não iam arrastar suas mesas de edição desde a Guatemala ou do Harare. Nós tínhamos que arrumar as coisas para que eles pudessem registrar o que ia acontecer."

Perlstein teve essa ideia em 1 de setembro. Pela terceira semana de outubro ela tinha se tornado uma realidade: o *Seattle Independent Media Center*. Conforme um grupo organizador local ia lidando com logística sensível, o centro rapidamente acumulou parceiros de mídia: *Whispered Media*, *Changing America* e *Videoactive* de São Francisco; *Paper Tiger TV* e *Deep Dish Television* de Nova Iorque - assim

Artigo original

Jeff Perlstein had no exact forecast for WTO week. But the media activist knew countless groups were heading to Seattle with their own messages, messages he knew for the most part would not make it to mainstream news.

So he decided to launch an alternative news service: "a 24-hour activist newsroom" for like-minded visitors. "Here were bright, talented people coming from all over the world. But they weren't gonna lug their editing decks from Guatemala or Harare. We had to set things up so they could help record what would happen."

Perlstein had his idea on Sept. 1. By the third week in October it had become a reality: the Seattle Independent Media Center. As a local organizing team worked out touchy logistics, the center rapidly accrued experienced media partners: San Francisco's *Whispered Media*, *Changing America* and *Videoactive*; New York's *Paper Tiger TV* and *Deep Dish Television* - as well as Boulder, Colorado's *Free Speech TV*.

como *Boulder*, a *Free Speech TV* de Colorado.

Com mensagens indo e vindo através da Internet, tudo trabalhou para se criar um gigante projeto mútuo: um programa de TV de meia hora que seria produzido a cada dia. Ele iria se centrar naqueles que vieram para representar o trabalho, o meio-ambiente, direitos civis, o direito internacional e as nações indígenas. Toda manhã, os vídeos terminados seriam enviados via satélite - e qualquer um, em qualquer lugar do mundo, poderia transmiti-lo sem custo.

Não somente eles sucederam em sua missão em tempo real, mas no mês seguinte o documentário dia-a-dia que eles produziram começava a ser reexibido em canais de acesso público em todo o país.

O advogado Dan Merkle fez parte do pequeno grupo de nativos que participaram do pontapé inicial, ajudando a angariar suporte financeiro e arrumar um escritório para o centro. Os repórteres e cinegrafistas ativistas, como ele notou, se organizaram cuidadosamente. "Tudo foi resolvido e totalmente sistematizado. Estamos falando de semanas e semanas de dias de 18 horas e reuniões." Merkle

With messages flying back and forth across the Internet, all worked to create one huge mutual project: a half-hour TV program that would be produced each day. It would center on those who came to represent labor, the environment, civil rights, international law and indigenous nations. Every morning, the finished films would be uplinked by satellite - and anyone, anywhere in the world, could broadcast them at no charge.

Not only did they succeed in their real-time mission, next month the day-by-day documentary they produced starts re-airing on public-access stations all around the country.

Lawyer Dan Merkle is one of a dozen locals who played kickoff roles, helping raise financial support and find the center an office. The activist reporters and filmmakers, he notes, organized carefully. "Everything was hammered out and totally systematized. We're talking weeks and weeks of 18-hour days and meetings." Merkle found the center a site just steps from Benaroya Hall. A church on lower Queen Anne loaned them premises for an editing center; Benham Gallery donated darkroom facilities and the space for impromptu interviews.

achou um local para o centro a poucos metros do *Benaroya Hall*. Uma igreja descendo a *Queen Anne* os alugou um local para um centro de edição; Benham Gallery doou instalações de sala escura e o espaço para entrevistas de improviso. Enquanto isso, o centro se preparava para registrar afiliados, montando mais de 100 pacotes de informação para videografistas. Em retorno pelo acesso ao espaço do centro, os requerentes concordavam com três obrigações: eles iriam agir "responsavelmente", representar o centro com sensatez, e concordar em doar trabalho pelo esforço mais amplo do coletivo.

Mais de 450 pessoas se registraram. "Haviam vários grupos midiáticos estabelecidos," diz Perlstein, "e haviam pessoas que tinham um programa de acesso público em Dubuque. Havia correspondentes pela Internet e indivíduos isolados, do país e do mundo."

O projeto também trouxe de volta moradores de Seattle. Um deles foi Eric Galatas, que agora trabalha para a *Free Speech TV*, um canal de TV a cabo que oferece programação alternativa.

Galatas é um ex-morador de Seattle que conhece seus ativistas. Inicialmente, ele se

Meanwhile, the center prepared to register affiliates, assembling more than 100 packets of information for videographers. In return for access to the center's space, applicants agreed to three obligations: They would act "responsibly," represent the center sensibly, and agree to donate work toward the larger, collective effort.

More than 450 people registered. "There were a lot of established media groups," says Perlstein, "and there were people who had a public-access show in Dubuque. There were Internet correspondents and single individuals, from around the country and around the world."

The project also brought home former Seattleites. One was Eric Galatas, who now works for Free Speech TV, a cable-TV programming service that handles alternative offerings.

Galatas is one ex-Seattleite who knows his activists. Initially, he moved here to work on "Northern Exposure," but stayed until little over a year ago. During that time, he helped found several local institutions: SIFVC (the Seattle Independent Film and Video Consortium), SIMC (the Seattle Independent Media Coalition) and his own baby, Citizen Vagrom. The latter embraced a number of routes to media activism: a Web site, a public-access show

mudou para cá para trabalhar no "Northern Exposure," mas permaneceu até pouco mais de um ano atrás. Durante esse tempo, ele ajudou a fundar várias instituições locais: SIFVC (*Seattle Independent Film and Video Consortium*), SIMC (*Seattle Independent Media Coalition*) e o seu próprio bebê, Citizen Vagrom. O último abraçou um sem-número de rotas para o midiativismo: um *website*, um programa público na televisão, um boletim por e-mail e uma revista em vídeo mensal.

Galatas ajudou o centro a criar uma presença na *web*. "Esse *webmaster* australiano sensacional chamado Matthew Arnison tinha acabado de visitar a *Free Speech TV*. Ele tinha criado um *website* incrível por volta do encontro do G8 em junho passado. Isso foi em Colônia, na Alemanha, mas ele tinha feito o site da Austrália."

Então o *webmaster* de Seattle no centro trabalhou com um parceiro em Sydney. "Os resultados foram incríveis. Você podia carregar um arquivo de vídeo, um arquivo de áudio, qualquer coisa, a qualquer momento. Você nem precisava entender de HTML. Você apenas vinha ao centro, preenchia um formulário e

on television, an e-mail newsletter and a monthly video magazine.

Galatas helped the center find a presence on the Web. "This crack Australian Webmaster named Matthew Arnison just happened to visit Free Speech TV. He'd made an incredible site around the G8 summit last June. That was in Cologne, in Germany, but he made the site from Australia."

So Seattle's Webmaster at the center worked with a partner in Sydney. "The results were incredible. You could upload a video file, an audio file, anything, right away. You didn't even have to understand HTML. You just came to the center, filled in a form and punched a button. Up it went and it was available right then."

The Web site was constructed and run using Linux, the "open-source" operating system no one can legally own. In sync with many anti-WTO protests, this made an anti-corporate statement of its own. A local fast-growth Internet company, encoding.com, donated assistance in sending raw video straight to the center's Web site.

By WTO week's Monday, the site was getting a million hits daily. Galatas says the server looked like a time bomb. "They

apertava um botão. Lá se ia e aquilo ficava disponível na mesma hora."

O *website* foi construído e hospedado usando Linux, o sistema operacional de "código aberto" que ninguém podia ser dono legalmente. Em sintonia com muitos protestos anti-WTO, isso gerou uma afirmação anti-corporativista por si só. Uma companhia local que crescia rapidamente, *encoding.com*, doou assistência em enviar vídeo bruto direto para o *website* do centro.

Pela segunda-feira da semana do WTO, o site estava recebendo um milhão de acessos diariamente. Galatas diz que o servidor parecia uma bomba-relógio. "Eles o tinham nessa caixa pequena, e ela estava simplesmente queimando! Tiveram que movê-lo para servidores diferentes na mesma hora." Enquanto os espectadores em todos os fusos horários acompanhavam o diário online, equipes do centro iam trazendo uma torrente constante de imagens.

A despeito das barricadas policiais (que pela terça-feira os deixou presos em seu escritório), equipes de edição do centro fizeram um trabalho sólido por todas as noites. Todos os dias às 11 da manhã, eles liberavam um novo programa. Então,

had it on this little box, and it was simply burning up! They had to move it onto different servers right away." While viewers in every time zone followed their online journal, center crews were hauling in a constant stream of footage.

Despite police blockades (which by Tuesday actually hemmed in their office), center editing teams worked solidly through each night. At 11 a.m. each day, they unveiled a new program. Then, through satellite uplink by New York-based Deep Dish TV, it was broadcast internationally.

As the week unrolled, each episode was captured and titled: "Seattle Prelude," "The Siege of Seattle," "Occupied Seattle," "Political and Environmental Hostages" and, finally, "This is What Democracy Looks Like."

The final touch is an hourlong version: "Showdown in Seattle: Five Days that Shook the WTO." While the talks collapsed and civic fingers started pointing, the center decided to consolidate its work. "Showdown" contains the week's most important messages, shorn of overt editorializing or sensationalism.

Local Jill Freidberg spent a week pulling this hour together, distilling five segments

através do link via satélite na *Deep Dish TV* com base em Nova Iorque, era exibido internacionalmente.

Com o desenrolar da semana, cada episódio foi capturado e intitulado: "Seattle Prelude," "The Siege of Seattle," "Occupied Seattle," "Political and Environmental Hostages" e, finalmente, "This is What Democracy Looks Like."

O toque final é uma versão de uma hora: "Showdown in Seattle: Five Days that Shook the WTO." Enquanto as discussões colapsavam e dedos cívicos começavam a apontar, o centro decidiu consolidar seu trabalho. "Showdown" contém as mensagens mais importantes da semana, poupadas do excesso de edição ou sensacionalismo.

A nativa Jill Freidberg passou uma semana criando essa hora, destilando cinco segmentos em uma peça poderosa. Já que grupos distintos haviam editado cada segmento, isso foi difícil. Mesmo assim a edição final transforma suas mudanças de estilo em pontos fortes.

"Showdown" já desfrutou de uma semana de exibições locais lotadas e mais estão planejadas para quando as festas terminarem. O documentário por si só já está provando ser um presente popular.

into one compelling piece. Since separate groups had edited each segment, this was difficult. Yet the final cut makes an asset out of its shifts in style.

"Showdown" has already enjoyed a week of packed local screenings and more are planned when the holidays are over. The tape itself is proving a popular holiday gift.

And the center is still busy. It is currently occupied compiling its footage into an archive. It will be available to activists, historians, other filmmakers - and to lawyers. "This is one production," says Perlstein, "which will run and run."

E o centro ainda está ocupado. Atualmente estão ocupados compilando as sequências em um arquivo único. Ele estará disponível a ativistas, historiadores, outros cineastas - e para advogados. "Essa é uma produção," afirma Perlstein, "que vai durar e durar".

ANEXO 3 - PROTESTO CONTRA A ALCA NA AV. PAULISTA ACABA EM CONFRONTO COM A PM

(Folha S. Paulo – 20/04/2001)

Cerca de 600 manifestantes interditaram a avenida Paulista, no sentido Consolação, próximo ao Conjunto Nacional na tarde desta sexta-feira. Houve confronto com PMs, que lançaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. A Tropa de Choque foi chamada para reforço. Houve feridos e pelo menos 34 prisões.

A manifestação, já terminada, foi um ato contra a reunião de 34 chefes de Estado sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e a globalização, que ocorre em Québec (Canadá).

Participaram do protesto estudantes, representantes de entidades civis e, segundo a polícia, "petroleiros" (que estariam exigindo rapidez na apuração do desastre da P 36) e representantes de ONGs. A CUT negou a participação de trabalhadores e de sindicatos ligados aos petroleiros. Enquanto PMs encurralavam grupos de manifestantes e batiam neles com cassetetes, outro grupo atirava pedras nos policiais.

Os participantes do protesto jogaram um rojão no saguão da Fiesp, depredaram uma lanchonete e chutaram portas de comércios pela Paulista.

A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) isolou a área.

O trânsito na Paulista já se normalizou. Também está acontecendo um grande protesto de manifestantes no Canadá, mas a reunião não foi prejudicada ou interrompida por causa disso.

O Alca é um mecanismo de integração econômica entre os países americanos, que no entanto ainda só existe no papel. É uma ideia formulada nos Estados Unidos e encontra grande resistência em vários países porque poderia beneficiar muito mais aos norte-americanos do que aos demais países. Em tese pode ser implantada até 2005.

ANEXO 4 - JORNALISTAS SÃO DETIDOS EM PROTESTO EM SÃO PAULO: A PM TEM SAUDADES DA DITADURA

(Blog do Sakamoto – 12/06/2013)

O que parte da Polícia Militar de São Paulo tem na cabeça?

Não bastasse a violência desnecessária com a qual lidou com a manifestação contra o aumento nas passagens de ônibus e metrô, que percorreu a região central da cidade, na noite desta terça (11), a PM agora deu de prender jornalistas.

Durante os protestos, vários colegas, como os do UOL e do jornal Folha de S. Paulo, foram detidos em flagrantes cenas de abuso de autoridade por parte da força policial, simplesmente porque estavam cumprindo o seu dever de registrar o que acontecia e divulgar à sociedade. Os que pertencem a veículos grandes foram soltos. Já Pedro Ribeiro Nogueira, repórter do portal Aprendiz, continuava sob custódia, até a tarde desta quarta, sem direito à fiança.

De acordo com testemunhas, quando o protesto já estava se dispersando, Pedro – que cobria o ato – interveio ao ver jovens apanhando de policiais (uma delas confirmou ao blog a autenticidade do vídeo acima). Uma escolha que nós, jornalistas, somos instados a fazer muitas vezes na profissão: ficar observando, tentando se portar como um narrador em terceira pessoa (em uma concepção fictícia de imparcialidade), ou assumir que fazemos parte de um tecido social e interagir com ele.

Como resposta, foi espancado por policiais, levado à 78a Delegacia de Polícia e indiciado por dano qualificado e formação de quadrilha. Do jeito em que as liberdades individuais andam por aqui, trabalhar em redação jornalística passará a ser, em breve, formação de quadrilha. Se sobrar redação depois dos passaralhos, é claro.

Conversei com representantes do jornalista. Segundo eles, Severino Pereira, delegado que estava cuidando do caso, não aceitou recebê-los, tampouco as pessoas que testemunharam a prisão e poderiam afirmar que Pedro é inocente das acusações. Tentei contato com o delegado, mas sem sucesso. Pedro foi transferido para a 2a DP.

Ele estava onde um jornalista deveria estar na noite desta terça em São Paulo. E fez o que foi certo não apenas como profissional, mas também como cidadão. E está sendo penalizado por isso.

Além do despreparo de parte da corporação para lidar com gente, a única coisa que posso pensar é que isso é herança reafirmada de uma ditadura militar que pode até ter ido embora, mas deixou seus métodos enraizados em nossa democracia.

Mais do que um país sem memória e com pouca Justiça, temos diante de nós um Brasil conivente com a violência como principal instrumento de ação policial. Enquanto não acertarmos as contas com o nosso passado, não teremos capacidade de entender qual foi a herança deixada por ele – na qual estamos afundados até o pescoço e nos define. Foram-se as garrafas, ficaram-se os rótulos. A ditadura se foi, sua influência permanece. Não somos um país que respeita os direitos e não há perspectivas para que isso passe a acontecer pois, acima de tudo, falta entendimento. Além do mais, veículos de comunicação que se furtam a mostrar todos os lados do fato e, conseqüentemente, fica mais difícil angariar apoio da própria população.

O impacto desse não-apoio se faz sentir no dia-a-dia nos protestos de rua, nos distritos policiais, nas salas de interrogatórios, nas periferias das grandes cidades, nos grotões da zona rural, em presídios, com o Estado aterrorizando parte da população com a anuência da outra parte.

Se esse jornalista for mantido sob custódia, sugiro então que os representantes dos governos estadual e municipal se furtem a dizer, nos eventos dos quais estão participando na Europa, que o Brasil é um país com liberdade de expressão. Pois eles não saberão do que estão falando.

ANEXO 5 - RETROSPECTIVA: MANIFESTAÇÕES NÃO FORAM PELOS 20 CENTAVOS

(*Folha de S. Paulo*, Editorial de “*Cotidiano*” – 27/12/2013)

Quando um grupo de jovens se reuniu no dia 6 de junho na avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo ninguém poderia imaginar que aquele seria o marco zero da maior sequência de protestos no país desde o Fora Collor.

Afinal, o MPL (Movimento Passe Livre) fazia ali mais uma de suas manifestações, convocadas após o anúncio de cada reajuste da tarifa –que, neste ano, diga-se, foi abaixo da inflação. Mas como o ato transformou-se numa explosão de protestos pelo país? Olhando a cadeia de acontecimentos à distância é possível observar um fenômeno à época invisível e levantar hipóteses.

No mesmo dia em que o MPL se reuniu na Paulista, pesquisadores do Datafolha estavam nas ruas. O que eles colheram, publicado três dias depois na Folha, mostrava que algo estava fora da curva. A popularidade da presidente Dilma caiu 8 pontos, o primeiro tombo desde sua posse, em 2011. A pesquisa também detectou um aumento do pessimismo do brasileiro de uma forma geral.

À época, ninguém (jornalistas, cientistas sociais e políticos incluídos) ligou uma coisa à outra. O ministro Aloizio Mercadante (Educação) chegou a eleger um culpado: o tomate, item que sofrera forte aumento de preço. Os famosos cartazes nos atos seguintes evidenciaram essa grande e silenciosa insatisfação, que encontrou no aumento da tarifa, que tem efeito sobre grande parcela da população, o catalisador perfeito. “Não era pelos 20 centavos”, dizia um deles.

Também não há dúvida de que os governos deram sua contribuição ao reprimir violentamente alguns protestos, após atos de vandalismo, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, despejando gasolina na fogueira.

É possível distinguir ao menos três fases de protestos. A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda –com forte apoio popular e mais efêmera– arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo o mais.

Por fim, restaram as "manifestações" mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática "black bloc". Num balanço de "conquistas das ruas" há muito o que enumerar.

Talvez a maior delas tenha sido impor à classe política a sensação de estar sob constante vigilância. A pergunta agora é: haverá protestos na Copa? É provável que sim, mas dificilmente veremos algo na mesma proporção. O gigante, por ora, voltou a adormecer.

ANEXO 6 - CHEGOU A HORA DO BASTA

(Estado de S. Paulo, Editorial – 13/06/2013)

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro – em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro – e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição – pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas ruas e avenidas por onde circulavam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM).

Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais. A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem – anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo –, não atenuam a sua

responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad – este apesar de algumas reticências – à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que “é intolerável a ação dos baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão; É absoluta violência, inaceitável”. Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

Haddad, que se encontra em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que “os métodos (dos manifestantes) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população”. Mas insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele. A gravidade da situação exige que o prefeito esclareça se com isso quis dizer que a oposição é responsável pela baderna.

ANEXO 7 - RETOMAR A PAULISTA

(Folha de S. Paulo, Editorial – 13/06/2013)

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo – e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já atrai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir – menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender do horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

ANEXO 8 - UFRJ CONDENA VIOLÊNCIA POLICIAL EM MANIFESTAÇÕES

(UFRJ – 26/06/2013)

Decanos e diretores da UFRJ, reunidos nesta segunda-feira, 24/6, publicaram moção de repúdio à “violência generalizada e descontrolada” por parte de agentes públicos, que culminou, na semana passada, com centenas de estudantes e outros manifestantes buscando abrigo nos prédios da universidade.

Após a manifestação que reuniu milhares de pessoas na Avenida Presidente Vargas, Centro do Rio, na quinta, 20/6, a Faculdade Nacional de Direito (FND) e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs) abrigaram cerca de 700 pessoas que se protegiam de atos violentos.

A nota condena a atitude tanto de “agentes provocadores” como de policiais e reforça que a liberdade de manifestação é fundamental para a democracia.

Com agenda de compromissos em Brasília, o reitor da UFRJ, Carlos Levi, subscreveu a moção e afirmou que a universidade vai continuar apoiando as manifestações da comunidade acadêmica e da população: “O respeito à liberdade de expressão é uma das garantias mínimas para o fortalecimento do Estado democrático brasileiro. Neste momento, a universidade está unida para condenar quaisquer intimidações e uso de violência sobre os cidadãos que estão nas ruas para exercer sua legitimidade de contestação e reivindicação de direitos”, afirmou.

Confira a íntegra da moção:

Nós, Decanos e Diretores da UFRJ, queremos, neste momento tão rico de nossa vida política e social, advertir para os graves riscos que a democracia e o direito de manifestação correm quando agentes de forças públicas, que deveriam garantir a ordem pública e os direitos constitucionais dos cidadãos, deflagram violência generalizada e descontrolada, obrigando centenas de nossos estudantes e de outras universidades a se refugiarem nos prédios da Faculdade de Direito e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

O quadro que se constituiu no centro da cidade e no entorno de nossas unidades de ensino e pesquisa, resultado da ação violenta de agentes provocadores e policiais, é motivo de preocupação e nossa Universidade se mantém alerta para defender, como sempre fez, a liberdade de expressão, fundamento da democracia.

Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2013

Diretores e Decanos da UFRJ

Diretores do IFCS, FND e Instituto de História também condenaram ações violentas

A direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) emitiu nota, condenando, ainda, a violência contra membros de movimentos sociais e partidos políticos. “Deve ser motivo de preocupação para todos que o Estado venha a adotar uma postura agressiva e intolerante, tratando cidadãos como inimigos e perseguindo-os pelas ruas, como foi observado e experimentado por muitos naquela longa e dura noite”, diz trecho do comunicado.

Igualmente, a direção do Instituto de História divulgou documento denunciando “a repressão policial desproporcional e ainda os demais atos de violência de forte viés autoritário contra a sociedade civil que no uso pleno de sua cidadania tem organizado manifestações por todo o país”.

A direção da Faculdade Nacional de Direito (FND), em nota, comunicou que a unidade continuará aberta à sociedade, reforçando os “históricos compromissos pela defesa da livre manifestação e da pluralidade de ideias e orientações”, garantidas pela Constituição Federal.

ANEXO 9 - ENTREVISTA COM UM PARTICIPANTE DAS QUEBRadeiras DOS PROTESTOS DE JUNHO

(CMI Brasil, por Centro de Mídia Autônoma de Porto Alegre – 21/06/2013)

Pouco importa o que a mídia diz - Nossa Revolta é Legítima! Entrevista do Coletivo de Mídia Autônoma (CMA) de Porto Alegre com um participante das quebraadeiras das manifestações contra o aumento das passagens em Porto Alegre em junho de 2013.

Embate com a Polícia de Choque

CMA: Gostaríamos de agradecer por tu conceder essa entrevista.

João: Valeu, galera do CMA, por dar espaço para eu poder falar. A mídia autônoma é a única que faz um esforço para ouvir todas as partes, e isso é importante!

CMA: Vamos te chamar pelo pseudônimo de João por uma questão de segurança como combinamos, ok?

João: Ok.

CMA: Por que você cobre o rosto durante as manifestações?

João: Se até o voto é secreto por que eu não poderia me manifestar sem me mostrar? Sem saber minha identidade e os meus motivos, me acusam de vandalismo como se tudo fosse sem sentido. Se soubessem quem eu sou, com certeza iriam me punir como um criminoso qualquer.

CMA: Tu nos disse mais cedo que participou das quebraadeiras na avenida João Pessoa e na Azenha do dia 17, é isso?

João: Sim. Da concessionária da Honda, do prédio da Polícia Federal e também tentei chegar com o resto do povo até o prédio do grupo RBS, não conseguimos porque a Tropa de Choque nos impediu. Então continuam lá mentindo sobre o que está acontecendo nas ruas.

CMA: Você depredou esses locais?

João: Sim, eu ataquei esses lugares e também revidei o ataque da polícia.

CMA: E conseguiram te pegar?

João: Não chegaram nem perto. Um dos jornais tirou uma foto minha na esquina da Azenha com a Ipiranga, mas não dá pra me reconhecer, eu sempre vou bem agasalhado.

CMA: E por que tu faz esses atos?

João: Se tu quer saber, ultimamente muitas fichas têm caído pra mim. Já faz tempo que esses políticos, junto com seus amigos empresários, vêm me pondo junto com todas as pessoas que eu conheço, numa situação de precariedade, exploração e dependência.

CMA: O que tu quer dizer com isso? A manifestação não era contra o aumento da passagem?

João: É contra o aumento da passagem e um monte de outras coisas. É sempre assim, todo ano, mais e mais, o aumento da passagem é só mais uma injustiça no meio de um monte de outras. Quase todo mundo está sendo superexplorado. Uma hora o povo cansa de ser miserável vendo político falando em progresso e crescimento roubando seu dinheiro. A gente tá cansado disso. Não vamos parar até a gente conseguir pelo menos o passe-livre.

CMA: Queremos saber mais sobre a tua vida. Tu é de onde?

João: Tenho 23 anos e nasci na região metropolitana de Porto Alegre. Mano, terminei os estudos faz um tempinho. Nunca nem pensei em ir pra faculdade porque tive que trabalhar cedo. Nunca tive um emprego decente.

CMA: O que tu faz pra viver?

João: Vivo de bico. Já vendi DVD, entreguei água e fui balconista em papelaria. Trabalho e não tenho grana para nada. Tudo está cada vez mais caro, e a gente vai ficando cada vez mais pobre. Enquanto isso no lado rico da cidade, os políticos enchem os bolsos e andam de namoro com os empresários graúdos, dono de empresa de ônibus, empreiteiro... obra superfaturada, suborno, e a gente de baixo cada vez mais fodida. Isso é injustiça! Isso é violência! Quem se dá conta da sacanagem, começa a ficar indignado.

CMA: Tu é filiado a algum partido ou organização? Está ligado a algum grupo de contracultura?

João: Não sou de partido nenhum. Detesto todos os partidos do mesmo jeito. São todos um bando de safados competindo entre si para nos enganar. Eles não me representam. Também não tenho organização, tenho uns amigos que são punks e também gosto de hip-hop. Se vou para as manifestações vou junto com amigos e vizinhos. A gente fecha uma galera e vai. A gente se cuida, e cuida para não ser reconhecido nem pego.

CMA: Por que você tu preferiu a forma de manifestação violenta ao invés de se manifestar pacificamente, como os jornais e a maior parte das pessoas defende?

João: Se eu tô me sentindo violentado pela forma como sou tratado, se tô sendo atacado, por que eu que tô em baixo tenho que ser o pacífico? Ninguém tem cancha para dizer como eu tenho que me manifestar, porque ninguém aprende pela minha pele. Só eu sei pelo que tenho passado

pela falta de grana. Com a passagem subindo eu perco meu direito de ir e vir, e não tem lei que proíba a gente de passar fome.

CMA: O que tu acha da ideia de manifestações pacíficas?

João: Pra mim, pelo menos, parece que grande parte da mídia que defende a manifestação pacífica era contra as manifestações. Mas depois que a manifestação cresceu, esses que eram contra resolveram se tornar a favor. Querem manipular o povo para que nada mude. Dizem para ir se manifestar pacificamente e cercam a gente de soldado armado. O que não dizem é que manifestação pacífica não muda porra nenhuma, não serve para fazer pressão. Quem tem poder quer desinformar, transformar tudo na mesma coisa, desfile, carnaval, futebol e festa? E a gente que paga imposto e é explorado no trabalho, a gente que tem uma saúde de merda e uma educação pior ainda, a gente que se revolta contra tudo isso – acabamos sendo tratados pelos bandidos de terno como se fossemos nós os criminosos.

CMA: Como são definidos os locais alvos de depredação?

João: Tem muita galera diferente que tá na rua, cada grupo tem seu critério. Mais porra-louca é a gurizada mais nova que vem das vilas e sente muita revolta, mas não consegue separar bem as coisas. Essa gurizada volta e meia faz bobagem, ataca um carro ou uma banca de revista, o que a imensa maioria de quem tá depredando é contra. A maior parte dos grupos prefere atacar bancos, lojas de empresas grandes, um ou outro ônibus, e estabelecimentos do governo.

CMA: Então os grupos não atacam qualquer lugar?

João: As ações de atacar qualquer lugar sem critério é coisa de policial infiltrado. Tem muito policial infiltrado nas marchas fazendo merda. Uns soltam bombas para apavorar a galera, também viram lixeiras e agridem outros manifestantes. Eles fazem isso para provocar, dar a deixa para o Choque agir sem freio. Um amigo levou um jato de spray de pimenta na cara de um policial disfarçado, enquanto chutava a porta de um banco.

CMI: O que tu tem a dizer para quem condena e criminaliza as ações violentas? O que tu acha de ser chamado de vândalo?

João: A verdade é que são os violentos que não deixam que a polícia coordene as manifestações e atrole todo mundo. Pra mim tem graúdo todo cagado, com medo da revolta porque sabe que o povo tem motivo para se revoltar. A *bundamolice* está acabando e já foi tarde. Se alguém tá revoltado tem mais é que quebrar mesmo. Quebrar até as coisas mudarem. Bater onde dói, no bolsinho dessa gente. Quebrar o que não funciona e criar tudo novo diferente. Bater em pessoas como faz a polícia é muito pior do que as quebradeiras. Até porque nem vidraça, nem lixeira sofrem dor. Se quiserem me chamar de vândalo, que chamem. Uma guria me disse nessa

última marcha, que os vândalos eram um povo que enfrentou o Império Romano e venceu. Então fico orgulhoso de ser chamado de vândalo, porque acho que também tô enfrentando um império e tô vencendo! Acho que eu ficaria mais ofendido se os jornais nos chamassem de romanos. Os romanos são eles.

CMA: O que você teria a dizer para os proprietários de lojas que tiveram seus estabelecimentos atacados?

João: Pouco me importa se o empresário da loja da HONDA ficou de chateado porque quebramos sua vitrine, sei que ele é só mais um explorador cheio de grana, roubando o trabalho de gente pobre como eu. Pra gente dessa laia uma vitrine é um quase nada. Para quem teve seu mercadinho atacado, eu diria pra ir pra rua para frente do seu negócio e conversar numa boa que a gurizada ouve e não faz de novo.

CMA: Teria alguma coisa a dizer para quem tá pensando em ir nas próximas manifestações?

João: Pessoal, tá na hora de sair do Facebook, de parar de ler a mídia burguesa, Zero Hora, e, principalmente, deixar de criminalizar a revolta alheia. Se agasalhem que está fazendo frio, cobre bem o rosto e leva água com bicarbonato que é o melhor remédio para o gás lacrimogênio. Não deixe que nenhum pacifista banque o policial contigo! Pouco importa o que a mídia diz – nossa Revolta é Legítima! Vamos lutar, sair às ruas até conseguir o Passe Livre! Era isso! Obrigado!

CMA: Valeu João!

ANEXO 10 - CARTA DE UM POLICIAL NOS PROTESTOS DE SÃO PAULO

(Abordagem Policial – Diálogos sobre segurança pública, por Danilo Ferreira – 14/06/2013)

Ser policial e andar com uma lupa de análise política no bolso quase sempre é trágico. Levamos a conflitos internos, terremotos morais, furacões éticos. Sim: estou falando da atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, digo, estou falando da minha atuação nos protestos em favor da redução das tarifas de transporte público em São Paulo.

No front, companheiros, sabemos todos nós policiais (caso este texto seja publicado), no front não há raciocínio. “A determinação é desocupar a Avenida”. Um sentimento de dever nos une, e a determinação será cumprida. Deve ser cumprida. Por nós, que pegamos ônibus e metrô, e somos pouquíssimos partidários dos governos: são eles, afinal, que nos submetem a condições de trabalho questionáveis, que nos pagam salários inadequados com a natureza da função que exercemos, que incita a polícia a agir, mas que degola o primeiro que parecer abusivo à opinião pública. Afinal, soldado morto, farda noutro.

Vi baderneiros e atos descontrolados de manifestantes: danos desnecessários, resistências à ação policial, incitação à violência. Cá para nós, coisa natural em protestos e manifestações contra os governos. Diferentemente de tropas militares, manifestantes civis em reivindicações não possuem controle central, determinação uniformizada de ordens. Diferentemente da polícia, que quando é violenta com certeza acata a um interesse específico, a população em protesto pode tender à irresponsabilidade de uns poucos. E isto não deslegitima a causa.

Vi policiais assumindo a lógica “nós contra eles”, como se na guerra estivessem, vi colegas ingenuamente assumindo-se engrenagem de uma máquina que está longe de ter como fim “a manutenção da ordem pública”. Vi o despendimento de uma estrutura militar significativa para calar a voz de cidadãos, para evitar sua permanência no espaço público, para negar a insatisfação que, lá em nosso âmago, faz parte de cada policial militar (salvo alguns que, certamente, estão bem privilegiados nos altos escalões de poder).

Cumprimos ordens, é verdade, mas elas pelo menos devem ser investigadas quanto às suas naturezas, quanto ao que representam politicamente, quanto a seus desdobramentos sociais. Ouço colegas dizerem que, “se os baderneiros são violentos, não podemos nos omitir, a

repressão deve ocorrer, a violência tem que ser devolvida”. Obviamente, permitir-se apanhar é absurdo: tão absurdo que não sei se alguém acha mesmo que pedir respeito à manifestação popular significa pedir para apanhar. Mas a violência institucional policial, que, repito, é organizada e obedece a um comando central, é uma contradição do ponto de vista dos fins da própria instituição, que está sustentada (a princípio) na produção da paz.

Policiais são profissionais, têm deveres, modo de atuação especificado, direitos a garantir, deveres a fazer cumprir. A sociedade, neste momento se reconhecendo enquanto corpo político reivindicatório, tem um elemento que vez ou outra surge, sempre incomodando bastante quem quer as coisas do modo que elas estão: ideal, coragem política e insatisfação coletiva. Como deveria ser a relação entre esses dois setores da mesma sociedade?

Sou a favor do que defendem os manifestantes. Sou a favor da ação policial que evite ações violentas de manifestantes. Sou a favor de ações policiais não violentas. Sou a favor que cada policial militar paulista reflita sobre o que representa seu bastão erguido, seu espargidor acionado, seu tiro de borracha disparado. Trabalhamos para sobreviver, sem nossa profissão, não sustentaríamos nossas famílias, mas não é pequeno o conflito existencial de quem percebe que está jogando, porque é obrigado a jogar, o jogo de uns poucos, encerrados em seus gabinetes, presos afetiva e ambiciosamente à cadeira do poder. Lamento, tristeza e vergonha.

A carta acima foi recebida pelo Abordagem Policial de um leitor anônimo, de modo que não podemos afirmar a veracidade de qualquer ponto explicitado no texto. Pela temática e peculiar posição defendida pelo autor, resolvemos publicá-la.

ANEXO 11 - OS DONOS DA MÍDIA NO BRASIL

De acordo com o projeto *Donos da Mídia*¹³⁷, os dez grupos que detêm maior controle da mídia no Brasil são:

Grupo	Sede	No. de veículos
Abril	São Paulo, SP	74
Globo	Rio de Janeiro, RJ	69
RBS	Porto Alegre, RS	57
Bandeirantes de Comunicação	São Paulo, SP	47
Governo Federal Brasileiro (EBC)	Brasília, DF	46
Record	São Paulo, SP	27
Silvio Santos	São Paulo, SP	26
Jaime Câmara	Goiânia, GO	24
Sistema Mirante de Comunicação	São Luís, MA	22
Diários Associados	Brasília, DF	19
Organizações Rômulo Maiorana	Belém, PA	15

E, ainda, os dez partidos políticos cujos membros detêm maior controle da mídia sendo sócios de veículos de comunicação são:

Partido	No. de políticos sócios
Democratas (DEM)	58
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	48
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	43
Partido Popular (PP)	23
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	16

¹³⁷Concebido e liderado por Daniel Herz, *Donos da Mídia* desvenda os laços de redes e grupos de comunicação, demonstra como o controle sobre a mídia é exercido, o papel dos políticos, a ilegalidade de suas ações e da situação de empresas do setor. Informações: <http://fndc.org.br/noticias/donos-da-midia-uma-ferramenta-poderosa-para-democratizar-a-comunicacao-290030/>. Último acesso: 18/02/2016, às 19h04.

Partido Socialista Brasileiro (PSB)	16
Partido Popular Socialista (PPS)	14
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	13
Partido Liberal (PL) – extinto em 2006	12
Partido dos Trabalhadores (PT)	10